

SEI

78

Série Estudos e Pesquisas



ASPECTOS SOCIAIS DAS DESIGUALDADES NA BAHIA

SALVADOR
2008

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento

Ronald de Arantes Lobato

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas

José Ribeiro Soares Guimarães

Coordenação de Pesquisas Sociais

Laumar Neves de Souza

Ficha Técnica

Coordenação Editorial

Cláudia Monteiro Fernandes

Equipe de Elaboração

Cláudia Monteiro Fernandes

Daniela Franco Cerqueira

Flávia Santana Rodrigues

Iara Normando Tude

Laumar Neves de Souza

Luís André de Aguiar Alves

Patrícia Chame Dias

Marcelo Santana

Revisão de Linguagem

Vera Brito

Normalização

Coordenação de Biblioteca e Documentação (COBI)

Produção Editorial e Gráfica

Coordenação de Disseminação de Informações (CODIN)

Márcia Santos

Editoria de Arte e de Estilo – Elisabete Cristina Barretto

Produção – Mariana Oliveira

Projeto Gráfico – Elisabete Barretto, Julio Vilela

Editoração – Ramon Brandão

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Aspectos sociais das desigualdades na Bahia. Salvador:

SEI, 2008.

268 p. il. (Série estudos e pesquisas, 78).

ISBN 978-85-85976-63-7

I. Desigualdade social – Bahia. I. Título. II. Série.

CDU 364.144 (813.8)

Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar - CAB – CEP 41750-002 – Salvador - Bahia

Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-4707 – Fax: (71) 3116-1781

www.sei.ba.gov.br - sei@ba.gov.br

APRESENTAÇÃO

A aceitação do capitalismo e da ideologia (neo)liberal como os paradigmas dominantes da modernidade contribuiu para que se tornasse senso comum a idéia da necessidade da redução do Estado que, convergente com essa “nova” lógica, deixaria de ser o principal provedor do bem-estar social. A vida econômica das nações passaria, desse modo, a ser regida, predominantemente, pelos mecanismos de mercado. Nesse contexto, se acentuaram os problemas ocasionados pela desigualdade e pela pobreza, ainda que tenham sido considerados como algo de inadiável enfrentamento. De fato, as conquistas científicas, o desenvolvimento de tecnologias, o avanço na produção e difusão das informações que se fizeram presentes nas últimas décadas não conseguiram minimizar a questão das intensas disparidades nas condições de vida dos povos de diferentes nações. O que se evidenciou foi que o aumento da riqueza dos países não foi acompanhado por políticas de melhor distribuição de renda.

No início da década de 2000, sobretudo nos países ditos em desenvolvimento, o cenário foi de diminuição, e mesmo supressão, dos direitos sociais, do aumento da concentração de renda, do desemprego e da exclusão social, situações que contribuíram para expor o acirramento das desigualdades sociais que, por isso, voltaram a ser objeto de debates acadêmicos, constituindo-se em foco de programas de governos e de projetos de organismos internacionais.

Sendo assim, é fundamental que os governos conheçam as condições de vida dos seus cidadãos, entendendo seus determinantes históricos e conjunturais, de modo a atuar com maior eficiência no sentido de minimizar os problemas gerados pelas extremas desigualdades sociais. Foi com o intuito de participar das discussões em curso e de contribuir para o planejamento governamental no estado da Bahia, que a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI realizou este estudo cujo propósito central foi, com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 2003, identificar os níveis de desigualdade no estado, principalmente aqueles evidenciados no mercado de trabalho, verificando como as diferentes situações espaciais, sociais e pessoais podem afetar o acesso a bens socialmente valorizados. Trabalhou-se, igualmente, no sentido de apresentar o perfil dos segmentos sociais de maior e menor renda na Bahia, no que diz respeito à forma de inserção no mercado de trabalho, ao rendimento, ao nível educacional e tipo de organização familiar, quando possível, em cada um dos três espaços enfocados: Bahia, Região Metropolitana de Salvador, Bahia Não-Metropolitana.

Pretendeu-se, portanto, ir um pouco além do debate conceitual e metodológico sobre a pobreza e os desequilíbrios socioeconômicos, construindo um “retrato” da desigualdade que não ficasse restrito à simples enumeração e caracterização dos “pobres” e “excluídos”, trazendo-se à luz as contradições da sociedade baiana, contradições essas criadas há muito e que se mantiveram e se acentuaram com o passar do tempo. Desta forma, espera-se contribuir com elementos para a elaboração de políticas públicas mais eficientes e sustentáveis no longo prazo, que possibilitem uma maior equidade nas condições de vida da sociedade baiana.

■ SUMÁRIO

07	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA A DISCUSSÃO DAS DESIGUALDADES NA BAHIA <i>Patrícia Chame Dias, Cláudia Monteiro Fernandes</i>
08	REND A, DESIGUALDADE E POBREZA
13	A RESPEITO DA ESPACIALIZAÇÃO
13	Critérios para delimitação de áreas urbanas e rurais
14	Validade da persistência da dicotomia urbano-rural
15	REFERÊNCIAS
17	A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO ESTADO DA BAHIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ÁREAS ANALISADAS <i>Luís André de Aguiar Alves</i>
18	A DESIGUALDADE DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA, POR ESPAÇOS E ESTRATO DE RENDA
20	A ORIGEM DOS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS BAIANAS E A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO
24	A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO
31	CONSIDERAÇÕES FINAIS
32	REFERÊNCIAS
33	TRAÇOS DAS FAMÍLIAS BAIANAS SEGUNDO A PERSPECTIVA DA DESIGUALDADE DE RENDIMENTO <i>Laumar Neves de Souza, Luís André de Aguiar Alves, Cláudia Monteiro Fernandes</i>
36	TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA BRASILEIRA
38	O novo padrão sociodemográfico
40	Os novos valores culturais
41	Os fatores de ordem econômica
44	COMO SÃO AS FAMÍLIAS BAIANAS DE MENOR E DE MAIOR RENDIMENTO?
54	CONSIDERAÇÕES FINAIS
55	REFERÊNCIAS
59	DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS <i>Marcelo Santana, Iara Normando Tude</i>
60	DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS E ACESSO À EDUCAÇÃO FORMAL
64	DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS E SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO
67	CONSIDERAÇÕES FINAIS
67	REFERÊNCIAS

69	O MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA SEGUNDO A ÓTICA DA DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS
	<i>Flávia Santana Rodrigues</i>
70	O CONTEXTO GERAL DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA SEGUNDO ALGUNS ATRIBUTOS DAS PESSOAS EM IDADE ATIVA COM RENDIMENTOS
74	A CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DOS GRUPOS DOS 10% DE MAIOR E DOS 50% DE MENOR RENDA FAMILIAR PER CAPITA
87	CONCLUSÕES
89	REFERÊNCIAS
91	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL SETORIAL E OCUPACIONAL DOS GRUPOS DE RENDA
	<i>Daniela Franco Cerqueira</i>
92	OS GRUPOS DE RENDA NOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE
92	Agropecuária
96	Indústria
103	Serviços
111	CONSIDERAÇÕES FINAIS
112	REFERÊNCIAS

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA A DISCUSSÃO DAS DESIGUALDADES NA BAHIA

*Patricia Chame Dias**
*Cláudia Monteiro Fernandes***

Nos últimos anos, as políticas públicas de Estado têm buscado alternativas visando a minimizar as históricas e acentuadas desigualdades sociais vigentes no Brasil. No entanto, tal como alerta Ivo (2003), as ações dos governos não parecem ser calcadas na tentativa de promover uma melhoria das condições de vida do cidadão. Seu objetivo fundamental tem sido o de garantir uma estabilidade social mínima, atenuando as tensões e as incertezas sociais inerentes às novas políticas econômicas liberais a fim de permitir, ou facilitar, a continuação da acumulação capitalista. Para essa autora, na medida em que se reestruturou o modelo de responsabilidade social – com o Estado se desincumbindo de mediar, estruturar e garantir os direitos sociais –, a condução da questão social vem sendo desassociada da institucionalidade da proteção social. Criou-se uma clara separação entre proteção e assistência, esta última sendo tratada como algo desvinculado dos direitos sociais.

O combate à pobreza, tarefa que os governos na contemporaneidade assumem como fundamental, vem sendo colocado em substituição à efetivação de políticas sociais fundamentadas nos direitos universais. Pautando-se nessa lógica, o novo modelo de “justiça social” passa ao largo das causas estruturais da pobreza, fortalece-se a vertente da focalização das ações, com alvos claramente delineados e limitado investimento financeiro, situação que reflete o caráter pontual que passaram a ter as novas políticas sociais.

No Brasil, tanto no discurso político quanto em alguns setores da Academia, durante muito tempo defendeu-se a idéia de se investir esforços no crescimento econômico, pois, a partir daí viria a solução para os problemas associados à desigualdade de acesso aos direitos sociais e para a redução da pobreza. Os direitos a uma distribuição de renda e condições de vida menos desiguais ficavam, assim, adiados em nome de um futuro que se divulgava próspero... No entanto, no final do século XX, o que se evidenciou foi o agravamento da desigualdade nas condições de vida de sua população, provocando a retomada do debate sobre a pobreza que, então, foi fortemente influenciado pelas novas políticas liberais.

É interessante observar que as desigualdades se intensificaram num momento em que o Brasil experimentava o processo de redemocratização, iniciado no final dos anos 70 e que culminou com a Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, que gerou uma expectativa de ampliação de acesso aos direitos sociais.

* Mestra em Geografia pela UFBA. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Trabalha na SEI. patriciadias@sei.ba.gov.br

** Economista. Mestra em Ciências Sociais pela UFBA. claudiamf@uol.com.br

RENDA, DESIGUALDADE E POBREZA

Em 2003, conforme dados do Banco Mundial, o Brasil possuía um PIB de 492.338 milhões de dólares, o que o colocava na 15ª posição no *ranking* mundial da produção de riquezas. Tomando-se como base o poder de compra de cada moeda nacional, o PIB brasileiro se elevou para 1.371.655 milhões de dólares PPP (*purchasing power parity*) e o país passou a ocupar a 9ª colocação. Do ponto de vista da renda per capita, ocupa uma posição bem mais modesta (95ª, sob o primeiro critério e 86ª, sob o segundo). Ainda assim, mais de 60% dos países do mundo tinham renda per capita inferior à brasileira no referido ano. Em outros termos, no cenário mundial, tomando-se como referência tais indicadores, o Brasil apresentava-se numa posição relativamente confortável. Todavia, comparando-se com a situação desse país com a existente em outros com renda per capita semelhante, evidenciava-se que aqui a pobreza era significativamente superior à média mundial. Com efeito, em 1999, cerca de 30% da população era considerada pobre, enquanto que em países com renda per capita similar à brasileira, essa proporção ficava em torno de 10%. Essa diferença do Brasil em relação às demais nações pode ser atribuída ao amplo grau de concentração dos recursos nesse país (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001).

Para discutir essa situação, é relevante verificar o estudo de Rocha (2003) onde os países foram organizados em três grupos, tomando como base o nível de pobreza. De acordo com essa autora, fariam parte do primeiro grupo países onde a existência da pobreza absoluta seria inevitável, dada a insignificância da renda nacional de cada um deles. Nesses casos, mesmo que a renda fosse distribuída da forma mais igualitária possível, ainda assim, a pobreza persistiria. Caberia aduzir que, paradoxalmente, é exatamente em países como esses, de escasso desenvolvimento econômico, que a distribuição de renda é, em geral, a mais concentrada e, por conseguinte, onde a pobreza se manifesta da maneira mais abominável.

Pertenceriam a um segundo grupo os países ditos desenvolvidos, cuja renda per capita é elevada e a desigualdade de rendimentos é compensada por transferências de renda via governo e por acesso a serviços públicos de boa qualidade. Nesse caso, portanto, a noção de pobreza tem um caráter necessariamente relativo, baseando-se na renda média ou mediana de cada contexto social. Vale acrescentar que o assalariamento, nesse grupo de países, é a forma amplamente dominante de inserção no mercado de trabalho e que, em geral, o mínimo salarial tem a capacidade de suprir de maneira satisfatória as necessidades básicas de quem trabalha. Ademais, os rendimentos do trabalho não apresentam grandes disparidades entre si.

Haveria, finalmente, um terceiro grupo de países situado em uma posição intermediária, isto é, países que já ostentam uma renda per capita que, em tese, seria suficiente para garantir condições de vida minimamente decentes para todos, mas que permanecem com largas parcelas de sua população vivendo em situação de pobreza absoluta. Para os integrantes desse grupo, portanto, a persistência da miséria estaria associada, principalmente, à desigualdade na distribuição da renda.

O Brasil enquadra-se nessa última caracterização: mesmo detendo um acúmulo de riqueza significativo, a pobreza permanece incidindo sobre uma larga parcela da sua população refletindo sua histórica forma de distribuição (ou melhor, concentração) de renda. Segundo Osório e Medeiros (2003), conforme os critérios utilizados para definir uma linha de pobreza¹, pode-se dizer que entre um terço e metade dos moradores do país vive em torno dessa linha. Dada a riqueza aqui gerada, a situação evidencia a extrema desigualdade da distribuição de renda no Brasil como a principal causa da elevada proporção de pessoas que vivem em pobreza absoluta. Essa injusta distribuição de renda, associada à desigual distribuição de infra-estruturas e serviços públicos, incide na produção de intensas disparidades nas condições de vida da população brasileira.

Centrando-se as reflexões na questão da distribuição da renda, observa-se que, conforme Ferreira (2000), na década de 1990, o índice de Gini² do Brasil ficou em torno de 0,59, enquanto que na América Latina era de 0,50, na África de 0,47 e nas regiões mais igualitárias, como nos países ricos, esse índice não ultrapassou 0,34. Barros, Henriques e Mendonça (2001) observaram que os níveis de pobreza atribuídos à população brasileira eram bem superiores aos constatados em um conjunto de nações com renda per capita próxima à do Brasil. Acrescentaram que “a análise atenta do período 1977/99 revela, de forma contundente [...] a inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001, p. 17).

Com base nesses e em outros dados levantados, tais autores argumentaram que além (ou mais do que) de estimular o crescimento econômico, faz-se necessário que no Brasil sejam empreendidas políticas que diminuam a desigualdade. Em outros termos, com uma política de distribuição de renda efetiva seriam alcançados resultados mais rápidos e satisfatórios no que tange à redução da pobreza do que os que vêm sendo obtidos em anos de crescimento econômico, já que “[...] a pobreza reage com maior sensibilidade aos esforços de aumento de equidade do que aos de aumento do crescimento [econômico]” (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001, p. 20). Acrescente-se que, tal como se demonstra no Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU (dados de 1999), a razão entre a renda média dos 20% mais ricos da população brasileira e os 20% mais pobres era maior do que 30, o que colocava o Brasil como um dos campeões mundiais da desigualdade, sendo superado apenas pela África do Sul e por mais alguns pequenos países do continente africano.

Esses dados e análises contribuem para reforçar a proposição de Furtado (1981), que concebe que a pobreza no Brasil – que não é necessariamente um país pobre e, sim, desigual – poderia ser minimizada pela redução na participação da renda nacional dos 10% mais ricos ao mesmo nível que esse segmento detém nos países cujo estágio de desenvolvimento é similar ao nacional.

¹ Osório e Medeiros (2003), embora discutindo a pertinência ou não do uso de uma linha de pobreza, para o estudo citado optaram por adotar como linha de pobreza o valor de ½ salário-mínimo de renda domiciliar per capita no mês de janeiro de 2002, que equivalia a R\$ 90,00.

² O índice de Gini, que é utilizado para verificar a desigualdade de uma distribuição, varia de 0 (zero) a 1 (um), sendo 0 a igualdade perfeita e 1 a extrema concentração ou máxima desigualdade.

É possível afirmar que a desigualdade e a pobreza permaneceram “imunes” às transformações por que vem passando o país, seja no plano político, seja no econômico. De fato, tanto a conquista da democracia, quanto os indiscutíveis avanços obtidos na economia pouco contribuíram para, sequer, diminuí-las. Ao contrário, o que se pôde observar nos últimos anos, sobretudo na última década, foi a expansão da pobreza em direção a estratos da população pertencentes à chamada classe média. Essa constatação apenas confirma a idéia, já amplamente aceita, de que o crescimento econômico não é fator preponderante na superação das desigualdades sociais, fazendo-se necessária a existência e a concretização de políticas públicas que promovam uma redistribuição de renda mais eqüitativa, diminuindo a sua concentração.

Como a evolução da renda de cada estado da Federação está associada aos movimentos econômicos nacionais e internacionais mais amplos, na Bahia o quadro não se apresentou muito diferente do verificado no Brasil. Desse modo, a melhoria dos indicadores econômicos baianos não vem se traduzindo em redução significativa das desigualdades, tal como apontou o trabalho de Osório e Medeiros (2003). Esses autores indicaram que, entre 1981 e 1999, comparando-se os resultados obtidos para todos os estados do Nordeste, houve um aumento pouco significativo da renda média per capita da Bahia. Com isso, a Bahia, que em 1981,

[...] possuía a segunda maior renda per capita do Nordeste (nona menor do Brasil), superada apenas por Pernambuco, e suplantando a renda de todos os demais estados nordestinos e do Amapá, passou a ter a quinta menor renda per capita do país e do Nordeste em 1999 (OSÓRIO; MEDEIROS, 2003, p. 256).

Contudo, enquanto a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou em 5%, a dos 40% que compunham o grupo dos mais pobres diminuiu em 8%. Ou seja, o aumento da renda se fez de forma concentrada.

No mesmo período, embora tenha ocorrido uma pequena elevação do índice de Gini, a Bahia melhorou sua posição no Nordeste: em 1999, apenas o Maranhão apresentou concentração de renda inferior à da Bahia. Ressalta-se, porém, ainda de acordo com Osório e Medeiros (2003), que a incidência de pobreza nesse estado, diferindo do que se observou em outras unidades da federação, manteve-se constante e acentuou-se entre 1981 e 1999. Os autores concluem que

Em termos de pobreza e concentração de renda, portanto, a sociedade baiana não tem razões para se orgulhar das duas últimas décadas do século XX. [...] em 1981, apenas um estado nordestino possuía uma situação comparativamente melhor que a da Bahia – Pernambuco. Porém, ao longo do período, outros estados tiveram maior sucesso no combate à pobreza, ainda que acompanhado por uma intensificação da concentração de renda. Essa diferença de desempenho fez com que a Bahia terminasse a década de 1990 como um dos estados mais pobres do país. A isto soma-se o agravante de que enquanto os outros estados, com situação ainda pior que a baiana, têm apresentado franca evolução de seus indicadores (exceto o Gini), na Bahia a situação parece estática. Mantendo-se tal tendência, a Bahia pode-se trans-

formar, a médio prazo, no estado mais pobre do Brasil (OSÓRIO; MEDEIROS, 2003, p. 257).

Analisando a distribuição de rendimento entre a população em idade ativa (PIA), Guimarães (2003) verificou que, em 1992, os 50% mais pobres da Bahia se apropriavam de 14,5% do rendimento do estado, enquanto que o 1% mais rico se apropriava de 15,0% desse total. No ano de 1999, esses valores passaram a ser de 16,8% e 15,2%, respectivamente. Observou que, ainda que se pudesse dizer que tenha havido uma pequena diminuição da desigualdade para o estado, cerca de 6,5 milhões de pessoas detinham, em 1999, uma parcela do rendimento total praticamente igual àquela que era apropriada por cerca de 130 mil pessoas. Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a concentração de renda, diferentemente do verificado para a totalidade baiana, ampliou-se: para os 50% mais pobres, a participação no rendimento total declinou de 14,0% para 12,4%; já para os 10% mais ricos, identificou-se um aumento de 13,8% para 14,1% na participação na massa de rendimento.

Prosseguindo em suas análises, Guimarães (2003) constatou também elevados níveis de desigualdade na distribuição dos rendimentos em termos de renda familiar per capita. Na Bahia, em 1999, a renda oscilou em torno de 6,3 salários mínimos no grupo formado pelos 10% mais ricos, enquanto que entre os 10% mais pobres a renda familiar per capita equivalia a 0,15% do salário mínimo. Comparando-se esses resultados com os de outros estados nordestinos, mais uma vez, os dados da totalidade estadual e da RMS apontam para situações distintas. Considerando-se a Bahia, o nível da desigualdade da renda familiar encontrava-se entre os menores do Nordeste e abaixo da média nacional. Na RMS, encontrou-se o maior diferencial de renda dentre as outras oito regiões metropolitanas estudadas pela PNAD – nessa, a renda média familiar per capita das pessoas que se encontravam no grupo dos 10% mais pobres era de 0,15 salário mínimo, enquanto que a dos 10% mais ricos era de 12,5 salários mínimos. Analisando esses dados, concluiu que, entre 1992 e 1999, o

[...] estado apresentou uma ligeira melhoria da desigualdade de renda – marcado, sobretudo, por uma maior participação dos mais pobres na renda *vis à vis* uma ligeira redução da participação dos mais ricos.

Por outro lado, na RMS, a contração dos rendimentos – que já era elevada – foi ainda mais acirrada em decorrência da reduzida expansão da renda dos mais pobres em detrimento de um crescimento mais do que proporcional da renda dos mais abastados. Esse processo leva a crer que, provavelmente, a melhoria na distribuição de renda do interior do estado tenha sido até mais expressiva, uma vez que as tendências da RMS influenciam de forma significativa as médias estaduais (GUIMARÃES, 2003).

Os trabalhos de Osório e Medeiros (2003) e de Guimarães (2003) apresentam resultados e conclusões similares. Entretanto, o estudo desenvolvido por esse último autor revelou a existência de peculiaridades na dinâmica da pobreza e da distribuição de renda na RMS em relação às demais áreas do estado, apontando para a necessidade de tratar desses dois recortes espaciais – a Bahia e sua região metropolitana – nos estudos que tratem de desigualdades. Com isso, os fenômenos relacionados à distribuição dos rendimentos ocorridos no núcleo central da

economia da Bahia (Salvador e seu entorno) ganhariam visibilidade, permitindo identificar as convergências e divergências desses processos em relação evidenciados para a totalidade do estado. Ademais, esse enfoque também possibilitaria identificar a situação de outro espaço, que se pode chamar, a Bahia Não-Metropolitana.

Acrescente-se que as reflexões sobre as desigualdades sociais nesse estado não podem ser feitas sem que se atente para as condições sob as quais a Bahia passou a integrar de forma mais articulada o processo de expansão do capitalismo do país. Após um período de estagnação econômica observada no começo do século XX, interesses das elites locais associada a ações do Governo Federal fizeram com que, a partir dos anos 50, a Bahia reassumisse importância no cenário econômico nacional. A descoberta do petróleo, a implantação da Refinaria Landolfo Alves (em 1955), do Centro Industrial de Aratu (em 1962) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (em 1978) ilustram bem essa fase da economia calcada na industrialização.

Deve-se destacar que, tal como afirmaram Faria (1980) e Carvalho e Souza (1980), dentre outros autores, a instalação dessas estruturas decorreu de interesses e decisões extra-regionais, desarticuladas e desarticulando os setores produtivos locais, e se configuraram como uma extensão do parque industrial do Sudeste, das grandes empresas internacionais que já estavam funcionando naquela região. Pode-se dizer que a industrialização baiana, baseada na produção de bens intermediários, tratou-se de “[...] um modelo de complementaridade com a estrutura industrial do Centro-Sul, e por essa via a integração da Bahia à economia nacional se fez mais completa e mais rápida” (OLIVEIRA, 1987, p. 50). Sendo assim, no processo de re-integração à nova ordem produtiva do país, a Bahia assumiu uma posição inferior em relação aos estados do Sudeste – também se abrindo a eles como mercado para seus produtos e como fornecedora de mão-de-obra – que comandavam a economia e a política nacional.

No âmbito interno, do mesmo modo, evidenciou-se uma hierarquização dos diversos espaços baianos (diversidade evidenciada em termos históricos, políticos, econômicos, sociais e ambientais). A dita modernização da economia do estado e a elevação dos indicadores econômicos tiveram como sede principal Salvador e seu entorno. Em outras palavras, além de não se articular com os setores produtivos anteriormente existentes, a industrialização foi espacialmente concentrada, fortalecendo a centralidade da área metropolitana em relação à totalidade do estado. Sendo assim, se de fato a pobreza e a desigualdade existiam muito, com o advento da industrialização, a forma e os processos que a estabeleceram favoreceram a permanência da maior concentração social e espacial da renda, da população, dos investimentos públicos e privados e da instalação de equipamentos de infra-estrutura na RMS.

Considerando-se a persistência dos desequilíbrios na distribuição de renda, seus diferenciais espaciais e as especificidades do desenvolvimento econômico do estado, ao se propor estudar questões referentes às desigualdades sociais na Bahia, optou-se por, ao invés de definir uma “linha de pobreza”, tratar das especificidades das populações que estão situadas nos extremos sociais. Em outras palavras, as análises se pautaram na comparação dos dados do grupo formado pelos **50% da população com menores rendimentos** com os do grupo dos **10% com maiores rendimentos**. Tal opção teve por objetivo trazer à luz as distâncias existentes entre esses dois grupos sociais. Além disso, evidenciou-se relevante observar o perfil de cada um desses grupos de acordo com os espaços onde residiam, definidos a partir de análises

realizadas em estudos anteriores: o conjunto estadual, a RMS e a Bahia Não-Metropolitana. Assim, não se pretendeu dimensionar apenas o “tamanho da pobreza”, mas, principalmente, contribuir para a construção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das questões que produzem e perpetuam as desigualdades, levantando-se aspectos daqueles grupos com os maiores e com os menores rendimentos da Bahia em 2003.

Parte-se, assim, do pressuposto de que as desigualdades sociais são fenômenos que não são específicos da Bahia, tendo sido gerados, ao longo dos séculos, em decorrência de seus processos internos, mas, principalmente, por conta de dinâmicas ocorridas nas escalas nacionais e internacionais. Nesse sentido, não basta identificar a quantidade de pessoas que vivem de forma precária; evidencia-se a necessidade de elaborar um panorama sobre as desigualdades na Bahia, buscando tratar de algumas das múltiplas variáveis que essa situação envolve. Para tanto, neste estudo, tendo como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, a PNAD, de 2003, selecionaram-se os segmentos sociais por estrato de renda (os 50% com menor renda e os 10% de maior renda), e tomando-se como referência o rendimento familiar per capita, a proposta principal deste trabalho se consiste em **identificar os níveis de desigualdade para o conjunto estadual, para o espaço Metropolitano e para o espaço Não-Metropolitano, demonstrando como as diferentes situações espaciais, sociais e pessoais podem afetar o acesso a bens socialmente valorizados**. Procurou-se, igualmente, verificar o perfil da população, no que diz respeito a características do domicílio, do emprego, dos rendimentos, da educação e a forma de organização familiar para os dois grupos selecionados, em cada um dos três espaços enfocados.

A RESPEITO DA ESPACIALIZAÇÃO

Para a operacionalização deste trabalho, conforme mencionado anteriormente, foram adotados três recortes espaciais: o estado; a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e a Bahia Não-Metropolitana. Optou-se, com isso, por não utilizar a espacialização mais comum a esse tipo de análise, que toma como base as desigualdades entre as áreas urbana e rural. Além de considerar os resultados dos estudos anteriormente realizados a exemplo de Gimarães (2003), essa opção metodológica decorreu (1) do objetivo deste estudo e (2) das discussões sobre a validade de se trabalhar com essas duas categorias espaciais acima postas. Com relação a essas discussões, simplificarmente, pode-se afirmar que se pautam em dois grupos de argumentos apresentados a seguir.

CrITÉRIOS para delimitação de áreas urbanas e rurais

No Brasil, oficialmente, toda sede municipal e distrital é considerada área urbana. Esse critério é respeitado pelo IBGE em suas pesquisas. Para o Censo Demográfico de 2000 foi estabelecida uma nova categoria de urbana denominada “área urbana isolada”³. As áreas rurais correspondem

³ O IBGE considera área urbana isolada o setor urbano situado em áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal.

àquelas diferentes desses contextos – os povoados; aglomerados do tipo expansão urbana; núcleo de um determinado aglomerado rural isolado e outros que não se enquadrem em nenhuma das categorias anteriores. Ressalve-se, contudo, que como apontou Veiga (2002), a definição legal do que é ou não urbano decorre da ação das câmaras municipais que podem – independente de qualquer característica social, econômica ou de organização espacial que uma área possua – estabelecer novos distritos e seus núcleos bem como expandir o perímetro urbano já existente.

A delimitação do urbano, portanto, vincula-se a decisões de cunho político-administrativo e varia, com certa intensidade ao longo do tempo. Na Bahia, após 1996, a área e a população urbana se ampliaram significativamente por efetivos processos de urbanização, mas, além disso, ocorreu a emancipação de dois novos municípios⁴ (o que implicou na criação de sedes/novas áreas urbanas) e em 62% das suas unidades municipais ocorreu expansão do perímetro urbano que avançou sobre o rural por conta de decretos municipais. Se por um lado essas leis podem ter expressado no nível legal processos que já estavam ocorrendo (incorporando áreas que efetivamente haviam passado por alteração de formas de organização e produção, deixando de apresentar um perfil associado ao mundo rural), por outro, podem ter convertido em área urbana espaços cujas características e densidades de pessoas estejam eminentemente vinculadas ou se baseiem em atividades associadas à agropecuária.

No que tange ao escopo deste trabalho, importa destacar que a constante alteração dos perímetros urbano e rural inviabiliza análises comparativas ao longo do tempo para ambas as áreas. Do mesmo modo, ainda que se faça um estudo para um determinado período, o conjunto urbano e o conjunto rural baiano envolvem realidades com uma grande variação de tipologias, o que sugere que esse não se constitui num recorte espacial fidedigno no sentido de revelar especificidades em relação a diferentes aspectos da vida social, tal como a questão das desigualdades.

Validade da persistência da dicotomia urbano-rural

Autores como Singer (1975), Santos (1994), Spósito (1999), e Souza (2003) verificaram que, a partir da Revolução Industrial – e da dinâmica dos processos sócio-espaciais dela decorrentes –, sobretudo a partir do período técnico-científico-informacional, os espaços seguiram novas lógicas de articulação. Com isso, o que tradicionalmente era considerado urbano ou rural, com sistemas de valores e modos de produção singulares e mais ou menos independentes, passaram a ser submetidos a processos bastante comuns. Especificamente, a ideologia urbana não ficou mais circunscrita aos limites físicos da cidade, espalhando-se, inclusive, por áreas onde as atividades ligadas à produção primária predominavam. Desse modo, esses estudiosos argumentaram que a dicotomia urbano-rural não faz mais sentido, na medida em que existe uma articulação entre os moradores dessas áreas, decorrente dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações,

⁴ Barrocas e Luís Eduardo Magalhães (ambos criados em 2000).

capitais, etc., fazendo com que o modo de vida urbana tenda a se disseminar em espaços denominados oficialmente como rurais.

Acrescente-se que, para Santos (1994), o espaço brasileiro deveria ser dividido não em urbano e rural, e sim entre urbano – cuja estrutura é determinada pelos setores secundários e terciários – e agrícola, entendendo essa como uma região comandada pelas atividades agrícolas, ainda que incorpore cidades.

Essas discussões indicam as dificuldades e os riscos de se trabalhar com propriedade, nesse momento, o urbano e o rural como categorias de análise para questões referentes à desigualdade de renda.

No intuito de realizar uma abordagem panorâmica a respeito das desigualdades no interior do território baiano, a espacialização proposta se apresenta como válida na medida em que permite visualizar (1) a situação para a totalidade do estado, (2) para a região onde se concentra a maior parte da população, da renda, dos investimentos públicos e privados, dos equipamentos, infra-estruturas da Bahia, a RMS e (3) para as outras regiões do estado. Ainda que se soubesse que essa última área reúne municípios com perfis bastante distintos, considerou-se que, dado o objetivo deste estudo, tal agregação não prejudica o entendimento das características socioeconômicas mais gerais dos dois segmentos sociais analisados.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 24 p. (Texto para discussão, n. 800).
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de. A produção não-capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 71-102. (Caderno CEBRAP, n. 34).
- FARIA, Vilmar. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar. *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes, 1980. (Caderno CEBRAP, n. 34).
- FERREIRA, H. G. Francisco. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?. In: HENRIQUES, Ricardo et al. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.131-158.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós -"milagre"*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Evolução da distribuição de rendimentos na Bahia durante a década de 90 do século XX. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama social da Bahia*. Salvador: SEI, 2003. p. 65-96. (Série estudos e pesquisas, 59).
- IVO, Anete Brito Leal. Políticas sociais de combate à pobreza nos anos 1990: novas teses, novos paradigmas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p 07-27. (Série estudos e pesquisas, 63).

- OLIVEIRA, Francisco. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro; MEDEIROS, Marcelo. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 249-266. (Série estudos e pesquisas, 63).
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. (Estudos urbanos, 5).
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Ana Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho. (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 83-99.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 304 p.

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO ESTADO DA BAHIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ÁREAS ANALISADAS

*Luís André de Aguiar Alves**

Distribuição de renda é sempre um assunto controverso, principalmente no Brasil que é um dos países que detêm uma das maiores, se não a maior, concentração de renda no mundo. Deve-se salientar que, na maioria dos casos, as estimativas de concentração de renda levam em consideração a distribuição pessoal da renda auferida através de pesquisas domiciliares. Por outro lado, a distribuição funcional da renda, que estima a divisão da renda entre salários e lucros, sequer é mencionada. No Brasil, desde o início da década de 1970, a distribuição pessoal da renda sempre se apresentou muito elevada. Já no caso da distribuição funcional, a concentração se acentuou principalmente a partir da década de 1990.

Na Bahia, o quadro da distribuição de renda não poderia ser diferente. Porém, o estado possui alguns agravantes que tornam, principalmente, a distribuição pessoal da renda mais desigual. Fatores como a grande concentração de atividades econômicas no entorno e na Região Metropolitana de Salvador (RMS); uma base industrial predominantemente intensiva de capital (indústria química e petroquímica) com baixo emprego de mão-de-obra¹; cidades, na sua grande maioria, de pequeno porte populacional sem condições de abrigar atividades econômicas mais complexas; uma grande população rural atrelada a atividades agrícolas de baixíssima produtividade; altos índices de desemprego e de informalidade no trabalho. Esses são alguns dos fatores que, provavelmente, contribuem para que a distribuição pessoal da renda no estado apresente indicadores tão elevados.

Neste artigo, a análise da desigualdade dos rendimentos, em primeiro momento, segue as linhas definidas para este trabalho; analisando as desigualdades por espaços (Estado, Metropolitano e Não-Metropolitano) e por estratos de rendimento (50% de menor rendimento e 10% de maior rendimento) levando-se sempre em consideração o rendimento familiar per capita. Em segundo momento, a análise será baseada na formação dos rendimentos, ou seja, rendimentos oriundos do trabalho, aposentadorias, pensões, aluguéis etc. Neste caso, a análise leva em consideração os espaços, e apenas para o estado serão considerados os estratos de rendimentos. Por fim, a última parte vai analisar os rendimentos do trabalho por espaço e por algumas características das pessoas ocupadas.

* Mestre em Economia pela UFBA. Especialista em Políticas e Gestão Governamental. Trabalha na SEI. luisandre@sei.ba.gov.br

¹ Note que essa característica aumenta não só a distribuição pessoal da renda, por empregar poucas pessoas pagando altos salários, como também faz aumentar a concentração funcional da renda, pois atrela aos poucos empregos criados ao uso intensivo de capital, garantindo uma maior produtividade do trabalho e, conseqüentemente, uma menor participação dos salários no produto gerado.

A DESIGUALDADE DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA, POR ESPAÇOS E ESTRATO DE RENDA

Como foi citado anteriormente, o estado da Bahia possui uma distribuição de renda bastante concentrada, sendo que essa concentração é mais acentuada em relação aos índices apresentados pelo país devido às características socioeconômicas e geoclimáticas do estado. Dividindo o estado da Bahia em espaço Metropolitano e Não-Metropolitano ficam explícitas as diferenças existentes, em termos de rendimento familiar per capita, entre as duas áreas. A Tabela 1 mostra que existe um diferencial significativo de rendimento familiar per capita médio da RMS em relação ao espaço Não-Metropolitano. Neste caso, o rendimento médio familiar per capita na RMS supera em cerca de 98% a média observada no espaço Não-Metropolitano.

Tabela 1				
Rendimento médio familiar per capita, por espaço e estrato de rendimento, Bahia, 2003				
Espaço	Rendimento médio familiar per capita em R\$			Relação 10% / 50%
	50%	10%	Total	
Estado	57,17	1.020,30	210,30	17,85
Metropolitano	84,31	1.696,79	339,27	20,13
Não-Metropolitano	51,88	768,41	171,60	14,81

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Observando a mesma relação anterior, considerando os estratos de renda, verifica-se que entre os 50% de menor rendimento, o rendimento médio familiar per capita da RMS, R\$ 84,31, supera em 62,5% a média do espaço Não-Metropolitano, R\$ 51,88. Em relação ao segmento dos 10% de maior rendimento, a diferença entre as médias do rendimento familiar per capita é cerca de 121,8%.

As relações entre as médias por estrato de rendimentos também se mostram bastantes desiguais, sendo inferior a 15 vezes no espaço Não-Metropolitano. Por sua vez, na RMS essa relação é um pouco maior que 20. As médias de rendimento familiar per capita para a população total dos espaços se mostraram muito baixas, sendo superior ao salário mínimo vigente em setembro de 2003 (R\$ 240,00) apenas no espaço Metropolitano. Dessa forma, a tabela aponta que a desigualdade no estado é mais significativa devido ao grande diferencial de salários existentes entre os 10% de maior rendimento residentes na RMS em relação ao restante do estado.

A Tabela 2 mostra os valores monetários extremos do rendimento familiar per capita por espaço e estrato do rendimento. Observa-se que, em relação aos 50% de menor rendimento, independente de espaço, os valores máximos encontrados por espaço são baixos. Tal estrutura de rendimentos coloca esse percentual da população extremamente dependente dos serviços públicos.

Tabela 2
Limites máximos do menor rendimento e limites mínimos do maior rendimento por espaço, Bahia, 2003

Espaço	Limite do rendimento familiar per capita em R\$	
	Rendimento máximo 50%	Rendimento mínimo 10%
Estado	106,00	407,00
Metropolitano	160,00	725,00
Não-Metropolitano	96,00	330,00

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Em relação aos 10% de maior rendimento familiar per capita, os valores mínimos para o segmento, independente de espaço, apresentam valores superiores a um salário mínimo familiar per capita. Em se tratando de uma pequena “elite” da população dos espaços em estudo, pode-se concluir que, até para uma boa parte das pessoas que se encontram dentro deste “seleto” grupo, os rendimentos familiares podem ser considerados modestos.

A Tabela 3 ajuda a entender melhor os dados apresentados anteriormente, indicando que em média, na Bahia, os 10% de maior rendimento apropriam-se de 48,5% dos rendimentos, enquanto os 50% de menor rendimento ficam apenas com 13,6%.

Tabela 3
Proporção dos rendimentos apropriados por segmento de renda familiar per capita e por espaço, Bahia 2003

Espaço	Proporção dos rendimentos em relação ao total de rendimentos (%)	
	50%	10%
Estado	13,59	48,53
Metropolitano	12,42	50,02
Não-Metropolitano	15,12	44,78

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Observando-se por subespaço (Metropolitano e Não-Metropolitano), as mudanças nas proporções são mais significativas no espaço Não-Metropolitano. Contudo, deve-se ressaltar o caráter adverso dos comportamentos. Enquanto na RMS é observado um comportamento regressivo, a proporção dos rendimentos das pessoas com maior rendimento aumenta. No espaço Não-Metropolitano o comportamento é progressivo – maior proporção das pessoas com menor rendimento e redução na proporção dos rendimentos das pessoas com maior rendimento.

Por fim, a Tabela 4 mostra os valores do índice de Gini total e por segmento de renda de acordo com o espaço. Observa-se que os formatos das distribuições são bastante semelhantes. Em relação ao total, o índice de Gini é de 0,608 na RMS e de 0,555 no espaço Não-Metropolitano. Apesar de a desigualdade ser menor no espaço Não-Metropolitano, isso não

significa melhores condições de vida, visto que os rendimentos freqüentemente observados nessa área são bastante modestos. Ademais, os índices encontrados para as duas áreas, apesar de apresentarem características bastante diferenciadas, são consideravelmente elevados, indicando que a concentração de renda do estado não é muito influenciada por questões regionais.

Tabela 4
Índice de Gini por espaço e segmento de rendimento familiar per capita, Bahia, 2003

Espaço	Índice de Gini		
	Total	50%	10%
Estado	0,589	0,260	0,388
Metropolitano	0,608	0,266	0,328
Não-Metropolitano	0,555	0,252	0,380

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

No tocante aos 50% de menor rendimento familiar per capita, os índices não apontam grandes diferenças entre os espaços observados. Entre os 10% de maior rendimento familiar per capita, a desigualdade mostra-se substancialmente menor na RMS, com o índice de Gini em torno de 0,328, enquanto, nos demais espaços, apresenta este índice igual ou acima de 0,380.

A ORIGEM DOS RENDIMENTOS DAS FAMÍLIAS BAIANAS E A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO

Aprofundamento da análise sobre a distribuição dos rendimentos no estado da Bahia requer o exame de novas variáveis. A fim de dimensionar melhor os diferenciais de rendimentos que envolvem a RMS e o espaço Não-Metropolitano se faz necessário discutir a origem dos rendimentos nestas duas regiões. Para uma melhor compreensão, será feita uma análise com base na origem dos rendimentos por espaço e estratificação por renda familiar per capita, sendo que esta última compreenderá apenas os dados para o total do estado.

A Tabela 05 mostra a fonte dos rendimentos das pessoas, segundo o espaço Metropolitano e Não-Metropolitano. Comparando-se as médias dos rendimentos por fonte, constata-se que as médias observadas na RMS são substancialmente superiores às observadas no espaço Não-Metropolitano, sendo a única exceção os rendimentos provenientes de fundos de pensão. Contudo, para este segmento a amostra é muito pequena, não sendo significativa.

Apesar das disparidades existentes nos rendimentos médios, as distribuições relativas dos rendimentos em relação às fontes são bastante similares. Na RMS o conjunto dos rendimentos do trabalho, aposentadorias e pensões pagas pelo INSS representam 94,6% dos rendimentos declarados na pesquisa, enquanto no espaço Não-Metropolitano esse conjunto de fontes de rendimento é responsável por 95,4%.

Tabela 5

Pessoas com rendimentos, total de rendimentos, e média dos rendimentos, por fonte do rendimento e região, Bahia, 2003

Fontes de rendimentos	População	Total dos rendimentos		Média dos rendimentos (R\$)
		R\$	%	
Região Metropolitana de Salvador				
Todos os trabalhos	1.270.830	758.985.058	76,67	597,24
Aposentadorias INSS	174.650	141.043.536	14,25	807,58
Pensão INSS	75.055	36.622.844	3,70	487,95
Fundo de pensão	4.332	4.619.731	0,47	1.066,42
Outro tipo de pensão	40.422	13.356.534	1,34	330,43
Abono de permanência	—	—	—	—
Aluguéis	30.110	15.001.886	1,52	498,24
Doações	37.527	9.172.671	0,93	244,43
Juros	113.831	11.112.934	1,12	97,63
Total		989.915.194	100,00	
Região Não-Metropolitana				
Todos os trabalhos	4.464.655	1.231.745.804	73,77	275,89
Aposentadorias INSS	952.469	297.086.170	17,79	311,91
Pensão INSS	205.583	64.711.418	3,88	314,77
Fundo de pensão	2.902	4.157.020	0,25	1.432,47
Outro tipo de pensão	57.569	11.720.569	0,70	203,59
Abono de permanência	—	—	—	—
Aluguéis	45.953	13.349.800	0,80	290,51
Doações	135.446	17.035.330	1,02	125,77
Juros	831.024	29.933.906	1,79	36,02
Total		1.669.740.017	100,00	

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Uma pequena diferença é notada em relação aos rendimentos previdenciários (aposentadoria e pensões do INSS), seus percentuais de contribuição para formação dos rendimentos são relativamente maiores no espaço Não-Metropolitano que os observados na RMS. Isso ocorre devido à predominância das aposentadorias por idade² no espaço Não-Metropolitano. As aposentadorias por idade privilegiam os trabalhadores rurais e correlatos, concedendo os

² Em relação às aposentadorias por idade, é preciso salientar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 194, Parágrafo Único, equiparou o trabalhador rural ao trabalhador urbano em termos de direito, ao estabelecer que: “Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base na uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais”. No Art. 201, § 5º, estabeleceu um limite mínimo para os benefícios – “nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior a um salário mínimo”. Por outro lado, o Art. 202, Inciso I, estabelece a aposentadoria por idade aos 65 anos para o homem e 60 para mulher, devendo a idade limite ser reduzida em cinco anos para os trabalhadores rurais de ambos os sexos, sendo extensivo estes direitos às atividades equiparadas tais como garimpeiros, pescador artesanal e produtor rural.

benefícios com uma antecipação de cinco anos de idade em relação aos trabalhadores urbanos. Além disso, o estado da Bahia é a unidade da federação que possui a maior população rural em termos absolutos, com um grande contingente de população empregada em atividades agrícolas, o que implica em uma grande concessão de benefícios por idade (ALVES, 2004).

O fato de as aposentadorias rurais por idade serem sempre fixadas em um salário mínimo faz com que a média das aposentadorias e pensões no espaço Não-Metropolitano convirja para uma média em torno do salário mínimo vigente. Na RMS as aposentadorias são geralmente concedidas com base no tempo de serviço. Nestes casos, os benefícios são maiores, pois para sua concessão são consideradas as contribuições do trabalhador, o que faz os valores dos benefícios concedidos aumentarem, sendo em média, bem superior ao valor do salário mínimo.

Na observação dos outros rendimentos (aluguéis, doações, fundo de pensão, juros) é preciso salientar que estes são mal estimados pela PNAD (ALVES, 2003a), que encontra dificuldades para estimar os rendimentos oriundos do patrimônio. Apesar disso, os dados apontam para uma média maior desses rendimentos na RMS, em relação ao espaço Não-Metropolitano, o que tem certa consistência, visto que rendimentos maiores permitem uma acumulação maior de patrimônio.

A distribuição dos rendimentos por fonte e estrato de rendimento familiar per capita é observada na Tabela 6. Entre os 10% de maior rendimento familiar per capita, os rendimentos do trabalho correspondem a 77,2% do total dos rendimentos recebidos, seguidos de aposentadorias e pensões do INSS, com 14,8% e 3,2%, respectivamente. Com exceção dos aluguéis, que têm participação de 1,7%, as demais fontes de rendimentos possuem participação menor que 1,0%. O esperado para este segmento seria uma participação mais significativa dos rendimentos com origem no patrimônio. No entanto, percebe-se que, por uma questão comportamental, ou de segurança, as pessoas mais ricas, ou com maior patrimônio, costumam omitir informações a respeito do seu patrimônio e dos seus investimentos, o que leva a uma subestimação desses rendimentos no segmento. Com exceção dos rendimentos oriundos dos juros com um valor médio de R\$ 229,61, todos os rendimentos superam a média de R\$ 600,00 por mês.

Entre os 50% de menor rendimento familiar per capita, os valores médios dos rendimentos encontrados são muito baixos em relação ao salário mínimo. Como exceção, os rendimentos oriundos de aposentadorias e pensões pagas pelo INSS que, pela Constituição Federal de 1988, obedecem ao limite mínimo de um salário mínimo. Por essa razão, os rendimentos oriundos das transferências do INSS são os que possuem os maiores valores médios.

Os rendimentos oriundos do trabalho são responsáveis por cerca de 80,3% dos totais dos rendimentos. Esse comportamento está dentro do esperado, visto que os baixos rendimentos dos salários impedem a formação de poupança e de capital por boa parte desses indivíduos. O baixo percentual de participação das aposentadorias e pensões pagas pelo INSS (8,07% e 2,04% respectivamente) é reflexo dos baixos rendimentos, principalmente do trabalho, praticados no estado. Isso faz que uma simples aposentadoria ou pensão, na maioria das vezes, com valor de um salário mínimo, permita aos indivíduos que as recebem e a seus

familiares, considerando a metodologia adotada no trabalho, freqüentar os estratos de rendimento familiar per capita superiores aos valores observados como limite para os 50% de menor rendimento familiar per capita.

Tabela 6

Pessoas com rendimentos, total de rendimentos, e média dos rendimentos, por fonte do rendimento e estrato de rendimento familiar per capita, Bahia, 2003

Fontes de rendimentos	População	Total dos rendimentos		Média dos rendimentos (R\$)
		R\$	%	
10% de maior rendimento				
Todos os trabalhos	734.406	996.292.476	77,21	1.356,60
Aposentadorias INSS	193.518	191.243.875	14,82	988,25
Pensão INSS	60.749	41.795.793	3,24	688,01
Fundo de pensão	4.545	7.894.436	0,61	1.736,95
Outro tipo de pensão	17.088	11.280.530	0,87	660,14
Abono de permanência	—	—	—	—
Aluguéis	35.164	21.688.676	1,68	616,79
Doações	15.430	9.461.480	0,73	613,19
Juros	47.008	10.793.279	0,84	229,61
Total		1.290.450.545	100,00	
50% de menor rendimento				
Todos os trabalhos	2.415.766	290.574.282	80,36	120,28
Aposentadorias INSS	119.421	29.186.870	8,07	244,40
Pensão INSS	43.698	10.281.503	2,84	235,29
Fundo de pensão	207	25.875	0,01	125,00
Outro tipo de pensão	36.898	4.082.384	1,13	110,64
Abono de permanência	—	—	—	—
Aluguéis	8.897	976.600	0,27	109,77
Doações	99.147	7.576.141	2,10	76,41
Juros	657.658	18.907.118	5,23	28,75
Total		361.610.773	100,00	

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Entre os 50% de menor rendimento familiar per capita a proporção dos rendimentos oriundos do patrimônio é muito baixa. Os rendimentos dos salários e das transferências do INSS representam 91,3% do total de rendimentos, sendo o restante dividido entre doação, aluguéis, rendimento de fundo de pensão, outros tipos de pensão, abono de permanência e juros. As doações têm uma importância maior e representam 2,1% dos totais de rendimentos, com uma média de R\$ 76,41. Porém, significativas são a proporção dos rendimentos dos juros 5,23% e a quantidade de pessoas que possuem esse tipo de rendimento, cerca de 657 mil.

Ainda que, em média, sejam baixos, os rendimentos dos juros – R\$ 28,75 – atestam a existência de poupança financeira em um segmento da população que possui parcos rendimentos monetários. Uma melhor observação dos dados a respeito deste quesito mostra que boa parte desses poupadores é jovem, geralmente entre 15 e 20 anos. É surpreendente que, para este grupo de pessoas, que devido a sua situação material e financeira, a preferência intertemporal está, na maioria das vezes, associada ao presente, o que praticamente inviabiliza a formação de poupança ou realização de investimento, exista uma poupança significativa. Este fato pode ser creditado à manutenção de um falso status social, pois a existência da poupança pode denotar certo tipo de riqueza, o que se contrapõe à situação de pobreza tão comum a este estrato social.

A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO

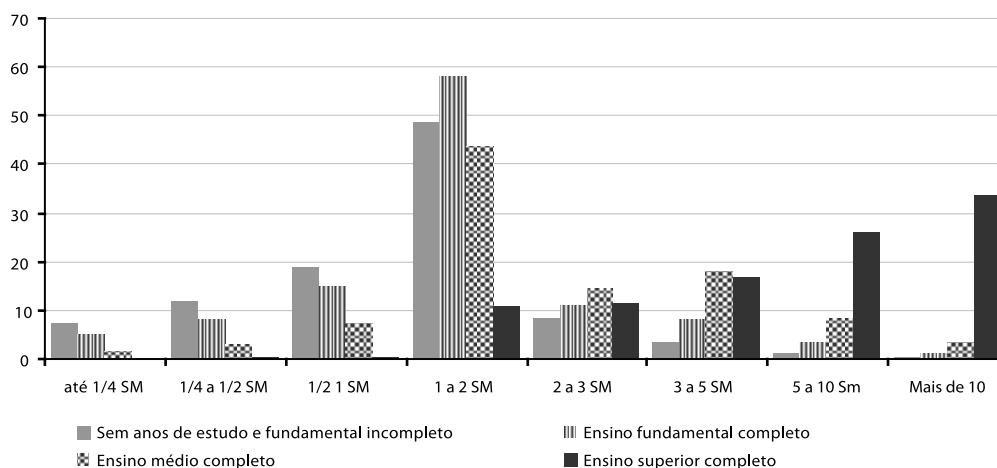
Após observar que, independente da segmentação realizada na população do estado, o rendimento do trabalho possui um peso significativo, sempre acima dos 70%, na formação total dos rendimentos das famílias baianas. Faz-se necessário, portanto, um estudo para saber como esses rendimentos se distribuem entre a população ocupada. Neste caso, o estudo segmentado por estrato de renda não será realizado, devido à amostra restrita que teria o segmento dos 10% de maior rendimento familiar per capita. Para melhor observar a distribuição dos rendimentos do trabalho, a amostra será dividida regionalmente em Região Metropolitana de Salvador e espaço Não-Metropolitano. A população ocupada será segmentada por alguns atributos individuais, tais como: educação, idade, sexo e horas de trabalho semanal.

O Gráfico 1 mostra o comportamento dos rendimentos do trabalho por nível de escolaridade na RMS. Nota-se que existe uma influência muito grande por parte do salário mínimo na distribuição dos rendimentos.

A influência do salário mínimo é visível, principalmente, entre as pessoas com baixa escolaridade, sem instrução e ensino fundamental incompleto e as pessoas de ensino fundamental completo. Para estes segmentos, a frequência na classe de um a dois salários mínimos ultrapassa os 45%, sendo que entre as pessoas de ensino fundamental completo a proporção é superior a 55%. Em relação às pessoas com ensino médio completo a influência do salário mínimo existe, mas é atenuada devido à presença bastante significativa de trabalhadores, com esse nível de escolaridade, ganhando acima de três salários mínimos.

As pessoas com nível superior formam a única categoria que foge ao viés criado na distribuição por conta do salário mínimo, sendo que a frequência de trabalhadores é crescente à medida que o rendimento aumenta. Cerca de 35% das pessoas de nível superior possuem rendimentos do trabalho acima de dez salários mínimos. O número de pessoas de nível superior que ganham menos de um salário mínimo é praticamente desprezível. Porém, a crescente oferta de vagas no ensino superior tem ampliado a oferta de trabalho de pessoas com esse nível de qualificação. Isso pode levar, em um futuro bem próximo, a um aumento da variância na distribuição dos rendimentos desse segmento, fazendo com que a distribuição dos rendimentos passe a ser mais influenciada pelo salário mínimo.

Gráfico 1
Proporção dos trabalhadores por classe de rendimento e escolaridade, RMS, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Observa-se, também, que na RMS, o aumento da escolaridade afasta substancialmente a possibilidade dos indivíduos receberem remunerações abaixo de um salário mínimo. Isso demonstra a existência de um mercado de trabalho formal, onde a escolaridade e, possivelmente, a experiência possui uma grande influência na determinação dos rendimentos individuais. Tais atributos constroem um mercado de trabalho mais perfeito com o acesso mais democratizado, desde que os indivíduos apresentem as credenciais exigidas para o cargo. Além disso, essas características permitem uma maior eficácia das políticas públicas de emprego e renda.

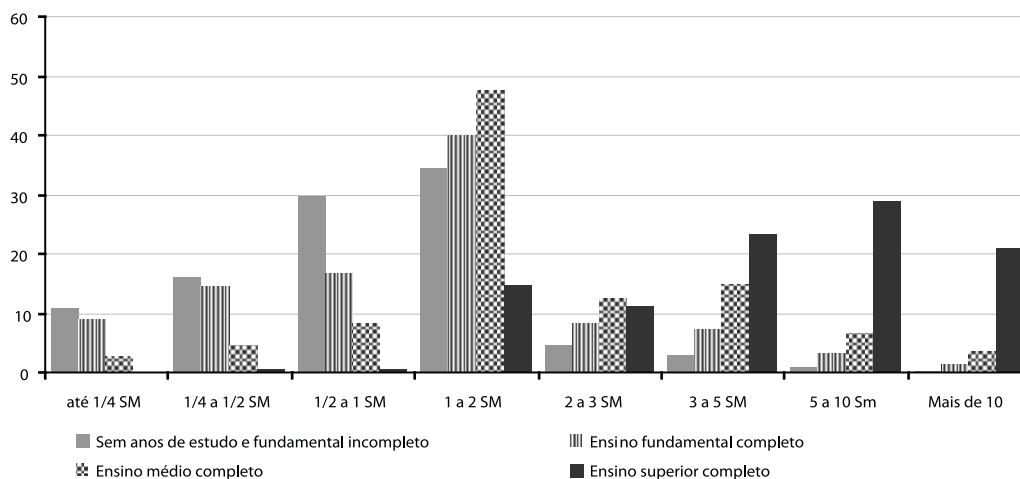
O Gráfico 2 mostra a frequência dos trabalhadores por classe de rendimento e escolaridade para a área Não-Metropolitana. Observa-se que, em uma área onde é grande a informalidade e existe certa predominância do emprego agrícola, o salário mínimo, ainda assim, consegue ter um poder de influenciar a distribuição dos rendimentos, principalmente naqueles segmentos de melhor escolaridade (pessoas ensino fundamental completo, pessoas com nível médio completo e pessoas com o nível superior), embora sua influência seja um pouco mais modesta que a observada na RMS.

As pessoas com nível superior ainda possuem um comportamento diferenciado, frente as demais categorias, apesar do grande número de trabalhadores que ganham abaixo de um salário mínimo- realidade ainda desprezível para quem tem curso superior. No entanto, já se pode notar uma maior influência do salário mínimo na distribuição da frequência das pessoas com curso superior, fato que não é observado na RMS.

Deve-se salientar que em um mercado de trabalho predominantemente informal, como o mercado de trabalho Não-Metropolitano, as políticas de melhoria do rendimento, necessariamente,

têm que passar pelo aumento da produtividade do trabalho, principalmente do trabalho ligado à agricultura (ALVES, 2003b).

Gráfico 2
Proporção dos trabalhadores por classe de rendimento e escolaridade, RMS, 2003



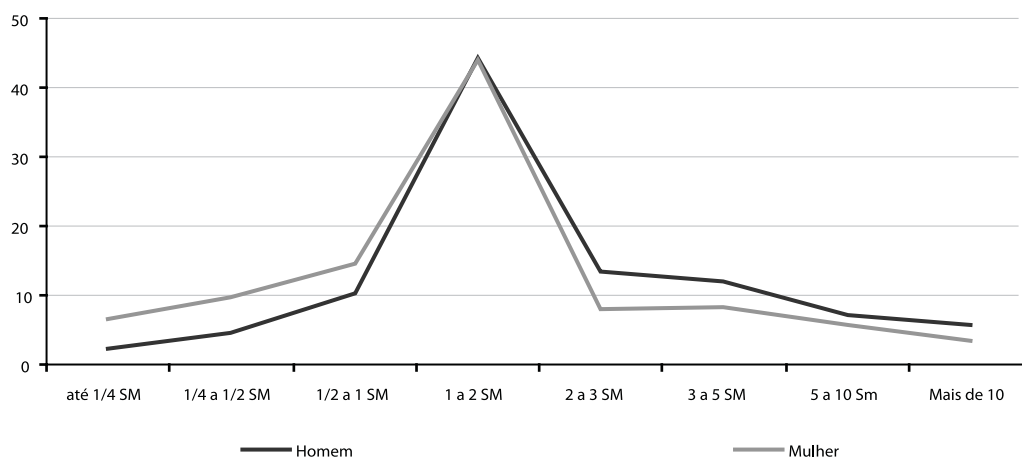
Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Em virtude das imperfeições do mercado, o problema se agrava ainda mais nos pequenos municípios, onde a experiência e a educação somados a outros critérios mais objetivos que permitiriam políticas públicas mais eficientes, na maioria das vezes, dão lugar às relações de poder existentes na sociedade quando se trata de recrutar o trabalhador no mercado de trabalho.

A distribuição dos rendimentos do trabalho por classes de rendimento e por gênero, para a Região Metropolitana de Salvador é observada no Gráfico 3. Nele se constata que as mulheres são mais frequentes que os homens na faixa de rendimentos abaixo de um salário mínimo. Na faixa de um a dois salários mínimos, ambos possuem a mesma frequência. Nos segmentos de renda superior a dois salários mínimos, os homens possuem uma frequência ligeiramente maior. Esse comportamento aponta para uma discriminação por gênero dentro do mercado de trabalho Metropolitano, onde as mulheres recebem menores salários.

Mas uma vez observa-se a grande influência que o salário mínimo possui na distribuição de frequência dos rendimentos do trabalho, visto que na distribuição por sexo a classe de rendimentos de um a dois salários mínimos, concentra a maior frequência para ambos os sexos com 44% dos ocupados. É interessante notar que, para valores acima de dois salários mínimos, as frequências de trabalhadores, por faixa de rendimentos, são todas inferiores a 15%. Demonstrando que, mesmo na RMS, os salários são muito achatados e poucos trabalhadores conseguem de fato galgar maiores salários.

Gráfico 3
Proporção dos trabalhadores por classe de rendimento e sexo, RMS, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

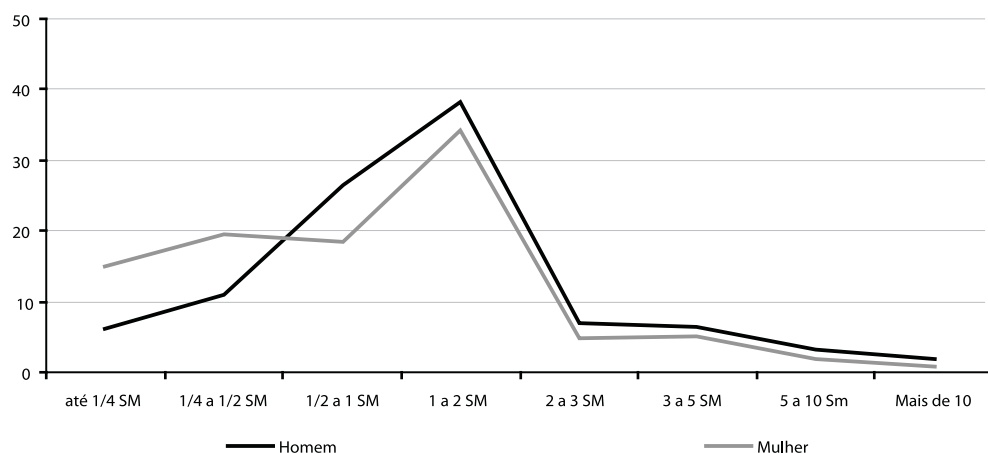
No mercado de trabalho Não-Metropolitano (Gráfico 4), o salário mínimo também possui um grande poder na determinação da distribuição dos rendimentos do trabalho, visto que, mais uma vez, as maiores freqüências, independente de sexo, se encontram na faixa de rendimentos de um a dois salários mínimos (cerca de 38% para os homens e 34% para as mulheres). Salienta-se também a grande proporção de homens e mulheres com rendimentos inferiores a um salário mínimo, sendo, que neste caso, as mulheres possuem uma freqüência maior que a freqüência dos homens, apenas nos menores rendimentos, ou seja, entre as pessoas que recebem menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

A freqüência nas classes de maior rendimento é menor que os baixos valores encontrados na RMS, tendo valores sempre inferiores a 10%. O Gráfico demonstra claramente que, mesmo em um mercado de trabalho predominantemente informal, onde boa parte dos requisitos legais não são, sequer, observados, a discriminação por gênero é contundente, obrigando às mulheres a submeter-se, na maioria das vezes, às menores remunerações do mercado de trabalho³.

³ É preciso esclarecer que a legislação trabalhista brasileira protege, em muitos casos a mulher, principalmente no que diz respeito à maternidade. Devido a isso, seria esperado que em mercados de trabalho mais formalizados, o preconceito contra o gênero feminino fosse observado com maior intensidade. No entanto, na Bahia acontece o contrário. É justamente em um mercado de trabalho onde a informalidade é a regra que as mulheres são mais discriminadas.

Gráfico 4

Proporção dos trabalhadores por classe de rendimento e sexo, Espaço Não-Metropolitano, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

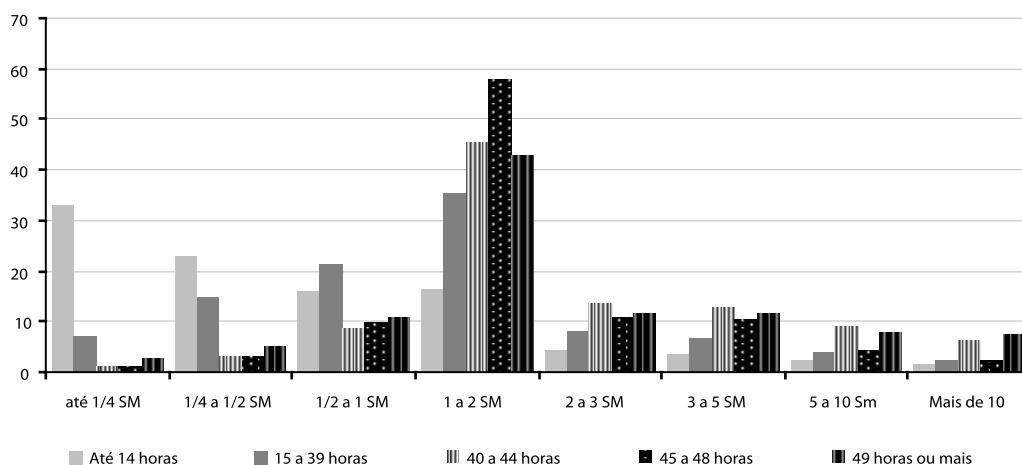
Os Gráficos 5 e 6 mostram a frequência do rendimento do trabalho por horas de trabalho semanal, para a RMS e o espaço Não-Metropolitano. Observa-se que, conforme a jornada de trabalho semanal aumenta, o comportamento da distribuição dos rendimentos é bastante similar em ambos os espaços, apesar das grandes diferenças estruturais entre os dois mercados de trabalho.

Para as pessoas que possuem uma jornada superior a quinze horas de trabalho semanais a influência do salário mínimo é bastante acentuada tanto na RMS quanto no espaço Não-Metropolitano. Para as pessoas que possuem a maior jornada de trabalho (acima de 45 horas semanais), a frequência dos rendimentos, apesar da jornada de trabalho maior, praticamente não se diferencia muito das demais, principalmente, nas classes de rendimento mais elevadas. Esse comportamento vale para as duas escalas, o que demonstra que no estado da Bahia o aumento da jornada de trabalho, muitas vezes, não é acompanhado de ganhos significativos no rendimento.

Para as pessoas que possuem jornada inferior a quatorze horas semanais, os efeitos do salário mínimo na distribuição são observados, embora suavemente, apenas na RMS. Nos dois espaços analisados esses segmentos de trabalhadores mostram a sua frequência de forma decrescente, geralmente são pessoas que possuem os rendimentos do trabalho, na maioria das vezes, inferior a um salário mínimo e cuja relação de trabalho é predominantemente informal.

Gráfico 5

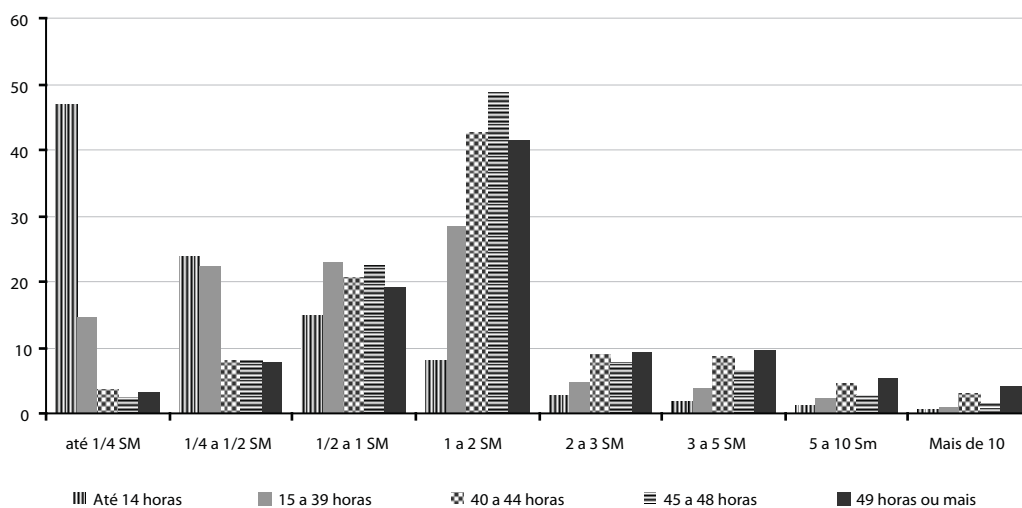
Proporção dos trabalhadores por classe de rendimento por grupo de horas trabalhadas semanal, RMS, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Gráfico 6

Proporção dos trabalhadores por classe de rendimento e por grupo de horas trabalhadas semanal, Espaço Não-Metropolitano, 2003

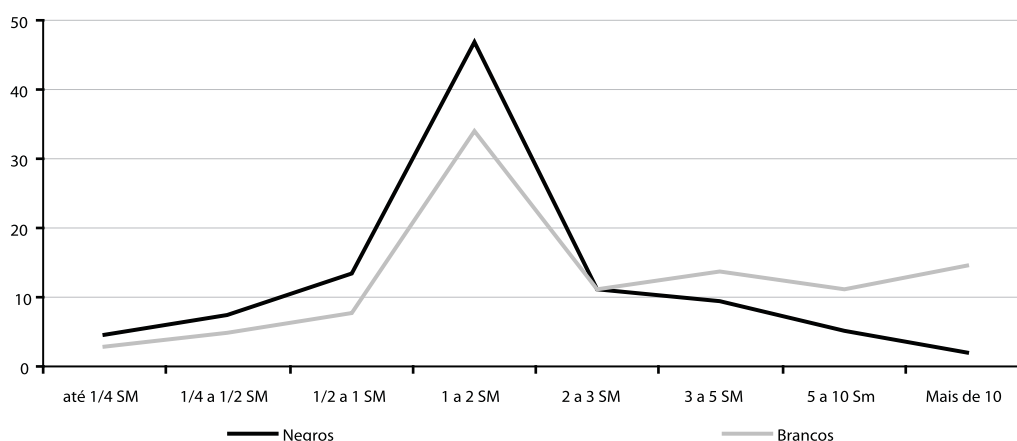


Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

O Gráfico 7 mostra a frequência dos trabalhadores por classe de rendimento do trabalho, segundo a cor ou raça para a RMS. Pode-se observar que, apesar da população metropolitana ser majoritariamente negra, existe uma grande discriminação em referência a este segmento. Para que não existisse preconceito no mercado de trabalho o ideal seria que as distribuições de proporções fossem idênticas. No entanto, o que se observa na realidade é uma frequência muita elevada dos negros nos segmentos com menores rendimentos, enquanto nos segmentos com maiores rendimentos, os brancos são mais freqüentes.

Gráfico 7

Proporção dos trabalhadores por classe de rendimento e por raça ou cor, RMS, 2003



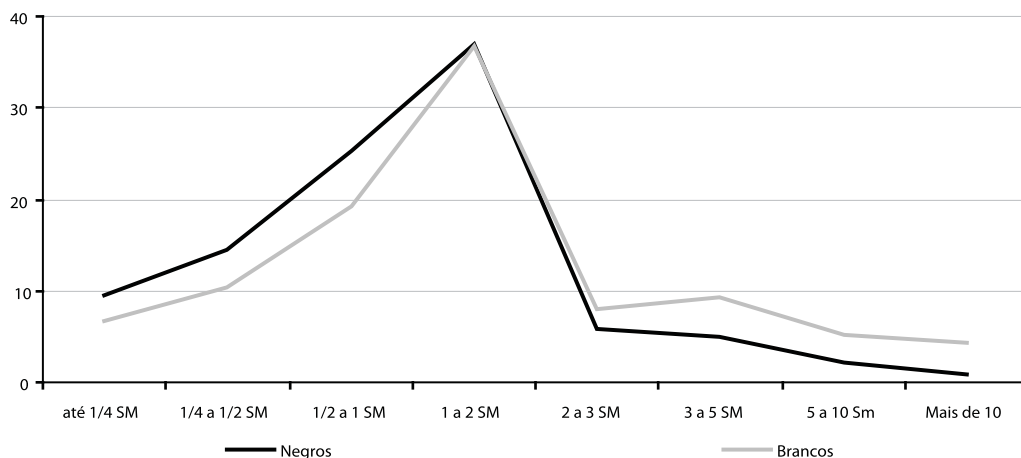
Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Nos segmentos com maiores rendimentos, a participação dos negros é muito reduzida, a ponto de apenas cerca de 2% dos negros da RMS ganharem acima de 10 salários mínimos.

O comportamento da frequência dos rendimentos dos brancos se mostra sempre crescente para aqueles que ganham acima de dois salários mínimos. Ou seja, a partir desse segmento, quanto maior o rendimento, maior é a proporção dos trabalhadores brancos.

No espaço Não-Metropolitano (Gráfico 8) a discriminação no mercado de trabalho também está presente, embora em menor intensidade. Por se tratar de uma área com grande quantidade de pessoas ocupadas na agricultura, as diferenças nos rendimentos entre negros e brancos tendem a ser menores, visto que neste setor de atividade a discriminação por cor e raça não são tão freqüentes. Porém, mesmo assim, nota-se que as proporções dos negros são maiores nos segmentos abaixo de um salário mínimo e são menores entre as maiores faixas de rendimento.

Gráfico 8
Proporção dos trabalhadores por classe de rendimento e por raça ou cor,
Espaço Não-Metropolitano, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados permite afirmar que no estado da Bahia os rendimentos dependem substancialmente do trabalho. Assim, o trabalho possui uma grande influência na determinação do rendimento familiar per capita e no bem-estar das famílias. Apesar da centralidade do trabalho para a formação da renda, o bem-estar da família baiana fica bastante comprometido devido aos baixos rendimentos pagos a boa parte das pessoas ocupadas.

O mercado de trabalho no estado possui algumas imperfeições que prejudicam, e muito, os rendimentos das famílias. Por exemplo, existe um grande contingente de pessoas que estão trabalhando na informalidade, principalmente, na área Não-Metropolitana. Um grande número de trabalhadores ganha menos de um salário mínimo e poucos conseguem ganhar acima de três. Os rendimentos médios do trabalho são muito baixos, principalmente entre as famílias de 50% menor rendimento familiar per capita, onde o rendimento médio do trabalho fica em torno de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Analisando os atributos dos trabalhadores em relação aos rendimentos, pode-se observar que apenas dois atributos: escolaridade, somente as pessoas de nível superior, e a cor, somente as pessoas brancas, foram capazes de fugir do viés provocado na distribuição dos rendimentos do trabalho pelo salário mínimo e mesmo assim, esse comportamento ficou restrito a RMS.

A combinação de baixos rendimentos do trabalho, informalidade, e uma diferenciação dos rendimentos bastante baseada na educação e na cor, implica em um aumento da desigualdade. As discrepâncias regionais, embora grandes em termos de rendimento, não são tão significantes

na constituição das desigualdades, visto que tanto a RMS quanto o espaço Não-Metropolitano apresentam índices de Gini bastante elevados. Essas discrepâncias são um pouco atenuadas pelas transferências previdenciárias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luís André de Aguiar. *Diferenciais e distribuição dos rendimentos dos ocupados na Bahia Não-Metropolitana, na década de 1990: uma análise com base em microdados do Censo*. 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. Definindo os ricos a partir dos pobres: um breve estudo da desigualdade e pobreza na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 113, p. 27-30, 2003a.

_____. Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos: uma análise com base nas grandes áreas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003b. v. 1, p. 81-96. (Série estudos e pesquisas, 60).

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; MEDEIROS, Marcelo. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 249-265. (Série estudos e pesquisa, 63).

TRAÇOS DAS FAMÍLIAS BAIANAS SEGUNDO A PERSPECTIVA DA DESIGUALDADE DE RENDIMENTO

*Laumar Neves de Souza**

*Luís André de Aguiar Alves***

*Cláudia Monteiro Fernandes****

Nos últimos anos a temática da pobreza emergiu com força na agenda das políticas públicas e, concomitantemente, na pauta de estudos acadêmicos das mais variadas procedências. Em que pese tal fenômeno não ser especificamente brasileiro, é indubitável que o processo de redemocratização, aqui iniciado no final dos anos 70 – e coroado com a Constituição de 1988 – trouxe à tona, como questão de inadiável enfrentamento, a problemática da pobreza. E isso, não apenas pelo fato de serem precaríssimas as condições de vida de largas parcelas da população, mas, também, pelo fato de tal precariedade decorrer – em grande medida – da imensa desigualdade social aqui reinante.

Fica cada vez mais evidente que a permanência de tal situação problematiza, de maneira inquestionável, a possibilidade de se construir uma democracia estável em nosso país. Contudo, tanto a desigualdade quanto a pobreza pareceram imunes aos efeitos que a democratização da vida trouxe à sociedade brasileira. Em verdade, ambas se mantiveram solidamente estabelecidas entre nós e, mesmo hoje nos raros momentos de crescimento da economia, assim como no passado, têm-se mantido em patamares elevados. Na maioria das vezes, ao contrário, o que se vê é o avanço dos graus de concentração da renda e da riqueza e, paralelamente, a expansão da pobreza em direção a estratos da população pertencentes à chamada classe média¹.

Essa realidade é o que evidencia boa parte dos estudos que têm como temática central a discussão da pobreza e das desigualdades sociais produzidos no Brasil e em outras partes do mundo. De maneira geral, tais trabalhos procuram concentrar-se naqueles aspectos concernentes à classificação e mensuração da pobreza e, num sentido mais amplo, na exposição e análise de dados relativos à distribuição dos rendimentos no país, bem como nos determinantes desse tipo de distribuição. Além disso, é importante mencionar que em

* Doutor em Ciências Sociais pela UFBA. Pesquisador da SEI. laumar@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela UFBA. Especialista em Políticas e Gestão Governamental. Trabalha na SEI. luisandre@sei.ba.gov.br

*** Economista. Mestre em Ciências Sociais pela UFBA. claudiamf@uol.com.br

¹ Na Bahia o quadro não é diferente. Mesmo com o aumento da renda ocorrido após a implementação do Plano Real – que fez a proporção de pobres diminuir de 62,7% em 1992 para 49,7% em 2001 – quase a metade da população era constituída por pessoas detentoras de níveis de rendimento insuficiente para o atendimento de suas necessidades básicas (ROCHA, 2003). Essa pequena melhora, todavia, não se refletiu numa melhora equivalente nos indicadores de desigualdade: enquanto em 1992 os 50% mais pobres se apropriavam de 14,5% do rendimento total e o 1% mais rico de 15,0%, em 1999 esses valores passam a ser de 16,8% e 15,2%, respectivamente (GUIMARÃES, 2003).

referência à quantificação do número de pessoas pobres, tais estudos têm tomado como base de análise, na maioria das vezes, linhas de pobreza genericamente estabelecidas para o país em seu conjunto.

Muito embora esses estudos sejam importantes, não se pode esquecer que eles são alvo de duras críticas. Uma delas reside precisamente no fato de que na construção dessas linhas de pobreza não sejam contempladas as especificidades inerentes a cada estado, nem muito menos de seus respectivos subespaços. Uma segunda crítica respalda-se no argumento de que a pobreza não é um conceito definido de forma consensual², tendo em vista que é um problema de natureza bastante complexa e multidimensional³. Uma terceira centra-se, fundamentalmente, no fato de que a insistência na questão da determinação do “contingente” de pobres só contribui para criar um clima de polarização entre as instituições de pesquisa e os pesquisadores, o que “colabora” para dissimular, cada vez mais, a discussão em relação à pobreza no país.

Como muito bem evidencia Guimarães (2002), a medição espúria domina o centro da questão e a discussão passa a ser limitada por um inaceitável reducionismo – se o país possui “x” ou “y” milhões de pobres e/ou indigentes e, se, de um ano para o outro, quando da divulgação da PNAD, aumentou ou diminuiu o “estoque de pobres”. Ainda segundo esse autor, além da fixação obsessiva na quantificação dos pobres, as metodologias de mensuração da pobreza merecem ser questionadas por não levarem em consideração alguns elementos – a exemplo da renda per capita (composição familiar); perspectiva de gênero (famílias sob responsabilidade feminina); recorte racial; zona de residência (urbana ou rural); e desigualdades regionais – de suma importância para se determinar ou não a condição de pobreza de muitas pessoas.

Em função de todas essas críticas disparadas às análises que se utilizam da metodologia da definição de linhas de pobreza, julgou-se oportuno, neste trabalho, recorrer ao expediente de trabalhar com o indicador Renda Familiar per capita⁴ – também conhecido como Renda Média Familiar Total – como critério para identificação das famílias pertencentes aos segmentos de 50% de menor rendimento e 10% de maior rendimento, tendo em vista que o seu objetivo maior é a apresentação de algumas características básicas – como, por exemplo, padrão de organização (arranjos familiares), tamanho e perfil dos responsáveis (sexo, idade, escolaridade e cor/raça) – das famílias pertencentes a esses dois estratos de rendimento.

² Só para se ter uma idéia, pode-se identificar na literatura, pelo menos, 11 significados distintos para pobreza: necessidade; padrão de vida; insuficiência de recursos; carência de segurança básica; falta de titularidades; privação múltipla; exclusão; desigualdade; classe; dependência e padecimento inaceitável.

³ Ao apresentar as coisas dessa forma, evidentemente, não se está querendo sugerir que os adeptos da metodologia que define a pobreza como insuficiência de renda e a medem a partir de uma linha de pobreza, desconheçam esse seu caráter multifacetado.

⁴ Chega-se a esse indicador através da divisão da Renda Familiar Total pelo número de membros da família. Desse modo, ele corresponde, portanto, à parcela individual de renda familiar alocada para consumo de cada um de seus membros. É fato reconhecidamente aceito por todos que o nível de bem-estar de cada pessoa tomada isoladamente não é função exclusiva das suas respectivas rendas individuais. Ao invés disso, depende, fortemente, sobretudo em países como o Brasil e em estados como a Bahia, do resultado da repartição intrafamiliar de renda de todos os integrantes de cada grupo familiar.

Assumir essa perspectiva de desigualdade – comparando a realidade das famílias de menor e maior rendimento – é absolutamente fundamental no contexto da sociedade brasileira, haja vista que ela é um dos seus problemas mais cruciais e que melhor retratam a sua situação em todos os tempos. Certamente, no caso brasileiro, o aspecto da desigualdade mais visível e problemático, dado que é fundamental para o equacionamento de outros tipos de desigualdade, é aquele relacionado ao acesso à renda. Em que pese ser o capitalismo um sistema econômico que considera natural a existência da desigualdade, a forma como ele se manifestou e se desenvolveu no Brasil acentuou, por demais, essa sua característica. Tal constatação fica evidente, por exemplo, quando se analisam as bases de sustentação da industrialização da economia nacional.

Aí se vê claramente que a lógica perseguida, em muitos momentos, não contemplava a questão de fomentar uma mais igualitária distribuição de renda no país, de modo a permitir que a maioria da população tivesse acesso às benesses materiais proporcionadas pela industrialização. Como ficou celeberramente conhecido na literatura, a idéia era fazer o bolo crescer para só depois reparti-lo, ou seja, deviam-se criar mecanismos que possibilitassem o aumento da produção material e da riqueza para posteriormente dividi-la, o que, contudo, não aconteceu.

O rebatimento dessa questão no plano dos estados federados, evidentemente, como seria razoável supor, não se deu de forma homogênea. Os estados da região Sudeste, decerto, foram os maiores beneficiados pelo processo de industrialização, na medida em que concentraram a maioria dos investimentos produtivos – tornando-se, por conseguinte, o centro dinâmico da economia nacional. No entanto, vale pontuar que os estados que compõem essa região não ficaram imunes aos efeitos colaterais desse processo de industrialização, posto que ali também se viu avançar, com uma velocidade impressionante, os focos de pobreza e de desigualdades sociais.

Sendo essa a realidade, o que se poderia esperar da Bahia – um estado situado, por assim dizer, na periferia da periferia do sistema capitalista nacional⁵. Autores como Osório e Medeiros (2003, p. 264), em artigo onde investigavam as questões da concentração de renda e da pobreza na Bahia no período 1981-1999, concluíram que “mantendo-se a tendência atual, a Bahia pode se transformar, em um futuro próximo, no estado mais pobre do Brasil”. Partindo dessa constatação, e tomando por suposto que só se pode transformar aquilo que se conhece, é oportuno lançar mão de iniciativas que procurem revelar alguns traços das famílias baianas pertencentes aos dois estratos de renda analisados neste trabalho – 50% de menor rendimento e 10% de maior rendimento.

Só através desse caminho é possível contribuir para fundamentar, de forma consistente, as iniciativas de intervenção por parte do poder público e da sociedade civil que visem superar

⁵ A bem da verdade, algumas iniciativas, em momentos específicos, foram tomadas com vistas a tentar atenuar as disparidades regionais, sem, contudo, lograr grandes êxitos. Valendo-se de tais iniciativas e enfrentando todas as adversidades, impostas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o estado da Bahia conseguiu, a duras penas, ocupar um lugar de relativo destaque no plano nacional em termos da produção riqueza material, hoje detendo o 6º maior PIB do país.

o problema da pobreza e das desigualdades sociais na Bahia, garantindo à sociedade condições de vida socialmente mais justas. Como todos reconhecem, essa é uma das tarefas que a sociedade baiana deve priorizar. No entanto, ela não é alcançada facilmente, sem maiores percalços, posto que – como bem afirma Rocha (2003) – transitar entre, por um lado, o objetivo ético e humanista consensual (que é a redução da pobreza e das desigualdades sociais) e, por outro, as iniciativas concretas de uma política pública necessária para atingi-lo é tarefa das mais complexas, na medida em que envolve os mais variados conflitos e interesses dos diferentes atores sociais.

Como forma de dar conta da elaboração deste trabalho, resolveu-se por estruturá-lo, além dessa introdução, em mais duas partes. Na primeira, são discutidas, de forma resumida, as principais modificações por que passa a família na contemporaneidade. Ao tratar disso, procura-se identificar os fatores responsáveis pelo “detonamento” das mudanças que ocorrem no seio da instituição familiar. Concluída essa etapa, passa-se à segunda parte, onde são descritas e interpretadas algumas informações relativas às famílias baianas pertencentes aos estratos de renda de 50% de menor rendimento e 10% de maior rendimento. Por fim, a título de considerações finais, são esboçadas algumas reflexões sobre os principais achados que foram retirados das informações tabuladas.

TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA BRASILEIRA

No espectro de transformações por que a sociedade brasileira vem passando nas últimas décadas, certamente aquelas processadas no âmbito da família se revestem de uma importância fundamental, posto que derivam de múltiplos fatores de natureza sociodemográfica, cultural e econômica. Isso é, inequivocamente, um fato atestado por todas as leituras contemporâneas que procuram desvendar essa gama de transformações que se realizam no interior da família.

Por certo, no atual formato de família, as relações hierarquizadas, que predominavam no passado, cederam lugar a relações mais igualitárias. Sendo assim, nessa sua nova configuração, essa instituição trava uma luta intestina – que é cheia de entraves, de idas e vindas – onde procura romper com os valores tradicionais e patriarcais, e passa a valorizar as opções e a vida pessoal de seus integrantes, assim como tudo o que ocorre no campo do privado e do subjetivo (CIOFFI, 1998).

Essa luta, segundo o ponto de vista defendido por alguns estudiosos, a exemplo de Giddens (1993), parece ser a grande questão estrutural da família moderna. De acordo com os argumentos levantados por esse autor, ocorre nessa instituição – como em nenhuma outra época e cada vez mais claramente – a tentativa de afirmação da individualidade, movimento que leva ao rompimento dos valores impostos pela tradição, ocasionando, por conseguinte, uma verdadeira transformação da intimidade. Todavia, isso não significa, tal como evidencia Sarti (1996), uma completa ruptura e abandono das obrigações e das responsabilidades características dos vínculos familiares.

Diante desse contexto, não se pode enveredar, contudo, por um caminho interpretativo que entenda essas profundas mudanças que ocorrem na família como sendo o resultado de uma espécie de padrão evolutivo, onde ela passa de um estágio, por assim dizer, inferior, para outro mais avançado. Desse modo, o mais correto, ao tentar compreendê-la é ter em mente que na contemporaneidade tal instituição é capaz de, ao mesmo tempo, abarcar relações ditas modernas e outras vistas como tradicionais.

A visualização desses dois tipos de relação depende de para que setor da sociedade se esteja observando. Quando se voltam os olhos, por exemplo, para os setores médios da população, do ponto de vista do rendimento, facilmente se constata situações que configuram a presença dessa nova família que a mídia e a indústria cultural insistem em tornar modelo para toda a sociedade. Entretanto, quando se apontam as lentes de análise para os segmentos menos abastados, se verifica a presença de valores familiares tidos como tradicionais. Sarti (1996), por exemplo, em estudo onde investiga os valores das famílias pobres, conclui que nesses segmentos são de extrema importância as redes de parentesco e vizinhança na configuração da dinâmica familiar, sendo as relações que se estabelecem entre pais e filhos marcadas pelo crivo da hierarquia e os papéis desempenhados por homens e mulheres, a um só tempo, diferentes e complementares.

Delineado esse cenário, é bom que se esclareça que as aludidas transformações que ocorrem no plano da família não são fenômenos restritos e exclusivos à família brasileira. As famílias, em outras partes do mundo, também enfrentam situações semelhantes àsquelas por que passa a família no Brasil. E como não poderia deixar de ser, a percepção desse fato acaba criando uma espécie de unanimidade quanto ao reconhecimento de que essa instituição passa por uma redefinição global.

Com efeito, desde muito tempo, vários esforços têm sido encampados no sentido de captar e compreender de que forma os fatores sociodemográficos, culturais e econômicos, efetivamente, estariam influenciando as relações que se estabelecem no interior das famílias. Isso tem dado margem ao surgimento de pontos de vista bastante diversos, no que diz respeito ao que se constata no presente e ao que se vislumbra para o futuro da família em todas as sociedades, ou seja, as interpretações que surgem não são consensuais, no sentido de apontarem para as mesmas conclusões.

Isso se deve ao fato de que, tal como aponta Teruya (2000, p. 1),

[...] a família tem sido abordada sob diferentes enfoques e definições, e suscitado muitas discussões em torno do seu referencial teórico e métodos de análise. As várias tendências sobre a família coexistem e se alimentam reciprocamente através de diálogos ora amistosos, ora antagônicos, posicionando os pesquisadores em debates que confrontam teoria/empíria, análises econômicas/análises culturais, estudos diacrônicos/estudos sincrônicos e abordagens quantitativas/abordagens qualitativas.

Em termos didáticos, pode-se dizer que existem duas interpretações, diametralmente opostas, sobre a família contemporânea. Uma primeira pertence ao grupo de estudiosos que, ao

realizarem suas análises, adotam uma visão pessimista em relação à família, chegando mesmo a pôr em dúvida a sua centralidade e, por conseguinte, negam-lhe um futuro. Na perspectiva dessas pessoas, na maioria das vezes, as mudanças processadas na família estão associadas à idéia de perdas em geral.

A rigor, observa-se que os partidários dessa percepção “negativa” em relação à família, como forma de validar e reforçar sua posição, não se furtam a recorrer aos elementos que apontam para uma degradação das condições de vida, bem como para as estatísticas recentes que indicam aumento da violência, do tráfico de crianças, do número de menores abandonados e dos crimes passionais, etc. E, como se isso já não bastasse, apóiam-se também nas iniciativas da mídia televisiva que, a todo instante, faz questão de mostrar o amplo leque de estilos alternativos de vida, os quais são muito diferentes do padrão familiar tradicional (GOLDANI, 1993).

Outros estudiosos, porém, rejeitam essa postura catastrófica e ponderam que a alardeada desestruturação não passa de um mito. Suas interpretações se apóiam na análise de alguns acontecimentos que numa lógica simplista – que é utilizada, extensamente, pelo grupo anterior – parecem indicar a fragilização dos laços familiares, mas que quando submetidos à observação mais cuidadosa indicam, exatamente, a configuração de uma situação contrária a essa, ou seja, de fortalecimento desses laços.

Traçado esse sintético quadro que procurou dar conta de algumas questões presentes nas discussões sobre família na contemporaneidade, é preciso que agora se caminhe na direção de indicar, claramente, de que forma os referidos fatores de ordem sociodemográfica, cultural e econômica estão contribuindo para alterar as feições dessa instituição secular na sociedade brasileira.

O novo padrão sociodemográfico

Do ponto de vista sociodemográfico, as mudanças que vêm se processando, já há algum tempo, e que permitem que se fale em um novo padrão de família no Brasil, se referem, sobretudo, às quedas das taxas de mortalidade e fecundidade – fenômenos resultantes principalmente dos avanços alcançados no campo da medicina, mais precisamente a descoberta dos antibióticos, que fez ceder a mortalidade e a paulatina difusão dos métodos contraceptivos, fato que fez cair a natalidade. Deve-se fazer referência ao fato de que contribuiu também para a configuração desse cenário a propagação da esterilização feminina, no decurso dos anos 1980.

Em termos mais precisos, observa-se um expressivo aumento da esperança de vida ao nascer da população – indicador mais utilizado para medir a longevidade – que passou de 41,5 anos na década de 1940, para 68,5 anos no ano 2000. Quanto à fecundidade, a queda foi impressionante: de 6,2 filhos por mulher, em 1960, para 2,3 filhos, em 2000.

Os dados mais recentes para o estado da Bahia confirmam esse movimento, delineado tanto pela taxas de mortalidade quanto pelas taxas de fecundidade. Não obstante, os níveis de

mortalidade da população baiana ainda se encontram num patamar bastante superior ao que é medido para o Brasil como um todo, posto que aqui se apurou em 2000 uma esperança de vida, ao nascer, de 64,5 anos, cerca de 4 anos abaixo da média nacional, fato que denota o longo percurso que a sociedade baiana terá que percorrer para alcançar o padrão que se verifica em outros recantos do país, especialmente nos estados pertencentes às regiões Sul e Sudeste (IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; PNUD, 2002).

No que se refere à fecundidade, na Bahia, no ano 2000, o número médio de filhos por mulher foi de 2,5. Este valor é ligeiramente superior ao que foi registrado como sendo a média nacional (2,3), número fortemente influenciado pelos resultados encontrados para os estados do Sul e Sudeste (IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; PNUD, 2002).

A síntese desse movimento que se operou no plano nacional e local, em termos de contração dos níveis de mortalidade e fecundidade, é a redução da taxa de crescimento demográfico. Isso é o que atestam, por exemplo, Oliveira e Berquó (1990). Segundo tais autoras, no período que compreende as décadas de 1940 e 1980, o cenário demográfico brasileiro apresenta taxas de crescimento variáveis, com períodos em que ocorre crescimento populacional acelerado e outros em que ele se arrefece.

Só para se ter uma idéia mais precisa desse fenômeno, no intervalo de 1950 a 1960 tal crescimento é de 3% ao ano, ao passo que no período imediatamente anterior, ou seja, de 1940 a 1950, tinha sido de 2,4% ao ano. Nos anos 60 esse crescimento situou-se na faixa de 2,9% ao ano, e na década seguinte caiu ainda mais, situando-se em 2,5% ao ano (OLIVEIRA; BERQUÓ, 1990). Nas duas últimas décadas, percebe-se que o movimento de queda registrado na década de 1970, em comparação com a década anterior, se confirma e se torna mais intenso. Sendo assim, durante os anos 1980, foi medida uma taxa de crescimento populacional anual que se situou no patamar de 1,9%, ao passo que nos anos 1990 apurou-se uma taxa ainda mais baixa, de 1,6%.

Fornecido o panorama de alguns dos principais indicadores demográficos no Brasil, resta saber de que modo eles se relacionam com as mudanças que se operam no interior das famílias. Perseguindo esse intento, cabe assinalar que, no tocante à questão da redução da mortalidade – que se traduz num aumento da esperança de vida ao nascer – a relação é óbvia, posto que na medida em que os indivíduos passam a ter uma vida mais longa, necessariamente, acabam por passar mais tempo como membros de uma ou mais famílias, exercendo o papel de pai, mãe, filho, esposo e/ou esposa, avós, etc. Portanto, essa maior longevidade acaba sendo uma das responsáveis principais por haver, nos dias de hoje, uma espécie de superposição desses papéis, bem como pela possibilidade efetiva que diferentes gerações passaram a ter de conviverem conjuntamente. (GOLDANI, 1989 apud GOLDANI, 1993, p. 71).

A redução das taxas de fecundidade, por sua vez, se relaciona com as mudanças que se operam no interior do grupo familiar, na medida em que ela provoca certa modificação na condição dos indivíduos dentro das suas respectivas famílias. Isso é bastante evidente quando se analisa a situação das mulheres, que, ao passarem a ter menos filhos ficam, em certa medida, mais livres para ocuparem o seu tempo com outros afazeres que não aqueles que lhes são historicamente

atribuídos, como, por exemplo, cuidar da casa e dos filhos. A mudança comportamental das mulheres na sociedade fez com que elas considerassem novas alternativas de realização pessoal, diferentes daquelas que lhes foram tradicionalmente atribuídas – realização apenas como mãe e esposa.

A bem da verdade, não é correto se falar em preenchimento do tempo com alguma outra atividade por parte das mulheres, pois tal idéia traz implicitamente a falsa impressão de que, pelo fato de terem menos filhos, elas passaram a ter mais tempo livre. Essa interpretação estaria correta se, pelo fato de terem menos filhos, elas se desobrigassem das funções que se relacionam com o “bem-estar do lar”. Todavia, o que se constata é que muitas mulheres, ao partirem para o exercício de alguma atividade no mercado de trabalho – se submetendo, muitas vezes, a jornadas estafantes –, continuam a ter de dar conta das tarefas domésticas.

Apesar de ser esse o contexto com que se depara, talvez, a maioria das mulheres brasileiras, não há como negar que o fenômeno de redução da sua fecundidade assume, a um só tempo, a condição de causa e conseqüência da revisão dos papéis que secularmente lhes eram exclusivamente atribuídos. Isso se deu porque muitas mulheres hoje em dia, em função das aspirações que possuem, por exemplo, em relação ao mercado de trabalho, optam por não ter muitos filhos. Ademais, a pressão pela redução das diferenças sociais entre homens e mulheres vem provocando uma mudança substancial na postura de alguns homens, que passaram a ajudar nos afazeres domésticos, bem como a desempenhar um papel mais ativo no que diz respeito ao cuidado dos filhos.

Os novos valores culturais

A família também passa a ser redefinida pelos novos valores culturais presentes na sociedade, sobretudo, aqueles relacionados ao casamento, os quais são derivados, entre outras coisas, da percepção das incertezas e transitoriedade que o cercam. Em face dessa percepção, não causa estranheza que muitos casais passem a manifestar certa recusa em legitimá-lo, seja de acordo com os termos das leis dos homens, ou então nos ditames das “leis de Deus”, por intermédio das instituições religiosas. A formalização do casamento no Brasil tem sido percebida como cada vez menos importante, já que as garantias de direitos existem para relacionamentos comprovadamente duradouros. Leva-se em conta também a complexidade processual tanto da união quanto da sua eventual dissolução.

Essa recusa pode ser constatada na leitura das informações disponibilizadas pelo IBGE na publicação Censo Demográfico 2000, nupcialidade e fecundidade: resultados da amostra. Neste trabalho é possível observar muito claramente que, no período que cobre os anos de 1980 e 2000, diminui a proporção das uniões que se realizam pela via do casamento civil e religioso. Enquanto no início do período essas uniões representavam 63,9% de todas as uniões, no final passaram a representar 49,4%. Tal recusa é também confirmada pelo decréscimo expressivo registrado na proporção das uniões que são seladas unicamente pela via religiosa. Em 1980, 8,1% das uniões realizavam-se pela via do casamento religioso; no ano de 2000, apenas 4,4%.

Esse movimento de perda de representatividade desses dois tipos de união é contrabalançado pelo aumento substancial da proporção das uniões ditas consensuais, que saltam de 11,7%, em 1980, para 28,6%, em 2000.

Os fatores de ordem econômica

Dentre os fatores econômicos que influenciam a estrutura familiar, um dos mais importantes é aquele que diz respeito à mudança no padrão de inserção dos diferentes componentes da família no mercado de trabalho, provocada, sobretudo, pela ocorrência de uma grave crise econômica – inaugurada no início dos anos 1980 e que até os dias de hoje se faz presente – e pelo processo de reestruturação produtiva que teve lugar na economia nacional a partir da segunda metade dos anos 1980, de forma ainda extremamente tímida e localizada, e que se intensificou na década seguinte.

Para se ter a dimensão precisa da crise econômica que se instalou no Brasil no alvorecer dos anos 80, é necessário tecer um breve comentário em relação à época anterior (1930-1970), período em que a economia nacional, lançando mão de um projeto de industrialização (o Modelo de Substituição de Importações – MSI), apresentou excepcional desempenho em termos de crescimento econômico, o que facultava à sua população maiores facilidades de acesso ao mercado de trabalho. Em verdade, nesse período que antecede a década de 1980, as taxas de crescimento da economia superavam, com grande folga, as taxas de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA).

No entanto, vale ressaltar que, apesar de proporcionar crescimento econômico e, por conseguinte, ampliação do emprego e da renda – fato que se constitui num aspecto extremamente positivo –, esse modelo foi responsável pelo estabelecimento de um conjunto de desigualdades. Uma das mais problemáticas e visíveis, dado que é fundamental para o equacionamento de outros tipos de desigualdade, é aquela relacionada ao acesso à renda.

Cabe considerar que essa situação é derivada, como se pode constatar na literatura especializada, pela concepção de desenvolvimento que estava presente na mente dos condutores da política econômica nacional. Para estes, a idéia de desenvolver o Brasil passava necessariamente pelo caminho do crescimento econômico. Portanto, como se vê, coisas que são distintas – muito embora tenham, a bem da verdade, correlação entre si – eram tomadas como sinônimas.

No período mais recente, precisamente, no contexto das últimas duas décadas, muitos dos problemas da sociedade brasileira agravaram-se e outros completamente novos surgiram. Um dos novos problemas que passaram a compor o espectro de preocupações do nosso tecido social foi o desemprego. Isso porque, simultaneamente ao baixo crescimento econômico dos anos 1980 – quando comparado com o crescimento registrado no período anterior, o que a tornou conhecida na literatura econômica como a “década perdida” –, o ritmo de crescimento da PEA passou a ser maior que o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Nessa situação, muitas pessoas passaram a ver a porta do mercado de trabalho se fechar.

Nos anos 1990, esse problema assumiu uma dimensão ainda maior, resultado da combinação de ingredientes extremamente perversos: crescimento econômico menor do que aquele que foi medido na década anterior e transformações na estrutura produtiva das unidades empresariais, tanto do ponto de vista tecnológico quanto organizacional. Como é exaustivamente comentado, os anos 1990 constituem-se numa espécie de divisor de águas, no que tange à inserção do Brasil no plano internacional, bem como em relação ao modo como o Estado brasileiro passou a se relacionar com a sociedade.

De forma sintética, pode-se afirmar que essa crise econômica, inaugurada no início dos anos 1980, aliada às transformações que se processam na estrutura produtiva nacional, trouxe à tona uma redefinição da relação família-trabalho, na medida em que implicaram, a um só tempo, a diminuição da expansão das oportunidades de trabalho – o que contribuiu para a elevação do desemprego –, e a precarização das relações de trabalho, materializada, principalmente, na contração dos rendimentos do trabalho.

Outras informações que se prestam a confirmar esse quadro de precarização das relações de trabalho são, indiscutivelmente, o crescimento das relações informais de trabalho, a diminuição do número de trabalhadores assalariados⁶ e a redução do emprego industrial. Todos esses fenômenos que evidenciam um cenário de precarização do mercado de trabalho nacional, vale insistir, são derivados, a um só tempo, da própria dinâmica da atividade econômica nas últimas duas décadas e das mudanças introduzidas pelos processos de reestruturação produtiva, de globalização e de avanço das políticas neoliberais.

A partir de então, várias foram as dificuldades enfrentadas, no plano externo e no plano no interno. No primeiro, as dificuldades surgiram em virtude do agravamento da crise da dívida externa. No segundo, o país conviveu com a adoção de sucessivos planos para controlar a inflação e com a redução da taxa de investimento.

Tais fatos acabaram por conformar, no mercado de trabalho brasileiro, um quadro de redução do emprego formal e ampliação do número de trabalhadores autônomos e dos empregados sem carteira assinada. Nesse cenário, o desemprego que, até então, não estava na pauta das grandes questões nacionais, passa a ser visto como um grave problema. Ao lado disso, toma corpo um movimento de feminização do mercado de trabalho nacional, tendo em vista que a taxa de atividade feminina passa de 33,6%, em 1979, para 50,3%, em 2002 (SABÓIA apud CARLEIAL, 1998, p. 177; IBGE, 2002).

De modo mais preciso, a redefinição da relação família-trabalho passa a ter lugar a partir do momento em que o principal mantenedor da família – papel tradicionalmente atribuído à figura do pai – se vê impossibilitado de continuar honrando os compromissos financeiros relacionados à manutenção da sua família. É, pois, em função disso que surge na família a

⁶ Esse fenômeno é completamente distinto do que foi observado durante o período em que vigorou o Modelo de Substituição de Importações (MSI), momento em que o nível de ocupação crescia impulsionado pela expansão dos postos de trabalho regulamentados, os quais, como se sabe, garantem uma série de direitos e benefícios aos trabalhadores.

necessidade, mais que premente, que os seus membros passem a compartilhar responsabilidades quanto à obtenção de recursos financeiros ou materiais de modo a garantir a sua reprodução⁷.

Esse é de fato um duro golpe aplicado, diretamente, às bases da família brasileira, na medida em que suscita o aparecimento de uma nova configuração de poder entre marido e mulher, pais e filhos. Não por acaso, começa a tornar-se fluida a antes clara distinção de papéis existente no interior da família, entre aqueles que são designados provedores e os que são considerados consumidores. Em função das mudanças que vão surgindo, passa a ser extremamente complicada a manutenção de uma situação, onde a totalidade dos gastos familiares seja coberta exclusivamente por um único provedor.

A ocorrência dessa situação implica, no plano teórico, a necessidade de revisar as interpretações em relação ao modo de estruturação das famílias urbanas. Até então, o ponto de vista predominante era o de que tais famílias estruturavam-se a partir “da combinação entre a produção doméstica de valores de uso e a venda da força de trabalho” (OLIVEIRA apud BILAC, 1978, p. 22), o que, em outras palavras, significava que a participação de alguns membros da família no mercado de trabalho obrigava, necessariamente, a que outros se mantivessem afastados dele, porém, ligados às atividades que objetivavam tornar aptos para o consumo final os bens comprados com a remuneração daqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho.

Como observa Bilac,

[...] para que alguns possam participar da produção social, outros deverão lavar, cozinhar, passar. Estas atividades não deixam de ser uma produção de valores de uso, uma forma de economia doméstica, indispensável à reposição da força de trabalho consumida no processo de produção, nos moldes capitalistas de constituição da sociedade (BILAC, 1978, p. 22).

É bom que fique claro que essa necessidade de revisão não surge, como seria improvável supor no atual estágio do capitalismo, de uma superação definitiva da necessidade de combinação entre a produção doméstica de valores de uso e a venda da força de trabalho. O argumento é bem outro. O que se está afirmando, tão-somente aqui, é que, em decorrência dos acontecimentos que marcaram a economia nacional nas duas últimas décadas, passou a haver uma pressão no sentido de que menos pessoas estivessem engajadas exclusivamente nas atividades relacionadas à produção de valores de uso e que essa produção passou também a ter valor de mercado, gerando atividades remuneradas.

A esse respeito é importante acentuar que tal pressão não é derivada unicamente, como muitos poderiam imaginar, da crise financeira que se abate sobre as famílias brasileiras. Essa, por certo, seria uma interpretação excessivamente simplista. Ela é reforçada, e isso não se pode perder de vista, por todo um desenvolvimento do grau de complexificação da economia

⁷ É importante que se diga que a configuração desse quadro de novos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, como seria razoável supor, desde sempre esteve condicionado às diferentes estruturas familiares, bem como aos momentos do ciclo vital de cada família tomada isoladamente.

nacional – que acompanha, com um certo atraso, é verdade, o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial – permitindo a criação de certas “facilidades” para as famílias, como, por exemplo, a possibilidade de se adquirir nos supermercados alimentos prontos, ou semi-prontos, que dispensam, em muitas famílias, a exigência de que alguns de seus membros dediquem-se à atividade de preparo “do pão de cada dia”. Isso, indubitavelmente, tem trazido implicação, sobretudo, para a vida das mulheres, na medida em que lhes faculta a possibilidade de se inserir em outras atividades que vão além daquelas que a tradição normalmente lhes conferiu e que se desenvolvem no âmbito do lar.

Além disso, vale notar que um dos condicionantes que estão por trás dessa maior pressão exercida sobre o mercado de trabalho por mulheres e filhos é a lógica da divisão sexual do trabalho. Reconhecer esse fato é por demais importante, quando se tem por finalidade proceder a uma análise da relação família-trabalho que não dissocie os elementos que compõem o quadro macro da sociedade e os que pertencem ao plano das relações internas à família. Ao se adotar essa postura de análise não se incorre no erro de atribuir determinações unilaterais que conduzam ao equívoco de considerar as relações que se estabelecem no plano da esfera da reprodução e, portanto, das famílias como derivadas das situações que surgem na esfera da produção. Imaginar a situação inversa também seria um despropósito. O mais correto, e é esse o caminho teórico que se persegue neste trabalho, é o de insistir nos elementos que dão o tom da articulação dessas duas esferas que definem a relação família-trabalho (BARRÈRE; MAURISSON, 1992 apud MONTALI, 2000).

Fornecido esse breve panorama de como os fatores sociodemográficos, culturais e econômicos estão modificando a família brasileira, passar-se-á agora a evidenciar alguns traços importantes das famílias baianas pertencentes aos estratos de menor e maior rendimento.

COMO SÃO AS FAMÍLIAS BAIANAS DE MENOR E MAIOR RENDIMENTO?

Ao iniciar essa seção, a primeira coisa que deve ser feita é pontuar que o padrão de organização das famílias é, indiscutivelmente, uma das informações mais importantes quando se tem o objetivo de contrapor duas realidades que se supõe sejam muito diferentes – a que prevalece entre as famílias de menor e maior rendimento no estado da Bahia –, tendo em vista que através dele é possível apreender a pluralidade de formas como essas famílias se organizam visando a sua respectiva reprodução biológica e social.

Como se pode observar na Tabela 1, entre as famílias baianas de menor rendimento a forma de organização predominante – posto que prevalece para 62,9% dessas famílias – é aquela formada pelo casal com filhos e sem parentes. O segundo tipo de arranjo mais representativo (15,0%) é aquele em que a família é chefiada por mulher com filhos e sem parentes.

As famílias de maior rendimento, por sua vez, apresentam uma distribuição segundo o tipo de arranjo familiar bastante diferente da que é esboçada pelas famílias de menor rendimento,

apesar de, assim como essas últimas, terem o arranjo casal com filhos e sem parentes como o mais freqüente (36,6%). O segundo tipo de arranjo mais representativo entre as famílias de maior rendimento é precisamente aquele formado pelo casal sem filhos e sem parentes (16,9%).

Isso, de certo modo, indica que esses casais pertencentes ao contingente de famílias de maior rendimento, por alguma razão – muito provavelmente relacionada aos seus projetos de inserção e permanência no mercado de trabalho, posto que na sua maioria são compostas por pessoas mais jovens – optam por postergar ao máximo a concretização do projeto de ter filhos.

Uma outra informação que, em certa medida, corrobora essa suspeita em relação ao comportamento de evitar ter filhos – supostamente esboçado pelas pessoas pertencentes ao contingente dos 10% de maior rendimento – é o fato de ser bem maior a proporção de famílias unipessoais compostas pelos indivíduos dos dois sexos nesse grupo (21,1%) do que naquele composto pelas pessoas de menor rendimento (2,3%). É inegável que a opção dessas pessoas em viver sozinhas está fortemente relacionada com a questão da renda, posto que conseguem sem a ajuda de um companheiro(a) e/ou de filho(s) e parente(es) arcar com as despesas envolvidas na manutenção de um lar.

Tabela 1

Distribuição das famílias, segundo tipo de arranjo familiar, Bahia, 2003

Arranjos familiares	Distribuição das famílias (%)	
	50% de menor rendimento	10% de maior rendimento
Casal sem filho(s) e sem parentes	3,7	16,9
Casal sem filho(s) e com parentes	1,3	1,5
Casal com filho(s) e sem parentes	62,9	36,6
Casal com filho(s) e com parentes	6,7	3,4
Famílias chefiada por mulheres sem filhos com parentes	1,6	4,1
Famílias chefiada por mulheres com filhos sem parentes	15,0	10,2
Famílias chefiada por mulheres com filhos e parentes	4,2	1,7
Famílias chefiada por homens sem filhos com parentes	0,6	2,5
Famílias chefiada por homens com filhos sem parentes	1,5	1,7
Famílias chefiada por homens com filhos e parentes	0,2	0,5
Família unipessoal - Homem sozinho	1,6	13,3
Família unipessoal - Mulher sozinha	0,7	7,8
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Todavia, é bom que fique bem claro que, além da variável renda, existem muitas outras questões que podem estar influenciando as pessoas de maior rendimento a adotarem essa

postura de abdicar do sonho de ter filhos ou então de postergar ao máximo a sua realização. Uma delas é, por exemplo, o acesso mais facilitado aos métodos anticoncepcionais, seja em função do maior grau de conhecimento que possuem e/ou em decorrência do fato de poder adquiri-los diretamente no mercado, evitando, assim, a dependência de fornecimento por parte do poder público.

Ao se perseguir o intento de revelar alguns traços das famílias baianas que compõem o grupo de menor e maior rendimento, um outro recorte se apresenta como interessante, qual seja, a avaliação da proporção de famílias segundo o número médio de membros. Ao se propor esse recorte, não se pode perder de vista – como já se fez menção anteriormente – que o tamanho da família é um aspecto chave na determinação da renda familiar per capita. De uma forma geral, quanto mais numerosas são as famílias a tendência é que a renda familiar per capita seja menor, fato esse que leva a se supor, de antemão, que as famílias de menor rendimento são, por definição, mais numerosas do que as famílias de maior rendimento.

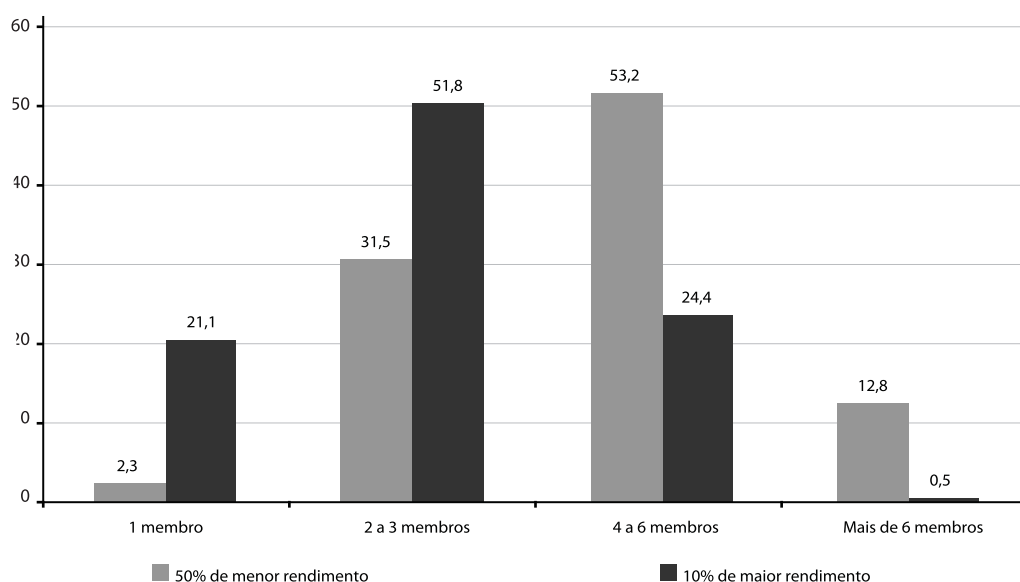
Essa correlação negativa, como não poderia deixar de ser, também é confirmada no presente estudo, na medida em que as informações contidas no Gráfico 1 revelam diferenças expressivas no número médio de membros entre as famílias de menor e maior rendimento. Nesse gráfico pode-se observar o seguinte padrão tradicional: o percentual das famílias menos numerosas, ou seja, aquelas que são compostas por no máximo três indivíduos é mais elevado para o contingente de famílias pertencentes ao grupo dos 10% de maior rendimento, ao passo que o percentual de famílias mais numerosas, reunindo de quatro indivíduos em diante é bem mais representativo no contingente de famílias que formam o grupo dos 50% de menor rendimento.

Isso não significa, entretanto, que essa estratégia seja levada à frente através do aumento do número de filhos. Essa, por certo, seria uma interpretação descabida na medida em que traria consigo, de forma implícita, o entendimento, quase sempre preconceituoso, de que quem se encontra nos estratos inferiores da distribuição de rendimentos vê no ato de ter filhos uma possibilidade concreta de meio de vida. Uma explicação menos problemática e que justifica essa estratégia de aumentar o número de membros passa pelo fato de não ser incomum ver indivíduos, ainda que não guardem entre si uma relação direta de parentesco, se associarem de modo a suplantar, não apenas as dificuldades que enfrentam, cotidianamente, em termos de satisfação das suas necessidades de alimentação, mas principalmente de moradia.

Ao se proceder a essas afirmações, não se pode perder de vista, como já brevemente destacado linhas atrás, que tem havido um fenômeno de contração da fecundidade no Brasil, o qual vale tanto para a camada mais abastada do ponto de vista da renda quanto para aquela menos favorecida. Isso é, também, observado nas informações contidas no Gráfico 1. Veja, por exemplo, que o percentual de famílias compostas por mais de seis membros (12,8%) é o segundo menor dentre todos os que são registrados para o grupo

de menor rendimento. Não obstante, quando se compara esse mesmo percentual com o que é medido para o contingente de maior rendimento vê-se uma assimetria muito significativa.

Gráfico 1
Distribuição percentual das famílias, segundo tipo de arranjo familiar, Bahia, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Em função dessa realidade, poder-se-ia concluir, de pronto, que as famílias que ocupam os estratos mais elevados da distribuição de rendimento conseguem um êxito muito maior no seu projeto de não vir a se tornar numerosa. Isso, de fato, se confirma através das informações contidas na Tabela 2 – a qual fornece a proporção de famílias segundo o número de filhos até 10 anos de idade. Conforme se vê, o percentual de famílias que possuem até um filho é extremamente significativo (95,5%) no contingente de maior rendimento.

Não obstante, chama a atenção o fato de que parte considerável das famílias de menor rendimento parece adotar um comportamento de não aumentar muito o número de filhos, isto porque o percentual das que possuem até um filho encontra-se no patamar de 56,7%. É bem possível que esse resultado seja um indicativo de que, pelo menos na última década, as famílias de menor rendimento tenham sido bem sucedidas no que tange à questão do controle do número de filhos, o que, de certo modo, enfraquece a tese de que tais famílias não conseguem controlar o número de filhos.

Tabela 2

Proporção de famílias segundo o número de filhos até 10 anos de idade, por grupamento de rendimento, Bahia, 2004

Número de filhos	Proporção de famílias (%)	
	50% de menor rendimento	10% de maior rendimento
0	31,3	79,7
1	25,4	15,8
2	21,5	4,1
3	11,6	0,4
4	5,9	0,0
5	2,5	0,0
6	1,0	0,0
7	0,4	0,0
8	0,2	0,0
9	0,1	0,0
10	0,1	0,0

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Diante disso, resta indagar se esse controle se deu em função de um maior amadurecimento e conscientização dos indivíduos pertencentes a essas famílias, o que passa necessariamente pela questão da educação – na medida em que uma população mais educada tem maiores possibilidades de melhor compreender ou até mesmo saber da existência dos métodos contraceptivos disponíveis –, ou é resultante dos esforços dos alarmistas das questões de fecundidade que, a todo instante, lançam campanhas de planejamento familiar ou então, o que é condenável, encampam ações que visam à esterilização de mulheres pertencentes ao contingente de menor rendimento.

Outro recorte interessante nessa tarefa de contrapor a realidade das famílias de menor e maior rendimento no estado é a observação da proporção de famílias segundo o sexo do responsável, pois, conforme já foi antecipado, no conjunto de mudanças nas feições da família brasileira, uma das mais importantes é, indubitavelmente, a nova correlação de forças que se estabelece entre os indivíduos dos dois sexos, fato que redefine os papéis e as atribuições de homens e mulheres no seu interior. Essa nova relação é, conforme informam Salles e Tuirán (1996 apud ARRIAGADA, 2002), uma das manifestações da modernidade, a qual se expressa, no âmbito da família, no exercício de direitos democráticos, na autonomia de seus membros, em um maior equilíbrio em termos da repartição do trabalho (doméstico e social), das oportunidades e da tomada de decisões familiares.

Nessa nova correlação de forças que se forma no interior da família, tem sido cada vez mais intensa a presença de mulheres que se apresentam como responsáveis pela família, fato que aumenta as suas atribuições, as quais, já há algum tempo, extrapolam o campo do afetivo,

passando, também, a apresentar um caráter relacionado ao provimento das condições materiais que permitem a manutenção de suas famílias.

Conforme se pode constatar na Tabela 3, a proporção de mulheres que ocupam a posição de responsáveis pelas famílias é maior nas famílias de maior rendimento (28,4%) do que nas de menor rendimento (24,9%)⁸. Muito embora exista essa diferença, possivelmente a variável renda não é aquela que mais influencia na determinação de papéis na família. Certamente, há outros fatores, a exemplo dos valores culturais, que representam um peso muito mais decisivo no equacionamento da questão de quem os membros da família delegam e/ou confiam a posição de responsável. Quando não se toma o parâmetro da renda, constata-se que, hoje em dia, no Brasil, é bastante significativa a proporção de famílias (26,5%) que se encontram nessa situação. Na Bahia tal proporção é ainda mais elevada (29,2%).

A configuração dessa realidade, em que cada vez mais as mulheres ocupam a posição de responsável pela família – tendo sob seus ombros todas as responsabilidades que a investidura dessa condição acarreta –, deve ser avaliada com extremo cuidado, pois ao mesmo tempo em que indica algo positivo, pode também ser resultado da ocorrência de algumas situações bastante delicadas que a levam, de forma compulsória, a assumir esse posto na estrutura familiar, com ou sem a presença da figura masculina.

Tabela 3 Proporção de famílias segundo o sexo do responsável, por grupamento de rendimento, Bahia, 2004		
Sexo do responsável	Proporção de famílias (%)	
	50% de menor rendimento	10% de maior rendimento
Masculino	75,1	71,6
Feminino	24,9	28,4

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Uma dessas situações é quando o homem, que ocupa tradicionalmente a posição de responsável pela família, por algum motivo abandona mulher e filhos. Nesta circunstância, não resta alternativa à mulher senão assumir, compulsoriamente, a condição de responsável pela família. Outra situação, igualmente traumática e não menos comum no Brasil, é quando o homem envereda pelo caminho do alcoolismo, condição que o deixa moralmente incapacitado para continuar exercendo a sua atribuição de principal responsável pela família.

Se, por um lado, não há como negar a existência de fatores circunstanciais que elevam a mulher à condição de responsável pela família, por outro, não se pode esquecer que ainda hoje, mesmo em face do avanço que as mulheres galgaram em todas as áreas e, sobretudo, no mercado

⁸ Quando se realiza esse mesmo exercício para a Região Metropolitana de Salvador, verifica-se uma situação inversa a essa, ou seja, a proporção de mulheres que ocupam a condição de responsável é maior nas famílias de menor rendimento (42,0%) do que nas de maior rendimento (32,8%).

de trabalho – contexto em que apresentam grande competência –, a família brasileira insiste⁹ em não se desvincular das suas origens históricas, as quais estão intimamente imbricadas e relacionadas aos valores da sociedade dita patriarcal¹⁰.

Prova disso é que uma parte expressiva da nossa sociedade não vê com bons olhos a situação em que, estejam marido e mulher vivendo sob o mesmo teto, seja conferida a esta o título de responsável pela família. Essa é, por exemplo, uma das constatações a que chega Mendes (2002), em trabalho onde analisa a situação de algumas famílias pobres que são chefiadas por mulheres. De acordo com o relato dessa autora, quando perguntadas sobre a chefia da casa, as mulheres apresentavam o seguinte comportamento:

[...] embora a maioria se assumisse como chefes, alegando manterem a casa e ditarem as regras, colocando-se, assim, como sujeitos da mudança, muitas atribuíam ao companheiro a chefia da casa, embora reconhecendo serem elas as responsáveis pela manutenção financeira do domicílio, configurando-se como agentes da permanência (MENDES, 2002, p. 6).

Segundo o argumento dessa autora, a conduta de algumas mulheres de assumirem uma postura mais tradicional – delegando ao homem a condição de chefe – provavelmente está associada a uma forte internalização do processo de socialização, que define culturalmente, conforme já se antecipou, os papéis sexuais e suas posturas. É evidente que essa espécie de preconceito vem perdendo força, mesmo que de forma paulatina, na medida em que, a cada dia, surgem novos elementos que concorrem para que a sociedade passe a encarar homens e mulheres como sendo passíveis de gozarem dos mesmos direitos e deveres. Esse é, aliás, um dos sinais daquilo que se entende por modernidade na família nos dias atuais. Na compreensão de Salles e Tuirán (1996 apud ARRIAGADA, 2002), a modernidade na família se expressaria no exercício de direitos democráticos, na autonomia de seus membros e em um maior equilíbrio na repartição do trabalho (doméstico e social), das oportunidades e na tomada de decisões familiares. Compreenderia, portanto, a configuração de uma nova relação baseada em assimetrias matizadas por pautas democráticas.

Quando se analisa a distribuição das pessoas de referência nas famílias pertencentes aos contingentes de menor e maior rendimento por grupo etário (Gráfico 2), a primeira informação que salta os olhos é que o perfil etário das pessoas de referência nas famílias pertencentes ao grupo dos 10% de maior rendimento é mais envelhecido que o perfil das pessoas engajadas nas famílias de 50% de menor rendimento.

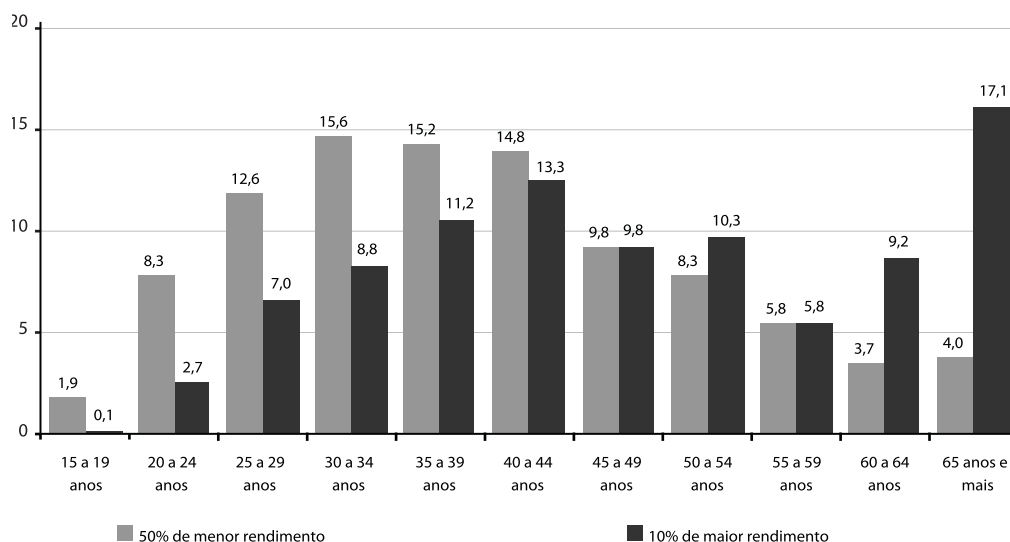
⁹ Conforme indica Arriagada (2002), na maioria dos países latino-americanos a norma legal se ajusta a esse modelo tradicional de família que mostra força e resistência à sua modificação.

¹⁰ Nesse tipo de sociedade, “naturalmente”, a figura do pai exerce um papel de destaque dentro da hierarquia familiar, manifestado, sobretudo, na autoridade que desempenha em relação à esposa e aos filhos. Dito em outros termos, ele (o pai) é o detentor “legítimo” da autoridade, ao passo que mulher e filhos ocupam a posição de subordinados. Além dessa característica, a família patriarcal apoiar-se-ia em algumas outras noções fundamentais, dentre as quais destacam-se: a monogamia (estado conjugal em que o marido só pode estar ligado a uma mulher e vice-versa); a indissolubilidade das uniões (fortemente influenciada pelo catolicismo, onde se defende a idéia de que o que Deus uniu o homem não pode desunir) e a legitimidade da prole. Por fim, uma última característica da família patriarcal é a presença de parentes residindo no mesmo lar onde moram pai, mãe e filhos (GOLDANI, 1993).

Tratando especificamente das pessoas de referência com idades situadas no extremo superior da distribuição etária, isto é, os mais idosos, vê-se que a proporção de idosos é muito maior nas famílias que fazem parte do grupo de maior rendimento (17,1%) do que naquelas que integram o grupo de menor rendimento (4,0%). Nesse ponto, é preciso salientar que para os idosos as incertezas relativas ao mercado de trabalho são relativamente menores, visto que boa parte deles recebe, muito provavelmente, os rendimentos perenes das aposentadorias.

É preciso estar atento ao fato de que esse resultado pode estar influenciado – por se tratar de uma classificação feita através do rendimento familiar per capita – pelo tamanho da família, visto que esse indicador, como já foi evidenciado, possui uma relação negativa com o número de pessoas na família. Desse modo, é mais do que razoável se supor que esses idosos já tenham criado todos os filhos e que, atualmente, morem sozinhos ou em companhia de um cônjuge.

Gráfico 2
Distribuição percentual das pessoas de referência nas famílias segundo os grupos etários, por grupamento de rendimento, Bahia, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

A maior proporção de pessoas de referência na família com idade mais avançada entre as famílias de 10% de maior rendimento familiar per capita, pode denotar, ainda, certa estratégia por parte dessas famílias em valorizar questões de desenvolvimento profissional, o que, na maioria das vezes, retarda o nascimento dos filhos e, quando não, limitam bastante a procriação. Além disso, a distribuição etária entre as pessoas de referência nas famílias com 10% de maior rendimento é profundamente enviesada pelo mercado de trabalho, onde a

experiência¹¹, principalmente nas ocupações que exigem maior escolaridade, é determinante para a obtenção de um maior rendimento.

Já entre os 50% de menor rendimento familiar per capita ocorre uma maior incidência de pessoas de referência na família entre os segmentos mais jovens. Deve-se observar que as maiores frequências encontram-se entre os 25 e os 44 anos. Neste caso, pode estar ocorrendo uma falta de sincronia entre o início do processo de ampliação da família (nascimento dos primeiros filhos) e o comportamento do mercado de trabalho, o qual imprime remunerações menores para estes segmentos, devido a pouca experiência profissional. Vale notar que a situação das remunerações ainda é agravada, na maioria das vezes, pela baixa escolaridade que veda o acesso aos melhores postos de trabalho e pelas péssimas remunerações que são pagas no mercado de trabalho do estado.

Observando-se a distribuição das pessoas de referência na família, por nível de escolaridade (Gráfico 3), constata-se que as famílias pertencentes ao grupo dos 10% de maior rendimento familiar per capita possuem um nível de escolarização muito mais elevado do que o observado nas famílias pertencentes ao estrato de 50% de menor rendimento. A análise desse gráfico permite afirmar, ainda, que, na Bahia, uma escolaridade elevada diminui bastante as chances de frequentar os segmentos de menor rendimento, visto que entre estes não é observada frequência de pessoas com nível superior. Mesmo quando se considera o nível médio completo e o ensino fundamental completo, entre os 50% de menor rendimento as frequências são muito baixas, estando ambas abaixo dos 8,0%.

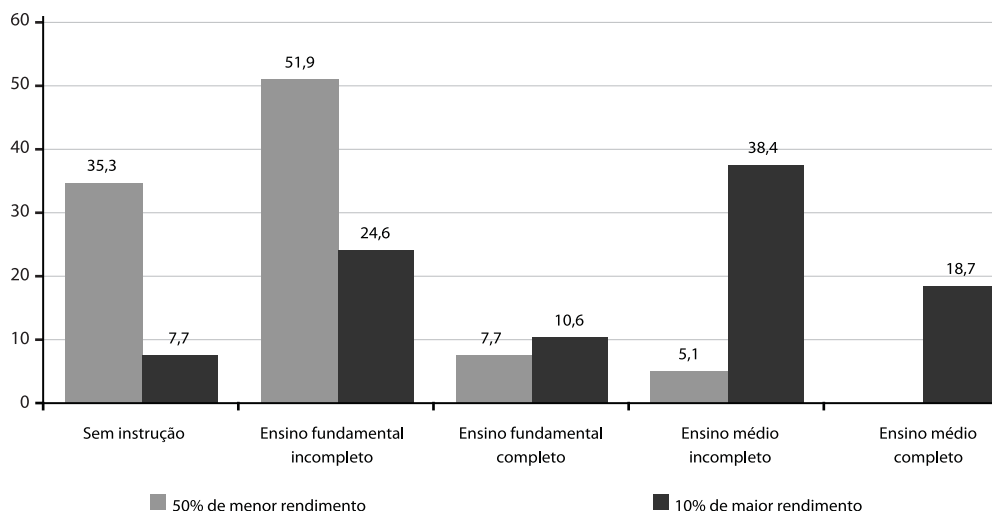
Essa configuração reflete o atraso educacional da sociedade baiana, tendo em vista que os dados são referentes às pessoas de referência nas famílias, tratando-se, portanto, supostamente, de pessoas com uma idade mais avançada, que muito provavelmente não tiveram a oportunidade de frequentar a escola quando mais jovens. Não obstante, o processo de democratização da educação ocorrido no estado nas últimas décadas, principalmente na década de 1990, tem provocado alguma mudança nesse perfil, daí não ser exagero se supor que, muito em breve, poderão ser encontradas ocorrências de pessoas com escolaridade elevadas frequentando, com cada vez mais intensidade, os segmentos de menor rendimento¹².

¹¹ Na maioria dos estudos sobre mercado de trabalho, quando não se consegue identificar a experiência de trabalho de forma explícita, a idade pode ser aceita como uma boa *proxy*.

¹² Essa percepção, evidentemente, encontra-se respaldada também nos movimentos que se observavam no mercado de trabalho nacional, onde, ao longo dos últimos anos, vem imperando as relações de trabalho precarizadas. Prova incontestável desse fenômeno pode ser encontrada através da investigação da estrutura ocupacional, a partir da perspectiva das formas de trabalho, bem como do padrão de remuneração. Caminhando nessa direção, facilmente se percebe a escassez dos postos de trabalho que oferecem estabilidade, melhores condições de trabalho, fundamentadas no sistema de proteção social existente, e que pagam os maiores salários (DEDECCA; BALTAR, 1997). Outras informações que se prestam a confirmar esse quadro de precarização das relações de trabalho são, indiscutivelmente, o crescimento da informalização do trabalho, a diminuição do número de trabalhadores assalariados e a redução do emprego industrial.

Gráfico 3

Distribuição percentual das pessoas de referência na família segundo o nível de escolaridade, por grupamento de rendimento, Bahia, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

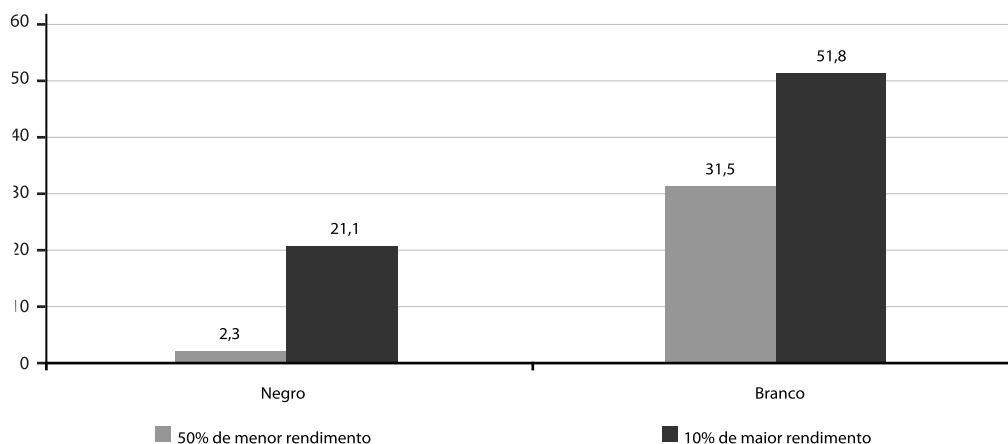
O Gráfico 4, por seu turno, apresenta a distribuição dos responsáveis pelas famílias segundo a cor ou raça para os dois contingentes aqui investigados¹³. Observa-se que, entre as famílias de 50% de menor rendimento, 82,6% dos responsáveis se declararam negros e apenas 17,4% se declararam brancos. Por certo, a predominância de negros entre os mais desafortunados, do ponto de vista do rendimento, reflete a discriminação que minorias étnicas sofreram durante o processo de formação da sociedade brasileira, de forma geral, e baiana, em especial, e que ainda hoje é bastante significativa. No estado da Bahia, onde a população é majoritariamente negra (somatório da população preta e parda) e boa parte está ocupada em atividades rurais¹⁴, era de se esperar que o preconceito não fosse tão relevante, mas infelizmente isto não acontece.

¹³ Para conseguir melhores estimativas a classificação de cor ou raça foi agrupada. Dessa forma, se considerou como brancos os que afirmaram na pesquisa serem brancos ou amarelos e como negros os que afirmaram serem pretos, pardos ou indígenas. Esse agrupamento segue a discriminação que, na maioria das vezes, é observada no mercado de trabalho, onde amarelos e brancos, geralmente, possuem rendimentos maiores que os apresentados por pretos, pardos e indígenas.

¹⁴ A discriminação de cor no mercado de trabalho tende a ser mais evidenciada em atividades tipicamente urbanas devido a uma série de fatores, tais como: escolaridade, experiência, etc. Nas atividades rurais tais características não são tão relevantes, fato que minimiza o efeito da discriminação racial na determinação dos rendimentos.

Gráfico 4

Distribuição percentual dos responsáveis pelas famílias segundo a cor ou raça, por grupamento de rendimento, Bahia, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se abrir esta parte do trabalho é importante evidenciar, em primeiro lugar, que este texto não teve a pretensão de apresentar um perfil completo e detalhado das famílias pertencentes aos dois estratos de renda privilegiados neste estudo. Dado o seu caráter pioneiro, tendo em vista que é dedicado a investigar uma temática – as diferenças de perfis existentes entre as famílias de menor e maior rendimento, que embora seja reconhecidamente importante no contexto de sociedades onde grassa a desigualdade de rendimento, como a brasileira, de forma geral, e a baiana, em particular – ainda pouco explorada, objetivou-se, tão somente, introduzir a discussão e instigar o debate entre aqueles que se interessam por questões dessa natureza.

Em segundo lugar, é igualmente importante reconhecer que a metodologia utilizada neste trabalho, apesar de introduzir alguns vícios à análise, não a inviabiliza, posto que esses vícios não são suficientes para macular a exposição dos principais argumentos. Assim sendo, uma melhor compreensão das estruturas que envolvem as famílias baianas por estratos de rendimento familiar per capita, com certeza, precisa contemplar aspectos relativos à qualidade de vida, habitabilidade e sociabilidade dos indivíduos. De acordo com essa linha de interpretação, portanto, as formas comunitárias que essas famílias se organizam, a coabitação e os serviços disponibilizados pelo Estado podem ser indicadores dos resultados da imensa desigualdade criada pela concentração dos rendimentos no plano estadual.

De fato, com os resultados que foram encontrados, a partir da perspectiva da desigualdade de rendimento adotada neste trabalho, pode-se perceber que as duas categorias, famílias de menor e maior rendimento, espelham – muito embora em graus diferenciados – as mesmas transformações que, corriqueiramente, são apontadas nos estudos que retratam a realidade das famílias no Brasil e em outras partes do mundo.

Como tendência para as famílias baianas pode-se identificar um comportamento de homogeneização nas suas características, principalmente no que tange ao número de pessoas. Isso ocorre devido ao processo demográfico de redução da fecundidade que, historicamente, se iniciou entre a população mais abastada e escolarizada e, depois, se disseminou para os outros estratos sociais. Entre os mais pobres o fenômeno tem crescido em virtude, entre outras coisas, da democratização do ensino, da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e do número crescente de mulheres que se submetem a cirurgias de esterilização¹⁵.

Contudo, deve-se ressaltar que os arranjos familiares ainda permanecem bastante influenciados pelos rendimentos, os quais na Bahia ainda são muitos pequenos para um percentual significativo da população. Mesmo o aumento do nível de escolaridade não demonstra ser suficiente para melhorar a situação das famílias baianas. Para que isso ocorra, é preciso que a democratização do ensino seja acompanhada de um ganho real substancial nos rendimentos, sobretudo, para os menores.

Na Bahia, assim como em outros locais, aspectos oriundos do mercado de trabalho, como a discriminação de gênero, por exemplo, tornam as mulheres chefes de famílias mais vulneráveis à pobreza¹⁶. A falta de programas específicos nas áreas sociais coloca as famílias lideradas por mulheres em uma situação de permanente pobreza. No mesmo sentido, os chefes de famílias negros também são bastante atingidos pela discriminação.

Em relação às famílias compostas por um único indivíduo, o rendimento familiar possui um caráter bem determinante. Pelo expressivo diferencial encontrado entre os 50% de menor rendimento e os 10% de maior rendimento, pode-se concluir que, na maioria das vezes, os rendimentos pagos no estado não permitem que uma pessoa possa manter uma casa apenas com o seu rendimento.

REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, Irma. Cambios y desigualdad en las familias latinoamericanas. *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 77, p. 143-161, ago. 2002.

BILAC, Elisabete Dória. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Símbolo, 1978.

¹⁵ É razoável supor que essa maior escolarização permita um maior conhecimento dos métodos anti-conceptivos, fato que, pelo menos em tese, faculta à mulher o controle do número de filhos que deseja ter.

¹⁶ Essa situação se agrava quando são consideradas apenas as mulheres solteiras.

CARLEIAL, Liana. Quem tem medo do desemprego no Brasil?. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 26, n. 2, p. 170-193, 1998.

CIOFFI, Sylvia. Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1998. p. 1041-1070.

DEDECCA, Cláudio; BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP, 1993.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, n. 1, 1993.

GUIMARÃES, José Ribeiro S. Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2002. p. 85-116. (Série estudos e pesquisas, 63).

_____. Evolução e distribuição dos rendimentos na Bahia durante a década de 90 do século XX. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. p. 65-96. (Série estudos e pesquisas, 59).

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2003: microdados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios _ PNAD 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. *Censo Demográfico - Brasil: nupcialidade e fecundidade - resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 218 p.

IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/PNUD. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2002*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 26 out. 2005.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. *Anais...* Minas Gerais: ABEP, 2002.

MONTALI, Lília. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000.

OLIVEIRA, Maria Coleta; BERQUÓ, Elza S. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice/ANPOCS, p. 30-64, 1990.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro; MEDEIROS, Marcelo. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 249-266. (Série estudos e pesquisas, 63).

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

TERUYA, Marisa. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. *Anais...* Minas Gerais: ABEP, 2000.

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

*Marcelo Santana**
*Iara Normando Tude***

Na Bahia, a parcela da população representada pelos 50% com menores rendimentos se apropria de apenas 13,6% do total dos rendimentos, enquanto a parcela representada pelos 10% com maiores rendimentos fica com 48,5% (dados de 2003), ou seja, à parcela minoritária cabe um quinhão dos rendimentos quase 35 pontos percentuais superior àquele que é apropriado pela parcela majoritária¹. É evidente que tal estrutura distributiva produz reflexos imediatos sobre a estrutura de consumo das pessoas, seja quantitativa, seja qualitativamente.

Há que se considerar, no entanto, que o acesso a um conjunto restrito de bens e serviços não é determinado apenas pelo nível de rendimento dos indivíduos, já que tal acesso não está – ou não deveria estar – submetido a uma lógica puramente mercantil. Enfoca-se, obviamente, àqueles bens e serviços universalmente reconhecidos (ao menos nos estados democráticos modernos) como fundamentais para que ocorra uma equalização mínima de oportunidades entre as pessoas e que, por essa razão, são oferecidos gratuitamente ou de forma subsidiada à população, tais como aqueles que são distribuídos por intermédio de programas governamentais específicos (principalmente alimentos e remédios), ou serviços públicos nas áreas da justiça, educação, saúde, etc.

O fato, porém, dessa equalização ser buscada e, em alguns casos, estar amparada no próprio texto constitucional, não assegura que tais iniciativas cumpram integralmente os seus objetivos, seja por insuficiência da oferta, seja pela qualidade do que é oferecido.

O presente artigo, levando em conta as considerações precedentes e tomando por base os dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2003, procurará analisar as condições educacionais dos estratos mais ricos (10% com maior rendimento) e mais pobres (50% com menor rendimento) da população do estado da Bahia, para, com isso, tentar perceber em que medida a disparidade de rendimentos entre os primeiros e os segundos interfere no acesso e na qualidade dos serviços educacionais que lhes são oferecidos e, assim, tentar perceber como as oportunidades nessa área fundamental se apresentam para uns e para outros.

* Economista, Técnico da SEI. marcelosantana@sei.ba.gov.br

** Socióloga da SEI, Especialista em Planejamento e Especialista em Gestão Pública e Mestre em Educação à Distância. iarant@sei.ba.gov.br

¹ Ver texto de Luís André de Aguiar Alves, sobre distribuição de renda na Bahia, nesta publicação

DESGUALDADE DE RENDIMENTOS E ACESSO À EDUCAÇÃO FORMAL

Nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1980, os níveis de cobertura do sistema de ensino na Bahia vêm se expandindo de maneira significativa. Em 1980, 33,8% de todas as crianças de sete a quatorze anos de idade não freqüentavam escola, enquanto em 2000 essa proporção despenca para 3,8%; no que diz respeito aos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, ainda que o avanço não tenha sido suficiente para alcançar a quase universalização do atendimento como no caso anterior, ele foi igualmente expressivo: em 1980, 54% dos jovens dessa faixa etária não freqüentavam escola e, em 2000, o percentual passa a ser de 14,4% (dados do MEC/INEP).

Mesmo pessoas pertencentes a outros grupos etários passaram a ter presença significativa no sistema de ensino, haja vista os 69,8% com idades entre quatro e seis anos e os 38,9% com idades entre 18 e 24 anos que aparecem freqüentando escola em 2003 (dados da PNAD). Dessa forma, o número total de pessoas que freqüentavam escolas ou creches nesse ano – da creche aos cursos de nível superior – era de mais de 4.700 mil alunos (algo em torno de 35% da população do estado).

Desse total, a rede pública de ensino era responsável pela absorção da ampla maioria dos alunos: 92,7% das vagas no ensino infantil, 92,6% no ensino fundamental e 87,8% no ensino médio, sendo superada pela rede particular apenas no nível superior, em que respondia por 34,7% do total de vagas.

Pode-se perceber, portanto, que o poder público, além de se responsabilizar pela maior parte das vagas do ensino básico (do ensino infantil ao ensino médio), absorve, sozinho, no nível fundamental de ensino, um número de alunos que suplanta em cerca de 25% a população com idade adequada a esse nível². Mesmo em níveis de ensino onde o atendimento pelas escolas públicas não alcançou tais índices, esse número não é pequeno: na pré-escola o número de alunos matriculados representa cerca de 50% população total com idade entre quatro e seis anos, enquanto no ensino médio a relação entre o número de alunos da rede pública e a população de 15 a 17 anos de idade é superior a 70%. Apenas no nível superior de ensino isso não ocorre, com as escolas públicas responsabilizando-se por apenas 33,8% dos alunos, o que representa algo em torno de 3% da população total de 18 a 25 anos de idade.

Registra-se, portanto, uma situação caracterizada pelo crescimento continuado do número de alunos, em todos os níveis de ensino, e pela presença amplamente majoritária da esfera pública no atendimento, exceto no nível superior. Além disso, acrescenta-se ainda o fato de que o acesso de homens e mulheres à educação se dá de maneira bastante equilibrada, seja nas escolas públicas, seja nas particulares.

² Ou seja, pessoas de sete a quatorze anos de idade. Esse excesso de alunos em relação à faixa etária ideal, considerando-se apenas uma das redes de ensino, explica-se, evidentemente, pela presença expressiva no ensino fundamental de alunos com idade superior à adequada, fenômeno que, resto, se expande conforme avancem as séries cursadas (segundo dados do MEC/INEP, a distorção idade-série na Bahia, em 2003, era de 35,8% na 1ª série do fundamental, de 54,3% na 4ª série, de 61,6% na 8ª série e de 70,6% no ensino médio como um todo).

Nesse contexto, fica a questão proposta inicialmente: esse sistema de ensino, em evidente expansão, tem-se mostrado imune às profundas desigualdades de rendimentos aqui existentes e, assim, vem contribuindo para equilibrar, ainda que relativamente, as oportunidades, ou, ao contrário, reproduz dentro de si iniquidades que os valores democráticos e republicanos – expressos na Constituição Brasileira – tornam inaceitáveis?

A resposta a essa questão, evidentemente, ultrapassa em muito a simples análise, segundo uma estratificação de rendimentos, da presença de alunos freqüentando escola (ou do número de anos de estudo ou da taxa de analfabetismo, que serão vistos adiante), já que o simples acesso ao sistema de ensino – apesar da sua importância – não dá conta da decisiva questão da qualidade do que é oferecido. De todo modo, o conjunto de dados disponibilizados pela PNAD, apesar da sua pequena abrangência, permite que se trace um quadro introdutório da desigualdade no campo educacional, como se verá a seguir.

Chama a atenção, em primeiro lugar, o fato de que, para o segmento da população que compõe os 50% com menores rendimentos (que representa aproximadamente a metade da população do estado), o aumento das taxas de escolarização (que, sem dúvida, vem ocorrendo) circunscreveu-se quase exclusivamente ao ensino básico. Na Tabela 1 isso fica bastante evidente ao se constatar que nesse nível de ensino – que vai do ensino infantil ao ensino médio – concentram-se 99,8% do total de pessoas que estudam, com o ensino fundamental absorvendo a ampla maioria (75,3%), e o infantil e o médio dividindo entre si os alunos restantes (13,6% no primeiro e não mais que 9,9% no segundo). No nível superior, porém, a proporção daqueles que conseguem chegar até lá é de apenas 0,2%, sendo desnecessário dizer que nos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) não há registro de um único representante dessa parcela da população. Fica evidente, assim, que obstáculos importantes continuam a impedir o acesso da população mais pobre aos níveis mais elevados do ensino formal, sobretudo para aquele – o superior – que, na tradição brasileira, é o que mais promove socialmente o indivíduo que trabalha.

No que diz respeito aos 10% com maiores rendimentos, a situação é bastante diversa. Apesar de, também nesse segmento, o ensino fundamental absorver a maioria das pessoas que freqüenta escola (33,4%), a sua posição em face dos demais níveis é bem mais equilibrada, haja vista que 11,5% dos alunos freqüentam o ensino infantil, 20% o médio e 31,7% o superior, o que revela um tipo de progressão no sistema de ensino que só a melhor condição material dessas pessoas pode explicar. Vale destacar que a desproporção entre pessoas que são absorvidas pelo ensino médio e o superior reflete, certamente, o retorno de pessoas mais velhas à condição de estudantes (na busca de um diploma de nível superior), algo que o mercado de trabalho vem exigindo e que a oferta crescente de vagas em escolas particulares vem viabilizando³. De todo modo, trata-se de um fenômeno que, ao se localizar de maneira quase total entre os mais bem aquinhoados, não é expressão de um alargamento das oportunidades educacionais nos seus níveis mais elevados, mas, ao contrário, uma mera reiteração de oportunidades dentro de um mesmo grupo.

³ Do total de alunos que cursam escolas de nível superior, 37% têm mais de 26 anos de idade, dos quais 65,5% freqüentam escolas particulares.

Tabela 1
Distribuição da população, por estrato de rendimento segundo o nível de ensino, Bahia, 2003

Níveis de ensino	Distribuição da população (%)		
	Bahia	50% de menor rendimento	10% de maior rendimento
Infantil	13,6	14,6	11,5
Creche	14,4	12,1	22,4
Pré-escola	85,6	87,9	77,6
Fundamental	67,4	75,3	33,4
Médio	14,8	9,9	20,0
Superior	3,9	0,2	31,7
Mestrado ou doutorado	0,3	—	3,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

O fato de os 50% com menores rendimentos serem responsáveis por 60,5% do total de vagas do sistema de ensino, enquanto os 10% com maiores rendimentos ficarem com apenas 7,9% (Tabela 2), se deve, por um lado, à óbvia desproporção numérica entre os dois segmentos e, por outro, ao fato de que no primeiro segmento há uma proporção significativamente maior de pessoas em idade escolar⁴, o que, evidentemente, infla as séries iniciais das creches e escolas com pessoas pertencentes a esse estrato de rendimento. No entanto, nos cursos de nível superior e nos de pós-graduação a situação é radicalmente diferente, em que pese haver um equilíbrio do ponto de vista demográfico no que se refere ao grupo etário que, predominantemente, frequenta esses níveis de ensino⁵. Observe-se que, nesses casos, enquanto o primeiro segmento, o numericamente majoritário, absorve, tão-somente, 2,5% dos alunos de nível superior e nenhum dos cursos de pós-graduação, o segundo absorve, respectivamente, 66% e a 86,9% desses alunos.

O grau de desigualdade no acesso à educação formal fica ainda mais nítido ao se observar a taxa de escolarização líquida nos diversos níveis de ensino do estado. De fato, conforme o indivíduo pertença a um ou outro estrato de rendimento, as disparidades são alarmantes, sobretudo nos níveis médio e superior, como pode ser visto na Tabela 3. Se no ensino fundamental as taxas de escolarização não apresentam diferenças marcantes, isso se deve à presença decisiva da escola pública nesse nível de ensino, com o que se alcançou a quase universalização do atendimento.

⁴ Entre os 50% mais pobres, 49,8% das pessoas têm idades que variam de 0 a 17 anos; entre os 10% com maiores rendimentos, essa proporção cai para apenas 17,8%.

⁵ A população de 18 a 25 anos de idade no grupo dos 50% mais pobres representa 14,8% do total desse grupo, enquanto que entre os 10% com maiores rendimentos a proporção é de 15,7%.

Tabela 2
Proporção de pessoas, por estratificação de rendimentos, segundo o nível de ensino, Bahia, 2003

Níveis de ensino	Proporção de pessoas (%)	
	50% de menor rendimento	10% de maior rendimento
Infantil	64,4	6,8
Creche	54,3	10,5
Pré-escola	66,1	6,1
Fundamental	67,1	4,0
Médio	40,2	10,9
Superior	2,5	66,0
Mestrado ou doutorado	–	86,9
Total	60,5	7,9

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Tabela 3
Taxa de escolarização líquida*, por estratificação de rendimentos, segundo o nível de ensino, Bahia, 2003

Níveis de ensino	Taxa de escolarização (%)	
	50% de menor rendimento	10% de maior rendimento
Pré-escola	52,6	89,2
Fundamental	90,8	94,6
Médio	16,9	74,3
Superior	3,2	35,1

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

* Número de alunos com idade adequada ao nível de ensino que frequenta, dividido pela população total das faixas etárias correspondentes a cada nível.

De resto, os dados da Tabela 4 evidenciam que, para os mais pobres, ou há escola pública ou dificilmente haverá a possibilidade de uma pessoa desse grupo tornar-se frequentadora de alguma unidade de ensino. Com efeito, para 95,1% dessas pessoas a rede frequentada é pública e, para as que estudam nos níveis fundamental e médio, a proporção é ainda maior, de 98,0% e de 98,9%, respectivamente. Se no nível infantil e, principalmente, no superior, essa tendência é menos significativa, isso se deve, certamente, à não desprezível absorção de crianças por creches e pré-escolas mantidas por estabelecimentos privados sem fins lucrativos e, no caso das escolas de nível superior, à existência de bolsas de estudo para alunos pobres – concedidas, na maioria dos casos, por organismos governamentais – que, assim, conseguem ter acesso àquelas escolas.

Também para os 10% com maiores rendimentos, é surpreendente a participação das escolas públicas (32%) no total da frequência, havendo mesmo, no caso do ensino médio, uma participação praticamente igual das duas redes de ensino. Fica claro, portanto, que, também para

esse grupo, limitações de rendimento fazem-se sentir, a ponto de obrigar uma proporção elevada de indivíduos a procurar a rede pública de ensino como alternativa educacional. Evidentemente isso não se aplica ao nível superior, já que nesse nível de ensino a opção pela rede pública ainda é a que se mostra mais atraente em função da qualidade dos seus cursos, os quais, em média, ainda são indiscutivelmente superiores aos da rede particular⁶. No nível básico de ensino, porém, o quadro é substancialmente distinto. O grau de deterioração a que chegaram as escolas públicas afasta do seu âmbito a quase totalidade daqueles que podem optar por um ensino que, embora pago, é de melhor qualidade⁷.

Tabela 4

Proporção de alunos por estratificação de rendimentos e rede de ensino, segundo o nível de ensino, Bahia, 2003

Níveis de ensino	Proporção de alunos (%)			
	50% de menor rendimento		10% de maior rendimento	
	Público	Particular	Público	Particular
Pré-escola	86,6	13,4	11,7	88,3
Fundamental	98,0	2,0	39,3	60,7
Médio	98,9	1,1	49,6	50,4
Superior	59,7	40,3	28,5	71,5
Total	95,1	4,9	32,0	68,0

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Desse modo, o fato de uma maioria significativa (68%) das pessoas pertencentes aos 10% com maiores rendimentos freqüentar estabelecimentos de ensino particulares, contra apenas 4,9% do estrato majoritário e mais pobre, dá cores mais nítidas à desigualdade nas condições de acesso à educação, algo que a simples quantificação da freqüência às escolas poderia deixar escapar.

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS E SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

Na análise dos dados até então observados, pôde-se constatar que, apesar dos avanços verificados na expansão da oferta de vagas escolares, a desigualdade no acesso à educação persiste, seja simplesmente no que diz respeito à participação relativa de cada estrato de rendimento no total da freqüência, seja na qualidade do ensino que é efetivamente ofertado para cada um deles.

Os aspectos que serão analisados a seguir – analfabetismo e anos de estudo da população – além de serem os que mais imediatamente traduzem a eficácia (ou ineficácia) das políticas

⁶ O ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, de 2004, realizado pelo MEC/INEP, mostrou que, em geral, o desempenho dos estudantes da rede pública é bastante superior ao daqueles da rede particular, o que, sem dúvida, guarda relação com o ambiente acadêmico de melhor qualidade das escolas públicas.

⁷ Estudos recentes (2003 e 2004) realizados pelo INEP demonstram que o fosso existente entre as redes pública e particular, especificamente no que diz respeito ao desempenho de estudantes de 4ª série do fundamental e da 3ª série do médio, além de ser profundo, vem se acentuando nos últimos anos.

educacionais empreendidas ao longo do tempo, prestam-se também, de maneira clara e insofismável, para a explicitação do tema da desigualdade educacional aqui tratado.

Na média do estado, a taxa de analfabetismo da população de quinze anos ou mais de idade é de 21,5%, enquanto para a população de sete a quatorze anos de idade, faixa etária em que as pessoas deveriam, obrigatoriamente, estar freqüentando escola, a taxa é menor, de 14,4% (Tabela 5). O contraste entre as duas taxas é prova inequívoca dos efeitos benéficos da já comentada expansão das taxas de escolarização ocorrida na última década. Em ambos os casos, no entanto, as taxas de analfabetismo ainda são elevadas, mesmo levando-se em consideração a expressiva diminuição ocorrida em relação a 1991 (quando a taxa de analfabetismo era de 35,3% para a população de quinze anos ou mais de idade e de 43,7% para a de sete a quatorze anos de idade).

Tabela 5
Taxa de analfabetismo por estratificação de rendimentos, segundo grupos etários selecionados, Bahia, 2003

Grupos etários	Taxa de analfabetismo (%)		
	Total do estado	50% de menor rendimento	10% de maior rendimento
7 a 14 anos	14,4	18,0	2,1
15 anos e mais	21,5	24,9	4,5

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Quando são considerados, porém, os segmentos de menor e maior rendimento, as diferenças são marcantes. Entre as pessoas que integram a parcela dos 50% com menores rendimentos, a taxa de analfabetismo dos dois grupos etários considerados é não apenas maior que a da média estadual como também significativamente superior à da parcela dos 10% com maiores rendimentos: a presença de analfabetos no primeiro segmento é 8,6 vezes maior do que no segundo (na população de sete a quatorze anos de idade) e de 5,5 vezes na população de quinze anos ou mais de idade. Registre-se que o fato de a diferença nas taxas de analfabetismo ser proporcionalmente maior justamente quando são consideradas as pessoas em idade escolar (sete a quatorze anos), pode, muito bem, resultar da própria qualidade inferior do ensino que é ministrado ao segmento mais pobre⁸, já que, como foi destacado anteriormente, as taxas de escolarização no ensino fundamental não diferem muito, qualquer que seja o estrato de rendimento considerado.

No que se refere aos anos de estudo da população, as Tabelas 6 e 7 permitem observar que, também nesse caso, é expressiva a desigualdade de condições entre os dois segmentos, seja quando se considera o total da população de sete anos ou mais de idade, seja quando são considerados cada grupo etário específico.

⁸ Um aluno das primeiras séries do ensino fundamental pode, nas condições atuais do ensino público, incluir-se entre aqueles que não sabem ler e escrever, e ser, assim, estudante e analfabeto.

Tabela 6

Proporção de pessoas de 7 anos ou mais, do grupo dos 50% de menor rendimento, por grupos de idade, segundo os anos de estudo, Bahia, 2003

Anos de estudo	Proporção de pessoas (%)				
	Grupos de idade				Total
	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 25 anos	26 anos e mais	
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	21,6	3,3	10,5	36,0	37,6
1 a 4 anos de estudo	65,9	33,0	31,2	39,4	37,0
5 a 8 anos de estudo	12,4	56,0	35,2	16,3	18,4
9 a 11 anos de estudo	0,0	7,6	22,5	8,1	6,8
12 a 14 anos de estudo	0,0	0,0	0,3	0,2	0,1
15 anos ou mais de estudo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não determinados e sem declaração	0,0	0,1	0,3	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Tabela 7

Proporção de pessoas de 7 anos ou mais, do grupo dos 10% de maior rendimento, por grupos de idade, segundo os anos de estudo, Bahia, 2003

Anos de estudo	Proporção de pessoas (%)				
	Grupos de idade				Total
	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 25 anos	26 anos e mais	
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	12,3	0,0	1,1	6,6	11,4
1 a 4 anos de estudo	50,7	4,1	3,7	13,3	13,7
5 a 8 anos de estudo	37,0	53,1	8,8	13,7	15,6
9 a 11 anos de estudo	0,0	42,7	54,8	41,2	37,7
12 a 14 anos de estudo	0,0	0,0	24,1	6,2	7,9
15 anos ou mais de estudo	0,0	0,0	6,8	18,7	13,5
Não determinados e sem declaração	0,0	0,0	0,6	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Com efeito, do total de pessoas que integram os 50% com menores rendimentos, 93,1% têm no máximo oito anos completos de estudo, o que significa dizer que a imensa maioria tem um nível de escolaridade que não ultrapassa o ensino fundamental completo. Restam ainda 6,8% com nove a onze anos de estudo (que corresponde à escolaridade alcançada no ensino médio) e, com mais do que isso, apenas 0,1%. Resumindo: entre os mais pobres, a aquisição de instrução formal parece encontrar uma barreira intransponível ao findar a última série do ensino médio, algo que, de resto, já havia sido constatado ao se observar os dados relativos à

freqüência à escola. Vale registrar que, mesmo nos grupos etários mais jovens, que, em tese, já poderiam apresentar uma condição educacional mais favorável, essa tendência se manifesta de maneira semelhante àquela verificada para a totalidade da população.

No grupo dos 10% com maiores rendimentos, a situação apresenta-se substancialmente diversa. Nesse grupo, diferentemente do anterior, a proporção de pessoas que só possuem até oito anos completos de estudo é bastante inferior ao daquelas que têm nove anos ou mais (40,7% e 59,1%, respectivamente) e as que detêm quinze anos ou mais representam expressivos 13,5% do total. Nos grupos etários específicos, chama a atenção a significativa presença de pessoas com escolaridade adequada à idade, tal como pode ser visto no fato de que entre as pessoas de quinze a dezessete anos de idade, 42,7% possuem nove a onze anos de estudo, ou entre as de 18 a 25 anos de idade, em que 24,1% têm, em média, doze a quatorze anos de estudo.

A comparação da situação educacional dos dois grupos, especificamente no que tange aos anos de estudo por faixa etária, evidencia um quadro de perpetuação da desigualdade, salvo, evidentemente, uma saudável mudança de rumo nas condições de acesso e de freqüência à escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o inicialmente proposto, procurou-se, neste artigo, verificar quais são os rebatimentos da desigualdade de rendimento sobre as condições educacionais da população do estado da Bahia.

Em que pese o caráter restrito dos aspectos analisados, pôde-se constatar que, tanto no que se refere ao acesso à escola, quanto ao nível educacional alcançado, são expressivas as diferenças entre os segmentos da população aqui considerados. Uma análise mais ampla, que incluísse variáveis de cunho mais qualitativo (formação do corpo docente, nível de desempenho dos alunos, condição das salas de aula, equipamentos disponíveis, etc.), possibilitaria, certamente, verificar que as desigualdades existentes são ainda mais profundas.

Portanto, pode-se perceber que, nas condições concretas da Bahia, aqueles que mais têm, do ponto de vista material, são também os que mais têm condições de estudar e de apreender o conteúdo do que é ensinado, ocorrendo o inverso com os que menos têm. Sob tal contexto, a educação não cumpre o papel de instrumento importante de equalização de oportunidades, servindo, ao contrário, para a reiteração de um quadro social marcado pela iniquidade.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do ensino fundamental*. Brasília: INEP, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 3ª série do ensino médio*. Brasília: INEP, 2004.

O MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA SEGUNDO A ÓTICA DA DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS

*Flávia Santana Rodrigues**

As temáticas sobre pobreza e desigualdade têm sido cada vez mais abordadas nos estudos socioeconômicos recentes, a despeito de todo o dissenso conceitual e metodológico contido nas tentativas de mensuração desses fenômenos¹. Tais fatos tornaram-se mais evidentes ainda no atual governo brasileiro, cujo mandato começou a partir do ano de 2003, que teve como principal programa político o Fome Zero². Ademais, esse assunto ganha maior apelo devido ao aumento de parcelas crescentes da população sem acesso a uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas e sem recursos ou com renda insuficiente para os gastos básicos, não só alimentares, mas também com transporte, aluguel, saúde, educação, etc. (TAKAGI; SILVA; GROSSI, 2001).

Diante dessas constatações e considerando-se o atual contexto do mercado de trabalho, fortemente condicionado pela reestruturação produtiva – que contribui sobremaneira para agravar esse processo de precarização das condições de vida das pessoas –, procura-se analisar como a desigualdade de rendimentos se revela no mercado de trabalho do estado da Bahia, observando-o em seus espaços Metropolitano e Não-Metropolitano. Para tanto, utilizando-se os dados mais atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, referentes ao ano de 2003, busca-se, através de uma amostra de pessoas de 10 anos ou mais de idade que tenham rendimentos³, caracterizar os grupos dos 10% de maior e 50% de

* Economista pela UFBA e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela UNIFACS. Técnica da SEI. flavia@sei.ba.gov.br

¹ Um exemplo de metodologia de pobreza, diferente da adotada nesse estudo pode ser consultada em Rocha, 2003.

² O Fome Zero foi implementado em 2003 e representou mais do que um programa para o Governo Lula, fazendo parte de sua principal estratégia de política social, envolvendo principalmente as áreas de saúde e cidadania. Tinha como objetivos fundamentais o direito à alimentação assegurado e a promoção de segurança alimentar e nutricional para combater a pobreza extrema e a fome no país. Para alcançar tais fins, articularam-se medidas estruturais como o apoio efetivo à agricultura familiar e de fomento de geração de emprego e renda. Foi pensado pelo governo federal de forma integrada, tendo o envolvimento de praticamente toda a sua estrutura administrativa, compreendendo os ministérios: Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Desenvolvimento Agrário; Educação; Saúde; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Trabalho e Emprego; Integração Nacional; Fazenda e Planejamento. Além dos ministérios, integrou também: a Casa Civil; a Secretaria Geral da Presidência; a Assessoria Especial da Presidência e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Somando-se à estrutura interna de governo, há a integração e a formação de parcerias de âmbito intergovernamental, entre as três esferas de governo e entre o Estado e a sociedade. O Fome Zero compreende 31 ações e programas que integram quatro eixos articuladores: ampliação do acesso à alimentação, fortalecimento da agricultura familiar, promoção de processos de geração de renda e articulação, mobilização e controle social.

³ Tal amostra serviu de base para a análise dos demais artigos dessa publicação, sendo criada a partir dos microdados da PNAD 2003. A composição dos rendimentos foi feita considerando-se os rendimentos de todos os trabalhos e o tipo de renda usada foi a familiar per capita. A justificativa dessa metodologia se encontra no texto que trata especificamente da desigualdade dos rendimentos nessa publicação.

menor rendimento e observar em que medida eles são desiguais, através da comparação de seus desempenhos no mercado de trabalho em cada uma das unidades espaciais acima mencionadas.

Assim, após essa introdução, é feita uma explanação sobre o contexto geral do processo de reestruturação produtiva, onde se discute a sua influência sobre as características mais estruturais do mercado de trabalho baiano. Tal explanação baseia-se nas mesmas variáveis que serão utilizadas para os dois recortes de renda no item subsequente, desconsiderando as pessoas sem rendimento.

Em seguida, apresenta-se a configuração do mercado de trabalho dos dois grupos acima mencionados (10% de maior e dos 50% de menor rendimento), analisando as suas distribuições na população em idade ativa – PIA, população economicamente ativa – PEA, desemprego e ocupação, segundo o atributo de sexo para a Bahia e seus espaços Metropolitano e Não-Metropolitano. É feito um detalhamento maior dos dois grupos de renda nas informações de ocupação, qualificando-os quanto à posição ocupacional, contribuição previdenciária e grupos de horas habitualmente trabalhadas.

Por fim, expõem-se as principais considerações a respeito do comportamento dos dois grupos de rendimentos no mercado de trabalho baiano.

O CONTEXTO GERAL DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA SEGUNDO ALGUNS ATRIBUTOS DAS PESSOAS EM IDADE ATIVA COM RENDIMENTOS

As mudanças no modo de acumulação capitalista, no sentido de reorganizar-se frente à crise do padrão fordista de produção, a partir dos anos 1970, conduziram aos processos de globalização⁴, de reestruturação produtiva e de adoção de políticas neoliberais.

A aplicação do receituário neoliberal é responsável pelo surgimento de um regime de acumulação flexível, que se adapta ao modo de produção já existente, posto que: "... não tem implicado a superação ou substituição do fordismo por outra forma de regulação, à medida que combina as novas tecnologias e formas organizacionais flexíveis com padrões tipicamente fordistas". (DRUCK, 2002, p. 12). Como consequência, a acumulação flexível promove o estabelecimento de novos modelos de gestão do trabalho e do Estado.

No mercado de trabalho, esse novo modelo de gestão e organização foi baseado, sobretudo, no modelo japonês de produção, o toyotismo. O toyotismo apresenta como características principais a intensificação e a flexibilização do trabalho e tem sido empregado nos processos de

⁴ Uma das consequências da globalização ou "mundialização do capital" (CHESNAIS, 1995) é a supressão gradativa das fronteiras nacionais, com a adoção de novas tecnologias, como a informática, que revolucionam a noção de espaço/tempo, devido à agilidade que proporcionam à informação, possibilitando que o capital financeiro se imponha como circuito progressivamente hegemônico no capitalismo. Assim, o capital ganha uma maior mobilidade por meio dessa nova lógica, que requer menor rigor e maior flexibilidade nos processos produtivos, que passam a funcionar paulatinamente em função de investimentos e resultados de curto prazo.

desindustrialização e de descentralização geográfica das fábricas, através das subcontratações ou terceirizações, dos empregos temporários, da informalidade. (DRUCK, 2002).

A flexibilização do trabalho também se difunde nas ocupações autônomas, nas cooperativas de trabalho, na administração pública e diversos outros setores de atividade econômica, sendo responsável pela desregulamentação do mercado de trabalho.

No âmbito do Estado, a lógica é de minimizar a sua atuação social, de promotor de bem-estar e liberar a sua intervenção econômica, no que se refere ao controle e manutenção de suas austeridades fiscal e monetária. No caso específico dos países em desenvolvimento, acrescenta-se ao papel do Estado o eficiente cumprimento do superávit fiscal e, conseqüentemente, a amortização de suas dívidas, negociadas com os organismos internacionais.

No Brasil, essas modificações processadas nos países desenvolvidos em fins dos anos 1960 e início da década de 1970 aconteceram, de fato, no princípio da década de 1990. Nesse período as forças políticas adquiriram uma nova configuração, com o Governo Collor, responsável pela implementação de um projeto neoliberal, cujas características principais foram:

[...] controle da inflação; abertura comercial, visando à ampliação da competitividade; privatização das grandes empresas estatais; desregulamentação financeira e do mercado de trabalho; e controle dos gastos públicos, com a conseqüente diminuição do papel do Estado. (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 740).

A Bahia, além de sentir os efeitos dessas decisões tomadas no plano nacional, também se integrou às práticas mais gerais do regime de acumulação flexível, o que trouxe desdobramentos que se fizeram sentir no seu mercado de trabalho.

Tais reflexos acentuaram as características estruturais desse mercado, que já contava com uma participação significativa de trabalhadores sem carteira assinada, conta-própria, não-remunerados, no auto-consumo e na auto-produção, no total da ocupação. Além disso, o mercado tem no setor agrícola o ramo de atividade mais importante em termos do contingente que desempenha essa atividade de ocupação.

O crescimento dessas posições ocupacionais no mercado de trabalho baiano, estimuladas pelas novas técnicas de gestão e organização do trabalho, causou grande repercussão negativa nas condições de vida das pessoas que aqui trabalham, condições ainda mais agravadas pelo aumento vertiginoso do desemprego.

Ademais, em função da reestruturação produtiva, precarizou-se a Região Metropolitana de Salvador – RMS⁵, que é um dos espaços que contêm os vínculos empregatícios mais regulamentados do estado, com a introdução no Pólo Petroquímico de Camaçari da noção de empresas flexíveis, nas quais, dentre outras medidas, foram adotadas formas de organização e gestão do trabalho que combinam o aumento da produtividade com redução da força-de-trabalho.

⁵ Para maiores informações a respeito das mudanças implementadas no mercado de trabalho da RMS nas décadas de 1980/90 ver: Rodrigues (2004).

Assim, mesmo aqueles postos de trabalho do setor industrial, mais protegidos e de maior remuneração, foram atingidos e precarizados.

Um breve diagnóstico do mercado de trabalho baiano, com base nos dados da PNAD 2003, referentes à distribuição das pessoas ocupadas com rendimentos, fornecerá alguns indícios de como as questões expostas acima estão se processando aqui. Servirá também como um panorama geral do mercado de trabalho do total de ocupados com rendimentos na Bahia, antes da caracterização dos grupos dos 50% de menor e dos 10% de maior rendimento. Com efeito, as informações, segundo as posições ocupacionais e a contribuição previdenciária, ilustram bem esse novo quadro de precarização no mercado de trabalho do estado, conforme será exposto a seguir.

Nesse sentido, segundo a Tabela 1, a inserção das pessoas em idade ativa no mercado de trabalho baiano ocorre mais significativamente na condição de economicamente ativas (61,5%) e na PEA, estão mais representados entre os ocupados (56,2%), contra 5,3% de pessoas desempregadas.

Tabela 1

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimentos, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência, Bahia, 2003

Condição de atividade e de ocupação na semana de referência	Total
Total da PIA	100,0
Economicamente ativas	61,5
Ocupadas	56,2
Desocupadas	5,3
Não economicamente ativas	38,5

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

No que tange mais especificamente ao desemprego, na Bahia a taxa registrada é de 8,7%, em 2003⁶, significando que essa proporção da PEA estava sem emprego. Na verdade, o fato de o desemprego não ultrapassar os 10% da PEA, segundo a PNAD, pode estar sendo influenciado não só pela oferta de postos de trabalho disponibilizados para a população em idade ativa, mas, também pela passagem de uma parcela significativa dessas pessoas para a inatividade, levados pela mais completa descrença em conseguir uma ocupação no mercado de trabalho, o que implica no registro de 38,5% da PIA como inativos⁷. (SANTANA, 2003).

Com base na Tabela 2, vê-se que as posições ocupacionais mais relevantes no estado da Bahia são: Conta-própria, com 27,4%, Outros empregados sem carteira assinada (22,6%) e Empregado

⁶ A taxa de desemprego é a relação entre o total de desempregados e o total da PEA e expressa quantos pessoas economicamente ativas estão desempregadas no mercado de trabalho.

⁷ A inatividade na PNAD, também inclui todas as donas de casa, crianças com menos de 10 anos de idade e aposentados.

com carteira assinada, com 18,1% do total de ocupados. Apesar da alta proporção de trabalhadores conta-própria nos espaços Metropolitano e fora dele, o resultado estadual é mais influenciado pela participação dos resultados encontrados no espaço Não-Metropolitano⁸. Isso ocorre também com a expressiva incidência de outros trabalhadores sem carteira assinada. Já o emprego com carteira está mais representado no espaço Metropolitano.

Tabela 2

Participação relativa das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, Bahia, 2003

Posição na ocupação	Total
Total de ocupados	100,0
Empregado com carteira	18,1
Militares e funcionários públicos estatutários	4,9
Outros empregados sem carteira	22,6
Trabalhadores domésticos com e sem carteira	5,5
Conta-própria	27,4
Empregador	2,9
Trabalhadores na produção para o próprio consumo / na construção para o próprio uso	4,8
Não remunerado	13,8

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Assim, nota-se que duas das posições na ocupação mais representativas no mercado de trabalho da Bahia não são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, correspondendo juntas a 50% do total de ocupados em condições precárias de trabalho. Acrescente-se a isso que, para os trabalhadores não-remunerados, para os que atuam na produção para o próprio consumo e para aqueles que constroem para o próprio uso, esse percentual representa 18,6%.

Essa forte representatividade na Bahia das ocupações mais frágeis, do ponto de vista dos direitos do trabalhador, está fortemente associada à significativa participação do setor primário na estrutura setorial do estado. Além de ser um dos estados que possuem grande área territorial e a maior população rural do país, sua estrutura agrária é predominantemente formada por pequenas propriedades rurais, onde são muito elevados tanto o peso das ocupações na produção para subsistência, bem como o trabalho não-remunerado⁹. (SANTANA, 2003).

De acordo com a distribuição dos trabalhadores ocupados, segundo os grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal (Tabela 3), observa-se o predomínio do grupo de 40 a 44 horas, com 32,6% do total, sendo seguido pelo grupo de 15 a 39 horas, concentrando 29,9% dos ocupados.

⁸ No espaço Metropolitano, os trabalhadores conta-própria representavam 25,2% do total das ocupações, enquanto no Não-Metropolitano, eles correspondiam a 28,1%.

⁹ Conforme observa Santana (2003), esse tipo de inserção no mercado de trabalho é disseminada significativamente em todo espaço produtivo do campo, basicamente nas pequenas propriedades rurais onde a exploração familiar é elevada e de suma importância como arranjo de subsistência entre os membros da família.

Tabela 3

Participação relativa das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, Bahia, 2003

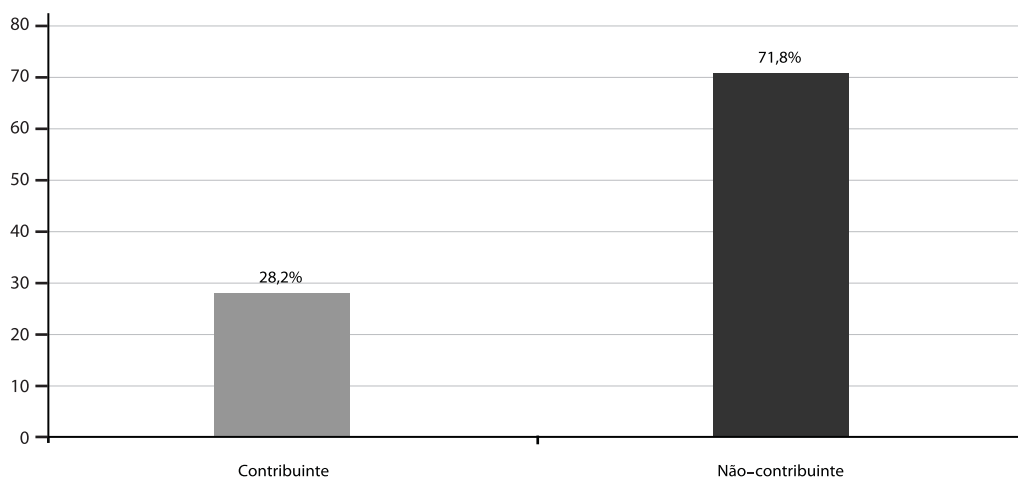
Grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal	Total
Total de ocupados	100,0
Até 14	8,4
15 a 39	29,9
40 a 44	32,6
45 a 48	15,6
49 ou mais	13,5

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

A contribuição previdenciária é o outro indicativo do caráter destruturante do mercado de trabalho na Bahia. A partir do Gráfico 1, nota-se que, em 2003, apenas 28,2% das pessoas ocupadas contribuíam para instituto de previdência no trabalho principal.

Gráfico 1

Participação relativa das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, Bahia, 2003



Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

A CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DOS GRUPOS DOS 10% DE MAIOR E DOS 50% DE MENOR RENDA FAMILIAR PER CAPITA

Uma vez demonstrados os traços mais gerais que indicam a precarização do mercado de trabalho no estado, através da observação das formas irregulares e instáveis de inserção da

população ocupada e, por conseguinte, de sua baixa contribuição previdenciária, passa-se a partir deste ponto a analisar este mesmo mercado, agora considerando como a desigualdade de rendimentos pode provocar ou acentuar as diferentes formas de inserção da população ocupada nos espaços Metropolitano e Não-Metropolitano, assim reforçando o quadro de desigualdades sociais e econômicas existentes nessa sociedade.

Por outro lado, reconhece-se também que a estrutura do mercado de trabalho, com estas características de inconstância das atividades ocupacionais também influenciam e aprofundam as desigualdades entre os diferentes estratos de renda.

Os dados da PNAD 2003, na Bahia, conforme a Tabela 4, revelam que a população em idade ativa (PIA), que compreende as pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes aos 50% de menor rendimento, é predominantemente formada por pessoas economicamente ativas (59%). Especificamente, a população economicamente ativa (PEA) é composta por 52,5% de ocupados e 6,5% de desocupados.

Tabela 4

Participação relativa das pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 50% da população de menor rendimento familiar per capita, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo o sexo, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Condição de atividade na semana de referência e espaços geográficos selecionados	Sexo (%)		
	Total	Masculino	Feminino
Bahia			
Total da PIA*	100,0	100,0	100,0
Economicamente ativas	59,0	72,1	46,0
Ocupadas	52,5	66,1	39,1
Desocupadas	6,5	6,1	6,9
Não economicamente ativas	41,0	27,8	54,0
Espaço Metropolitano			
Total da PIA	100,0	100,0	100,0
Economicamente ativas	58,3	66,7	50,7
Ocupadas	42,5	51,7	34,3
Desocupadas	15,7	14,9	16,4
Não economicamente ativas	41,7	33,3	49,3
Espaço Não-Metropolitano			
Total da PIA*	100,0	100,0	100,0
Economicamente ativas	59,2	72,8	45,6
Ocupadas	54,7	68,5	40,9
Desocupadas	4,5	4,3	4,7
Não economicamente ativas	40,7	27,1	54,4

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

No espaço Metropolitano, das 58,3% pessoas economicamente ativas, 42,5% estavam ocupadas e 15,7%, desocupadas. No espaço Não-Metropolitano, por sua vez, os 59,2% da PEA eram constituídos por 54,7% de ocupados, estando os 4,5% restantes desocupados. Vale ressaltar que no espaço Metropolitano a proporção de desocupados é quase quatro vezes superior à registrada no outro espaço em análise, sendo que as suas diferentes composições na PEA são explicadas pelas estruturas econômica e setorial¹⁰ peculiares a cada um desses espaços.

A concentração das atividades industriais no espaço Metropolitano conseguiu dinamizar outros setores, a exemplo de Comércio e Serviços, abrindo um leque de oportunidades ocupacionais que influenciou o seu processo de urbanização e a conformação de um mercado de trabalho mais robusto do que no interior do estado. Dessa forma, no espaço Metropolitano há uma pressão maior sobre o mercado de trabalho das pessoas que não estão trabalhando, mas que precisam obter alguma outra fonte de renda para sobreviver.

Já no espaço Não-Metropolitano, as atividades ocupacionais determinantes estão diretamente relacionadas ao setor Agrícola, o que possibilita às pessoas uma gama de estratégias de sobrevivência que não está subordinada somente a um trabalho que seja remunerado, podendo ocupar-se em atividades que garantam o acesso direto à alimentação e à subsistência.

Analisando a composição da PIA, segundo o sexo, ainda na Tabela 4, percebe-se que há muito mais homens na PEA da Bahia e nos seus subespaços. Por outro lado, consequentemente, as mulheres estão majoritariamente representadas na população não economicamente ativa, a despeito de sua crescente participação no mercado de trabalho, identificada por diversos estudos de gênero.

A situação desfavorável da mulher no mercado de trabalho não se limita ao fato de sua participação ser menor que a dos homens. Além da proporção de desempregadas na PIA ser superior à masculina nos dois subespaços e, por conseguinte, no total do estado, os dados, evidentemente encontrados nos estudos que investigam a renda, indicam que a remuneração das mulheres é inferior a dos homens, mesmo quando desempenham um posto funcional equivalente ao deles no local de trabalho¹¹.

Quanto à taxa de desocupação, nota-se que ela acompanha os movimentos das proporções de desempregados na PIA, sendo mais elevadas no espaço Metropolitano e sempre maiores para as mulheres.

No que tange às pessoas ocupadas que fazem parte dos 50% de menor rendimento, segundo o sexo, encontra-se o registro de que 66,1% são homens, ao passo que 39,1% são mulheres.

¹⁰ Maiores explicações sobre a formação histórica da estrutura setorial estão contidas em outro texto dessa publicação, que complementa a leitura sobre o mercado de trabalho na Bahia do ponto de vista da desigualdade de rendimentos.

¹¹ Há uma variedade de estudos que constata que a redução das desigualdades entre gêneros tem sido explicada pela precarização da inserção dos homens no mercado de trabalho e não pela melhoria e/ou ampliação da inserção feminina.

A PIA, relativa aos 10% da população de maior rendimento (Tabela 5), tem uma distribuição semelhante à observada para os 50% de menor rendimento, diferenciando-se por possuir uma PEA proporcionalmente maior. Assim, no total do estado, 66,6% das pessoas em idade ativa estão pressionando o mercado de trabalho, ao passo que 33,4% se encontram na inatividade. As proporções de pessoas na PEA e na inatividade dos dois subespaços acompanham essa mesma distribuição.

Tabela 5

Participação relativa das pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 10% de maior rendimento familiar per capita, por condição de atividade e de ocupação na semana de referência e o sexo, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Condição de atividade na semana de referência e espaços geográficos selecionados	Sexo (%)		
	Total	Masculino	Feminino
Bahia			
Total da PIA*	100,0	100,0	100,0
Economicamente ativas	66,6	77,2	56,6
Ocupadas	63,5	74,5	53,0
Desocupadas	3,1	2,7	3,6
Não economicamente ativas	33,4	22,8	43,4
Espaço Metropolitano			
Total da PIA	100,0	100,0	100,0
Economicamente ativas	67,0	74,7	59,9
Ocupadas	61,8	70,2	54,1
Desocupadas	5,2	4,5	5,8
Não economicamente ativas	33,0	25,3	40,1
Espaço Não-Metropolitano			
Total da PIA*	100,0	100,0	100,0
Economicamente ativas	66,7	78,8	54,3
Ocupadas	65,0	77,3	52,6
Desocupadas	1,6	1,5	1,8
Não economicamente ativas	33,3	21,2	45,7

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

No tocante à composição da PIA segundo o sexo, mais uma vez pode-se notar que, na Bahia, a proporção de homens economicamente ativos (77,2%) é maior do que a de mulheres (56,6%).

Vale ressaltar que a proporção de desocupados em relação à PIA, é mais reduzida, independentemente dos subespaços ou do sexo considerados, o que se constitui uma particularidade do grupo dos 10% de maior rendimento frente ao outro estrato de renda selecionado para este trabalho.

As taxas de desocupação dos 10% de maior rendimento são mais elevadas no espaço Metropolitano e para as mulheres, seguindo a mesma distribuição observada nos 50% de menor rendimento, no entanto, com diferenças bem menos significativas. Destarte, a PEA do grupo constituído pelos 10% de maior rendimento é predominantemente formada por pessoas ocupadas.

Segundo a Tabela 6, as posições ocupacionais majoritárias no grupo das pessoas de 50% de menor rendimento da Bahia, que estavam ocupadas em 2003, eram: Outros empregados sem carteira assinada e Conta-própria, que juntas correspondiam a 54,9% do total das posições.

No espaço Metropolitano, essas duas posições permanecem como as mais expressivas, sendo que a proporção maior é de trabalhadores Conta-própria (31,3%) embora a proporção de Empregados com carteira (25,9%) seja também considerada.

No espaço Não-Metropolitano, os empregados com carteira assinada deixam de registrar uma grande participação e a proporção de ocupados não-remunerados é elevada, equivalendo a 25,3%.

Observando-se a distribuição das posições ocupacionais das pessoas que estavam classificadas entre os de 50% de menor rendimento, segundo o sexo, percebe-se que, em 2003, era maior a proporção de homens do que de mulheres ocupados no estado da Bahia como Conta-própria e Empregados sem carteira assinada. Essas posições ocupacionais predominaram também nos dois outros espaços geográficos considerados.

É interessante observar que as mulheres que estavam trabalhando, na Bahia, em 2003, tinham posições ocupacionais bem particulares em relação a dos homens, tendo maior representatividade nos trabalhos de auto-consumo, auto-produção e não-remunerado, posições ocupacionais onde a precariedade também é elevada.

Vale ressaltar que no espaço Metropolitano a presença de homens Empregados com carteira assinada (34,8%) é majoritária e no espaço Não-Metropolitano uma das posições ocupacionais que mais absorve os indivíduos do sexo masculino é a do trabalho Não-remunerado, com 18,9% do total, superado apenas por Outros empregos sem carteira e Conta própria.

No espaço Metropolitano, a posição trabalhadores domésticos com e sem carteira assinada aparece como a mais expressiva entre as mulheres. Entretanto, é o espaço Não-Metropolitano o responsável pelos elevados resultados obtidos no estado referentes às ocupações de Auto-consumo, Auto produção e Não-remuneradas, que absorvem mais de 40% da força de trabalho desse subespaço.

Tabela 6

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 50% de menor rendimento familiar per capita, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Condição de atividade na semana de referência e espaços geográficos selecionados	Sexo (%)		
	Total	Masculino	Feminino
Total da Bahia	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira	8,1	10,7	3,8
Militares e funcionários públicos estatutários	1,0	0,8	1,2
Outros empregados sem carteira	26,3	33,3	14,8
Trabalhadores domésticos com e sem carteira	6,8	0,8	16,6
Conta-própria	28,6	34,3	19,2
Empregador	0,4	0,5	0,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo / na construção para o próprio uso	6,7	2,9	13,2
Não-remunerado	22,1	16,7	31,1
Espaço Metropolitano	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira	25,9	34,8	14,0
Militares e funcionários públicos estatutários	3,0	2,8	3,1
Outros empregados sem carteira	20,4	25,8	13,2
Trabalhadores domésticos com e sem carteira	15,9	2,0	34,6
Conta-própria	31,3	31,3	31,4
Empregador	0,4	0,6	0,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo / na construção para o próprio uso	0,8	0,7	1,0
Não-remunerado	2,2	2,0	2,5
Espaço Não-Metropolitano	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira	6,1	8,2	2,7
Militares e funcionários públicos estatutários	0,7	0,6	1,0
Outros empregados sem carteira	26,7	34,1	14,4
Trabalhadores domésticos com e sem carteira	5,5	0,8	13,5
Conta-própria	27,6	34,0	16,7
Empregador	0,3	0,4	0,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo / na construção para o próprio uso	7,7	3,1	15,4
Não-remunerado	25,3	18,9	36,2

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Com base na Tabela 7, ao se observar a proporção das pessoas ocupadas, pertencentes ao grupo dos 10% de maior rendimento, percebe-se que a posição ocupacional Empregado com carteira assinada é a mais representativa, independentemente da espacialização geográfica. Contudo, a proporção de Conta-própria continua elevada, sendo a posição ocupacional em que havia a segunda maior proporção de pessoas ocupadas, que estavam entre os 10% de maior rendimento.

É interessante perceber que, nesse grupo, outra posição, mais estável do ponto de vista das garantias trabalhistas, como Militares e Funcionários públicos estatutários passa a ser mais representativa. Do mesmo modo, é maior a proporção de Empregadores. De maneira geral, estas são as posições que diferenciam a estrutura ocupacional das duas categorias: 10% de maior rendimento e 50% de menor rendimento.

Tabela 7

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 10% de maior rendimento familiar per capita, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Posição na ocupação e espaços geográficos selecionados	Sexo (%)		
	Total	Masculino	Feminino
Total da Bahia	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira	31,5	30,9	32,4
Militares e funcionários públicos estatutários	16,7	12,1	22,7
Outros empregados sem carteira	11,9	12,0	11,9
Trabalhadores domésticos com e sem carteira	0,7	0,0	1,6
Conta-própria	21,3	24,9	16,5
Empregador	13,6	17,4	8,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo / na construção para o próprio uso	1,1	0,8	1,5
Não-remunerado	3,2	1,8	5,0
Espaço Metropolitano	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira	39,0	39,8	38,0
Militares e funcionários públicos estatutários	14,7	11,7	18,3
Outros empregados sem carteira	10,5	8,7	12,6
Trabalhadores domésticos com e sem carteira	0,5	0,0	1,1
Conta-própria	18,6	19,8	17,2
Empregador	15,2	18,6	11,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo / na construção para o próprio uso	0,0	0,0	0,0
Não-remunerado	1,5	1,4	1,6
Espaço Não-Metropolitano	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira	23,3	22,6	24,4
Militares e funcionários públicos estatutários	17,4	11,2	26,5
Outros empregados sem carteira	12,4	14,2	9,8
Trabalhadores domésticos com e sem carteira	0,8	0,0	1,9
Conta-própria	25,5	30,9	17,5
Empregador	13,3	17,4	7,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo / na construção para o próprio uso	1,8	1,1	2,7
Não-remunerado	5,6	2,7	10,0

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Verificando a distribuição das posições ocupacionais segundo o sexo, percebe-se que não há distinção entre os espaços Metropolitano e Não-Metropolitano e, conseqüentemente, no total do estado.

Os ocupados do sexo masculino que estão entre os 10% de maior rendimento têm maiores participações, respectivamente, nas posições Empregado com carteira assinada, Conta própria e Empregador no espaço Metropolitano. No espaço Não-Metropolitano há apenas uma inversão, com Conta-própria, agora liderando a ocupação (sendo a categoria de maior importância).

Já entre as mulheres ocupadas, a posição Militares e Funcionários públicos estatutários aparece como forte alternativa de trabalho, além do Emprego com carteira assinada e como Conta-própria em todos os subespaços e, consecutivamente, no conjunto do estado.

Ao analisar as pessoas ocupadas segundo o grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana, que compõem o grupo dos 50% de menor rendimento, Tabela 8, percebe-se que, no espaço Metropolitano, os grupos de horas trabalhadas que concentram as maiores participações no total de ocupados são o de 40 a 44 horas (27,3%) e o de 15 a 39 horas (24,3%). Vale ressaltar que, nesse espaço, ainda é expressiva a proporção de ocupados que tem as mais elevadas cargas de horas habitualmente trabalhadas por semana, a partir de 45 horas ou mais, correspondendo a 40% do total.

O espaço Não-Metropolitano, por sua vez, tem no grupo de 15 a 39 horas a proporção mais significativa de ocupados que estão entre os 50% de menor rendimento, de 37,2%. O grupo de 40 a 44 horas revela a segunda mais elevada participação, de 27,8%.

O enfoque sobre os grupos de 15 a 39 e 40 a 44 horas habitualmente trabalhadas por semana, que são os mais expressivos em termos dos ocupados que pertencem aos 50% de menor rendimento, de acordo com a Tabela 8, no espaço Metropolitano, revela que no grupo de 15 a 39 horas, 42,8% dos ocupados são trabalhadores por Conta própria, seguidos por 21,2% de Outros empregados sem carteira assinada e por 16,8% de Trabalhadores domésticos sem carteira assinada. Essas três posições são justamente as que deixam os trabalhadores mais vulneráveis, devido à condição de precariedade que envolve as relações de trabalho.

Nesse mesmo espaço, no grupo de 40 a 44 horas habitualmente trabalhadas por semana, o percentual mais expressivo de ocupados entre os 50% de menor rendimento está nos Empregados com carteira assinada (37,3%), seguido pelos Empregos sem carteira assinada (23,8%) e pelo trabalho Conta-própria (23%).

No espaço Não-Metropolitano, do total de ocupados pertencentes aos 50% de menor rendimento, o grupo de 15 a 39 horas de trabalho é formado predominantemente por Não-remunerados (46,7%), por Conta-própria (23%) e por Empregados sem carteira assinada (15,9%).

(continua)

Tabela 8

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 50% de menor rendimento familiar per capita, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Posição na ocupação no trabalho principal	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal (%)				
		Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Total da Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados com carteira	8,1	0,2	1,7	13,6	15,5	13,0
Militares	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Funcionários públicos estatutários	0,9	0,2	1,0	1,8	0,3	0,5
Outros Empregados sem carteira	26,3	8,7	16,7	36,9	38,4	32,9
Trabalhadores domésticos com carteira	0,6	0,2	0,0	0,6	1,4	1,6
Trabalhadores domésticos sem carteira	6,2	8,0	5,0	3,8	8,0	11,8
Trabalhadores por conta-própria	28,6	24,5	25,1	31,5	29,7	35,2
Empregadores	0,4	0,4	0,2	0,3	0,6	0,6
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	6,6	29,7	7,8	1,5	0,6	0,4
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0
Não-remunerados	22,1	28,0	42,4	10,0	5,2	4,0
Total do Espaço Metropolitano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados com carteira	25,9	3,6	9,0	37,3	37,5	28,0
Militares	0,1	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0
Funcionários públicos estatutários	2,9	0,0	3,4	5,2	1,6	1,6
Outros empregados sem carteira	20,4	9,1	21,2	23,8	19,4	20,7
Trabalhadores domésticos com carteira	3,7	1,0	0,9	2,7	7,4	6,1
Trabalhadores domésticos sem carteira	12,2	22,8	16,8	6,8	14,2	6,8
Trabalhadores por conta-própria	31,3	49,8	42,8	23,0	18,8	34,7
Empregadores	0,4	0,5	0,4	0,3	0,4	0,7
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,7	4,1	0,9	0,2	0,4	0,2
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0
Não-remunerados	2,2	9,1	4,4	0,5	0,2	1,2
Total do Espaço Não-Metropolitano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados com carteira	6,1	0,0	1,3	10,9	11,8	10,4
Militares	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Funcionários públicos estatutários	0,7	0,2	0,8	1,3	0,2	0,3
Outros Empregados sem carteira	26,7	8,7	15,9	38,5	41,9	35,4
Trabalhadores domésticos com carteira	0,3	0,0	0,0	0,5	0,2	1,3
Trabalhadores domésticos sem carteira	5,2	5,9	3,5	3,4	6,6	13,9
Trabalhadores por Conta-própria	27,6	22,1	23,0	31,5	31,3	34,8

(conclusão)

Tabela 8

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 50% de menor rendimento familiar per capita, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Posição na ocupação no trabalho principal	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal (%)				
		Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Empregadores	0,3	0,4	0,0	0,4	0,4	0,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7,6	31,9	8,7	1,8	0,8	0,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0
Não-remunerados	25,3	30,8	46,7	11,5	6,5	3,0

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Já no grupo de 40 a 44 horas, as três posições ocupacionais de maior representatividade dos 50% de menor rendimento foram: Empregados sem carteira assinada (38,5%); Conta-própria (31,5%) e Não-remunerados (11,5%).

Vale salientar que as posições ocupacionais encontradas nos grupos de horas trabalhadas mais representativos em quantidade de pessoas ocupadas, nos dois espaços sob análise, são o reflexo da maior participação de pessoas entre os ocupados que compõem os 50% de menor rendimento.

Reafirma-se, então, que Conta-própria, Empregados sem carteira assinada e Não-remunerados constituem as posições que trazem maior insegurança ao trabalhador, pela precariedade das condições de trabalho, como também pelo fato de que nessas categorias estão os registros de maiores quantidades de horas trabalhadas.

Com base na Tabela 9, pode-se analisar a distribuição das posições ocupacionais, segundo os grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana, dos ocupados pertencentes aos 10% de maior rendimento no espaço Metropolitano e verificar que o Emprego com carteira assinada assume a maior relevância entre o grupo de 15 a 39 horas (25,7%), seguido dos trabalhadores Conta-própria (21,2%) e pelos Funcionários públicos estatutários (17,3%). No grupo de 40 a 44 horas, que é o outro mais representativo em termos da ocupação, novamente Emprego com carteira assinada é o mais expressivo (50,4%), seguido pelo Emprego público estatutário (17,8%) e pelo trabalho Conta-própria (13,5%).

No espaço Não-Metropolitano, a maioria das pessoas pertencentes ao grupo dos 10% de maior rendimento familiar per capita que trabalha, habitualmente, de 15 a 39 horas por semana é de trabalhadores Conta-própria (31,8%), Funcionários públicos estatutários (19,4%) e trabalhadores Não-remunerados (13%).

No grupo de 40 a 44 horas habitualmente trabalhadas por semana, a distribuição majoritária se assemelha à do espaço Metropolitano: 32,6% dos ocupados, Empregados com carteira assinada; 24,3%, Funcionários públicos estatutários e 17,2%, Conta-própria.

(continua)

Tabela 9

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 10% de menor rendimento familiar per capita, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Posição na ocupação no trabalho principal	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal (%)				
		Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Total da Bahia	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados com carteira	31,5	13,8	18,7	40,8	37,2	24,0
Militares	0,2	0,0	0,1	0,4	0,0	0,0
Funcionários públicos estatutários	16,4	1,4	18,6	22,6	6,6	6,1
Outros empregados sem carteira	11,9	12,6	15,5	10,7	11,7	9,6
Trabalhadores domésticos com carteira	0,3	0,0	0,0	0,1	1,1	0,7
Trabalhadores domésticos sem carteira	0,4	3,0	0,8	0,1	0,2	0,4
Trabalhadores por conta-própria	21,3	32,5	26,7	14,3	24,6	28,1
Empregadores	13,6	9,4	10,4	9,6	18,1	29,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	1,0	12,2	1,1	0,4	0,0	0,2
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	1,6	0,3	0,0	0,0	0,0
Não-remunerados	3,2	13,4	7,9	0,9	0,5	1,6
Total do Espaço Metropolitano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados com carteira	39,0	12,5	25,7	50,4	37,1	31,5
Militares	0,6	0,0	0,6	1,1	0,0	0,0
Funcionários públicos estatutários	14,1	3,1	17,3	17,8	7,9	5,6
Outros empregados sem carteira	10,5	15,6	16,8	9,8	6,7	4,8
Trabalhadores domésticos com carteira	0,3	0,0	0,0	0,3	1,1	0,0
Trabalhadores domésticos sem carteira	0,2	3,1	0,0	0,3	0,0	0,0
Trabalhadores por conta-própria	18,6	46,9	21,2	13,5	19,1	22,6
Empregadores	15,2	6,2	15,6	6,4	28,1	34,7
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não-remunerados	1,5	12,5	2,8	0,5	0,0	0,8
Total do Espaço Não-Metropolitano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados com carteira	23,3	12,0	10,6	32,6	29,1	17,6
Militares	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0

(conclusão)

Tabela 9

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 10% de menor rendimento familiar per capita, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo a posição na ocupação no trabalho principal, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Posição na ocupação no trabalho principal	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal (%)				
		Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Funcionários públicos estatutários	17,3	0,0	19,4	24,3	5,0	5,9
Outros empregados sem carteira	12,4	8,0	13,6	12,0	13,5	11,8
Trabalhadores domésticos com carteira	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
Trabalhadores domésticos sem carteira	0,7	4,0	0,9	0,4	0,7	0,0
Trabalhadores por conta-própria	25,5	26,0	31,8	17,2	35,5	30,7
Empregadores	13,3	10,0	8,8	11,0	15,6	29,4
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	1,6	20,0	1,5	0,6	0,0	0,7
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	2,0	0,3	0,0	0,0	0,0
Não-remunerados	5,6	18,0	13,0	1,7	0,7	3,3

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Ao analisar a distribuição dos ocupados que estão entre os 50% de menor rendimento, segundo a contribuição ao instituto de previdência (Tabela 10), nota-se que no total do estado da Bahia, há predominância de não-contribuintes (89%), enquanto apenas 11% desses ocupados contribuem para a previdência. Tal distribuição tem uma assimetria mais acentuada entre os que contribuem ou não para a previdência do que a verificada no total de ocupados com rendimentos do conjunto estadual. Vale ressaltar que 60,9% desses não-contribuintes são homens.

No espaço Metropolitano, a discrepância é menor entre os que contribuem ou não para a previdência, mas ainda prevalece a não-contribuição entre os ocupados, 64,2% contra 35,8% de contribuintes. Em compensação, no espaço Não-Metropolitano quase a totalidade dos ocupados não contribui para a previdência (91,7%).

Tabela 10

Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 50% de menor rendimento familiar per capita, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo o sexo, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Sexo	Total	Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal (%)	
		Contribuintes	Não contribuintes
Total da Bahia	100,0	100,0	100,0
Masculino	62,4	74,7	60,9
Feminino	37,6	25,3	39,1
Total do espaço Metropolitano	100,0	100,0	100,0
Masculino	57,4	66,1	52,5
Feminino	42,6	33,9	47,5
Total do espaço Não-Metropolitano	100,0	100,0	100,0
Masculino	62,7	77,4	61,4
Feminino	37,3	22,6	38,6

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Em referência à participação das pessoas ocupadas pertencentes aos 10% de maior rendimento do estado, segundo a contribuição ao instituto de previdência, observa-se que há uma proporção maior de contribuintes (63,4%) contra 36,6% de não contribuintes, invertendo-se totalmente a tendência da distribuição encontrada para o grupo de menor rendimento. Na análise de dados por sexo, verifica-se que, na Bahia, há uma predominância de contribuintes homens (54,1%), contra 45,9% de mulheres, estas contribuindo bem mais do que as pessoas do sexo feminino que integram o grupo dos 50% de menor rendimento (Tabela 11).

No espaço Metropolitano, a participação de ocupados entre os 10% de maior rendimento que contribuem para a previdência é ainda maior (73,7%), ao passo que 26,3% são não-contribuintes. Já no espaço Não-Metropolitano, a variação relativa de ocupados não-contribuintes ao instituto de previdência é mais expressiva (46,8%), em relação ao espaço Metropolitano, porém, ainda assim a participação dos contribuintes é superior (53,2%). Havendo, portanto, em ambos os espaços e em ambas as situações de contribuição ao instituto de previdência no trabalho principal, uma maior proporção de homens do que de mulheres.

Tabela 11

Proporção de Pessoas de 10 anos ou mais de idade, pertencentes ao grupo dos 10% de maior rendimento familiar per capita, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo o sexo, Bahia, Espaço Metropolitano e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Sexo	Total	Contribuição para instituto de previdência no trabalho principal (%)	
		Contribuintes	Não contribuintes
Total da Bahia	100,0	100,0	100,0
Masculino	57,2	54,1	62,7
Feminino	42,8	45,9	37,3
Total do espaço Metropolitano	100,0	100,0	100,0
Masculino	54,3	53,4	56,9
Feminino	45,7	46,6	43,1
Total do espaço Não-Metropolitano	100,0	100,0	100,0
Masculino	59,8	54,6	65,8
Feminino	40,2	45,4	34,2

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

CONCLUSÕES

A comparação dos dados de mercado de trabalho para os grupos de 10% de maior e 50% de menor rendimento revelou as semelhanças e diferenças entre si e associadas aos espaços analisados.

O grupo de pessoas dos 50% de menor rendimento é caracterizado pela maior presença na PEA, com predominância para os homens, na condição de ocupados, sendo que a situação de desemprego desse grupo foi mais proeminente no espaço Metropolitano. As posições ocupacionais mais significativas são Conta-própria e Trabalhadores sem carteira assinada, sendo que, no espaço Metropolitano, os Empregados com carteira assinada assumem expressiva representatividade entre as ocupações desse grupo. Ao se observar o espaço Não-Metropolitano, a categoria Não-remunerados revela concentração de elevada proporção dos ocupados, evidenciando a precariedade relacionada à agricultura, atividade setorial mais importante no interior.

As posições ocupacionais de maior representatividade entre os homens são Sem carteira assinada e Conta-própria. Porém, entre as mulheres, Auto-consumo, Auto-produção e Não-remunerados se configuram as mais relevantes. Vale lembrar que o conjunto dessas posições ocupacionais representam as formas de trabalho que mais sujeitam as pessoas às condições de

precariedade, devido à vulnerabilidade que proporcionam a elas com a ausência dos direitos trabalhistas que regulamentem as suas jornadas de trabalho, férias, licenças remuneradas por motivos diversos, 13º salário etc. Destarte, as posições ocupacionais de baixa qualidade estão disseminadas nesse grupo, independente do sexo, algumas mais encontradas no espaço Metropolitano e outras no Não-Metropolitano, embora cada um preserve as suas especificidades profissionais.

Para os ocupados dos 50% de menor rendimento, os grupos onde se registraram maior quantidade de horas habitualmente trabalhadas por semana foram os de: 15 a 39, 40 a 44 e 45 horas ou mais, em consonância com os tipos de posição ocupacionais mais desprotegidos, onde, geralmente, as jornadas de trabalho são extensas para tentar compor uma renda suficiente para a sobrevivência dos trabalhadores. Em paralelo, aparece a jornada de 40 a 44 horas que é mais significativa entre os empregados com carteira assinada do espaço Metropolitano, devido à determinação da legislação trabalhista.

Finalmente, quanto à contribuição ao instituto de previdência no trabalho principal, o que se percebeu é que nesse grupo a proporção de ocupados não-contribuintes é muito elevada, o que está relacionado à forte presença de ocupações informais, tanto do ponto de vista da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), quanto dos trabalhos não organizados de formas tipicamente capitalistas, a saber: Trabalho na produção para o próprio consumo, Trabalho na construção para o próprio uso e Não-remunerado. É importante ressaltar que no espaço Não-Metropolitano a não-contribuição é mais acentuada ainda.

No que diz respeito ao perfil do grupo dos 10% de maior rendimento, fica evidente que este possui uma PEA maior do que a do outro grupo de menor rendimento – com maior participação masculina – sendo o desemprego também mais reduzido.

No que concerne à distribuição dos que estão ocupados segundo a posição ocupacional, nota-se que as categorias mais expressivas são o Trabalho com carteira assinada e Conta-própria, sendo que a presença significativa de trabalhadores conta-própria, um traço de maior precariedade, foi encontrado entre as ocupações dos 10% de maior rendimento. Tal fato pode ser explicado pelos baixos níveis de rendimentos que são considerados para que uma pessoa seja incluída entre os 10% de maior rendimento na Bahia. De acordo com os dados da PNAD 2003, a partir de R\$ 407,00 de renda familiar per capita, uma pessoa já está nesse estrato. Sendo possível, então, que mesmo ocupada como conta-própria consiga auferir um rendimento que alcance esse valor ou até mesmo o ultrapasse.

A distribuição dos ocupados por sexo, segundo a posição ocupacional, revelou que os homens estão trabalhando mais em Empregos com carteira assinada, como Conta-própria e Empregador. Já as mulheres ocupam-se mais nessas duas primeiras posições e como Militares e Funcionários públicos estatutários. Essas duas últimas categorias, específicas em cada sexo, são expressivas somente no grupo dos 10% de maior rendimento familiar per capita.

Os grupos de horas habitualmente trabalhadas para aqueles que pertencem ao segmento dos

10% de maior renda familiar per capita são as de 15 a 39 e de 40 a 44 horas e há uma parcela mais significativa de ocupados contribuintes ao instituto de previdência no trabalho principal, sobretudo no espaço Metropolitano.

O que se pode concluir, então, é que embora os ganhos de rendimentos sejam bastante distintos, há uma precariedade que permeia todo o mercado de trabalho baiano, independente da área de análise e das diferenças por sexo, atingindo, em alguns aspectos, até mesmo aqueles que estão entre os 10% de maior rendimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 23 - 45, jul./dez. 2002.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e Sociedade*, Campinas: Instituto de Economia, n. 5. p. 1-30, dez. 1995.

DRUCK, Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 11 - 22, jul./dez. 2002.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Flávia Santana. *As transformações na inserção das pessoas de meia idade no mercado de trabalho da RMS durante a década de 1990*. 2004. 102 f. Monografia (Graduação em Economia)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTANA, Marcelo. Mudanças nas formas de inserção da população ocupada na Bahia dos anos 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. p. 45 a 63. (Série estudos e pesquisas, 59).

SOUZA, Laumar Neves de; OLIVEIRA, Tiago. De previdente a imprevidente: notas para melhor compreender a reforma da previdência no Brasil. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 739 -749, dez. 2003.

TAKAGI, Maya; SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Del. *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/ UNICAMP, 2001. (Texto para discussão, n. 101).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL SETORIAL E OCUPACIONAL DOS GRUPOS DE RENDA

*Daniela Franco Cerqueira**

Este artigo tem como objetivo geral apresentar elementos para caracterizar a inserção setorial e ocupacional dos trabalhadores do estado da Bahia que compõe o grupo dos 50% de menor renda per capita e das pessoas que compõem o grupo dos 10% de maior renda per capita¹, buscando identificar se existem setores de atividade econômica ou exercício de determinadas ocupações que expliquem a desigualdade de renda².

Para tanto, adotou-se a perspectiva de que a inserção setorial dos ocupados na Bahia e, portanto, dos grupos de renda aqui considerados, reflete a evolução econômica do estado. Tanto pelos eventos que criaram e consolidaram a estrutura de sua base produtiva, quanto pelas modificações recentes pelas quais a economia brasileira vem passando desde a década de 1990.

Desse modo, a caracterização do perfil ocupacional dos segmentos de maior e menor renda levou em conta tanto as características estruturais da economia baiana – concentração espacial e setorial da produção, indústria intensiva em capital, baixo encadeamento produtivo local e concentração da propriedade – que consolidaram uma economia com baixa geração de postos de trabalho, como também levou em conta os reflexos sobre a estrutura produtiva estadual da abertura comercial e financeira do Brasil.

A caracterização foi feita a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), utilizando os setores de atividade econômica segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar). Para os grupos ocupacionais, adotou-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO Domiciliar)³.

A escolha do nível de agregação tanto setorial quanto ocupacional está associada a problemas de estimativa. O tamanho da amostra utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para realização da PNAD, no estado⁴ não permite um fracionamento maior dos ramos de atividade e dos grupos ocupacionais sem resultar na perda da significância.

* Pesquisadora da SEI. danielafranco@sei.ba.gov.br

¹ Foram excluídos aqueles que possuíam renda igual a zero.

² Agradeço a Cláudia Fernandez e a Patrícia Dias pelos comentários e sugestões. Isentando-as das lacunas e eventuais problemas encontradas nesse texto.

³ A CNAE - Domiciliar e a CBO – Domiciliar são adaptações realizadas, respectivamente da CNAE e da CBO com vistas a adequá-las as pesquisas domiciliares. Para maiores detalhes ver as notas metodológicas da PNAD.

⁴ 35.000 pessoas e 8.000 domicílios.

O trabalho leva em conta a divisão espacial das atividades produtivas entre Região Metropolitana de Salvador (RMS) e espaço Não-Metropolitano (ENM) resultantes da evolução da economia do estado que pode ser assim expressa:

De um lado, Salvador – pela sua importância econômica, política e financeira – e as cidades do Recôncavo onde se desenvolveu o complexo açucareiro que deu impulso à urbanização e à diversificação da produção ao qual, posteriormente, veio se juntar o processo de industrialização a partir da descoberta de petróleo.

De outro lado, municípios “em que houve poucas oportunidades de que se formasse uma classe média urbana significativa, que despertasse o interesse do capital agro-mercantil para iniciar alguma industrialização” (PEDRÃO, 2005, p. 29) e que, portanto, se organizaram economicamente em torno da agricultura para o mercado interno, para exportação ou associada à economia de subsistência, e assim permaneceram por conta do limitado alcance da industrialização do estado.

As tabelas mostram o perfil setorial e da ocupação, respectivamente, para: i) todas as pessoas com rendimento familiar per capita diferente de zero; ii) aquelas pessoas que compõem o grupo dos 50% de menor renda familiar per capita; iii) as pessoas do grupo dos 10% de maior renda familiar per capita – todos para a Bahia, para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e para o espaço Não-Metropolitano (ENM).

Além dessa introdução, o texto contém uma caracterização de como as pessoas dos grupos de renda se inserem nos grandes setores de atividade – Agricultura, Indústria, Serviços e Comércio – considerando a espacialização, a posição na ocupação, a jornada de trabalho e o grupo de anos de estudo. Por fim, tecem-se algumas considerações sobre as diferenças entre os dois grupos de renda.

OS GRUPOS DE RENDA NOS GRANDES SETORES DE ATIVIDADE

Agropecuária

A importância das atividades agropecuárias na ocupação da população baiana pode ser vista na Tabela 1, onde a participação dos ocupados nessa atividade no estado e no espaço Não-Metropolitano representava, em 2003, respectivamente 40,0% e 50,8% para todos aqueles com rendimento familiar per capita diferente de zero; aumentava no grupo dos 50% de menor renda para, respectivamente, 57,1% e 65,3% dos trabalhadores e diminuía para o grupo dos 10% de menor renda – para o todo o estado (10,6%) e para o espaço Não-Metropolitano (21,2%), embora mantendo uma importância na ocupação.

O peso das atividades agropecuárias na ocupação no estado não se reproduz na Região Metropolitana de Salvador (RMS), cuja participação de trabalhadores nessa atividade é diminuta, representando 1,9%; 3,2% e 0,6%, respectivamente, nos grupos que contêm todos com rendimento, aqueles com 50% de menor renda e os 10% de maior renda. Desse modo, concentraremos a análise dos dados para o espaço Não-Metropolitano.

Tabela 1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência na agropecuária, por posição na ocupação no trabalho principal segundo os grupos de renda, Bahia e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Ocupados na agropecuária por nível geográfico	Total	Posição na ocupação no trabalho principal segundo os grupos de renda (%)					
		Empregado		Conta-própria	Empre-gador	Trab p/ consumo e p/ uso	Não-remune-rado
		C/carteira	S/carteira				
Todos c/ rendimento							
Bahia	40,0	1,9	9,9	11,2	0,7	4,7	11,5
50% de menor renda							
Bahia	57,1	2,0	15,2	13,6	0,2	6,6	19,4
Espaço Não-Metropo-litano	65,3	2,3	17,4	15,3	0,1	7,6	22,6
10% de maior renda							
Bahia	10,6	0,5	0,8	3,8	2,9	1,0	1,6
Espaço Não-Metropo-litano	21,2	0,8	2,3	9,2	4,2	1,6	3,1

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

A relevância da agropecuária na absorção da mão-de-obra do estado remonta à organização da sua estrutura econômica e social com base na agricultura de exportação e nas atividades agropecuárias de subsistência. O desenvolvimento industrial posterior, como veremos adiante, ficou espacialmente concentrado e não logrou gerar novas ocupações capazes de absorver parte expressiva da população do estado.

Além disso, Borges (1993) assinala que a estrutura fundiária da Bahia contribuiu para manter um elevado percentual – em relação ao Brasil e mesmo ao Nordeste – de ocupados na agropecuária. O maior tamanho dos minifúndios comparado aos demais estados do Nordeste e a predominância da condição de proprietário do produtor sobre outras categorias, como parceiros e arrendatários são causas importantes da fixação desses trabalhadores.

Considerando os dados sobre posição na ocupação – uma aproximação dos vínculos de propriedade com a terra – a Tabela 1 mostra que os trabalhadores não-remunerados, por conta-própria ou aqueles que trabalham para o próprio consumo e uso representavam, aproximadamente, 70% das relações de trabalho no setor, tanto para as pessoas com renda familiar per capita diferente de zero, quanto para o grupo dos 50% de menor renda. No caso do grupo dos 10% de maior renda, essa proporção cai para 60% no ENM.

Esses dados demonstram que, ainda em 2003, o vínculo de propriedade com a terra atuava no sentido de fixar os trabalhadores na agropecuária. Estes representam os pequenos produtores e os membros das suas famílias ocupados na pequena produção agrícola tradicional. Nesses casos,

a diminuição da renda auferida nas lavouras tradicionais, as estratégias de convivência com as secas e a necessidade de complementar a produção para autoconsumo praticada nos minifúndios induzem os trabalhadores a procurar outras atividades, o que resulta na pluriatividade desses ocupados (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI, 1999).

Alguns dos estudos mais recentes⁵ apontam também que a pouca atração exercida pela maior parte das cidades do estado – cuja economia não é capaz de gerar alternativas de ocupações – a pluriatividade e o crescimento das pensões e aposentadorias contribuíram para a fixação da mão-de-obra no campo.

Tais fatores permitem que a agropecuária continue como um setor importante na ocupação do estado, mesmo após várias regiões terem experimentado um ciclo de modernização que incluiu o aumento da produtividade a partir do uso de insumos químicos, uso de máquinas, novas técnicas, melhoramentos genéticos, irrigação – processos poupadores de mão-de-obra – e ampliação da monocultura (COUTO FILHO, 2004) que geralmente avança expulsando os pequenos produtores.

Ainda sobre a posição na ocupação, a Tabela 1 demonstra que, entre os 50% de menor renda, o maior contingente está presente nos Não-remunerados e Empregados sem carteira assinada, enquanto 10% de maior renda são de Conta-própria e Empregador. Isso demonstra que nesse grupo estão os pequenos proprietários com maior nível de capitalização e os médios e grandes agricultores que dispõem de recursos para contratar trabalhadores.

A jornada semanal dos trabalhadores na agropecuária evidenciou uma importante parcela do trabalho em tempo parcial relacionado à pluriatividade. De acordo com a Tabela 1.1, entre os 50% de menor renda, mais da metade dos trabalhadores apresentavam jornada de trabalho em tempo parcial na agricultura: até 14 h (6,1% e 7,1%) ou de 15 a 39 h (23,4% e 26,9%) para o estado e para o ENM, respectivamente.

No que se refere à pluriatividade, os estudos já citados demonstraram que as famílias rurais baianas têm lançado mão da “diversificação das [...] atividades, inclusive não-agrícolas. [...] recorrendo a uma verdadeira “estratégia de sobrevivência”, da qual fazem parte as migrações temporárias, bem como a polivalência das ocupações que essas lhes impõem” (SEI, 1999, p. 10). Do mesmo modo, as pensões e aposentadorias servem como complemento à produção de subsistência suprimindo a parte monetária do consumo ou mesmo se constituindo como a renda principal das famílias. Os trabalhos auxiliares desenvolvidos “normalmente são atividades menos rentáveis e de baixa qualificação, além de precárias, no que diz respeito às condições de trabalho e ao cumprimento da legislação trabalhista” (SEI, 1999, p. 18).

Já no grupo dos 10% de maior renda, de acordo com a Tabela 1.1, a proporção daqueles que trabalham até 39 horas por semana, é de 4,9% ou 47%⁶ dos ocupados na agricultura para o estado e 9,3% ou 44,5% para o espaço Não-Metropolitano. A pluriatividade nos grupos de maior

⁵ Ver SEI (1999) e SEI (2003).

⁶ Esses valores foram obtidos a partir da Tabela 1.1, dividindo os percentuais das categorias citadas pelo percentual total e depois somando-os.

poder aquisitivo, embora também se destine a complementar a renda familiar, tem feições diferentes em termo de atividades desenvolvidas. Nesse caso, os estudos já citados, apontam para segmentos relacionados à urbanização das áreas rurais como o comércio, transporte, educação e saúde, bem como a formação de complexos agroindustriais.

Tabela 1.1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas como trabalhadores agrícolas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal e segundo os grupos de renda, Bahia e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Trabalhadores agrícolas por espaço geográfico	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal segundo os grupos de renda (%)				
		Até 14 h	15 a 39 h	40 a 44 h	45 a 48 h	49 ou mais
Todos c/ rendimento						
Bahia	39,8	4,3	15,2	11,5	5,0	3,7
50% de menor renda						
Bahia	57,2	6,1	23,4	16,0	7,0	4,6
Espaço Não-Metropolitano	65,5	7,1	26,8	18,5	8,0	5,0
10% de maior renda						
Bahia	10,4	1,0	3,9	3,4	1,3	0,7
Espaço Não-Metropolitano	20,9	1,7	7,6	6,8	2,9	1,8

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Quanto à escolaridade, a partir da Tabela 1.2, observou-se que à medida que aumentaram os anos de estudo diminuiu a proporção de ocupados, sendo que, aproximadamente, 95% dos trabalhadores do estado tinham até 7 anos de estudo. Desse percentual, 34% não tinham instrução ou possuíam menos de 1 ano de escolaridade.

No grupo de 50% de menor renda as proporções acima identificadas se repetiram tanto para a Bahia quanto para o espaço Não-Metropolitano. Embora com percentuais menores entre os 10%, observou-se a predominância daqueles com até 7 anos de estudo na Bahia (8,3% ou 78% dos ocupados) e no espaço Não-Metropolitano (17,6% ou 83% dos ocupados). Do mesmo modo, aqueles que não tinham instrução ou possuíam menos de 1 ano de estudo representavam, respectivamente, 34% e 42% dos inseridos na agropecuária.

Com base nesses dados, pode-se inferir que a escolaridade não apareceu como um elemento importante na diferenciação de renda entre os ocupados no setor agrícola nos diferentes grupos visto que, embora em proporções diferentes, os ocupados apresentaram perfis educacionais similares, o que se repete com a jornada de trabalho. O elemento que mais contribuiu para explicar os diferenciais de renda na agropecuária foi a propriedade da terra – expressa a partir dos dados de posição na ocupação.

Tabela 1.2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência na agricultura, por grupos de anos de estudo no trabalho principal e segundo os grupos de renda, Bahia e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Ocupados na agropecuária por nível geográfico	Total	Grupos de anos de estudo no trab. princ. segundo os grupos de renda (%)					
		S/ instr. e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Todos c/ rendimento							
Bahia	40,0	15,2	11,3	10,6	2	0,8	0,1
50% de menor renda							
Bahia	57,1	19,1	18,0	16,9	2,6	0,5	-
Espaço Não-Metropolitano	65,3	22,1	20,9	19,2	2,7	0,4	-
10% de maior renda							
Bahia	10,6	3,6	2,3	2,4	0,6	1,3	0,4
Espaço Não-Metropolitano	21,2	8,9	4,7	4,0	1,3	1,8	0,4

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Indústria

Segundo a Tabela 2, a indústria foi responsável, em 2003, pela inserção de 13,3% daqueles que possuíam renda per capita familiar diferente de zero, distribuídos da seguinte forma: Outras atividades industriais (6,6%)⁷, Indústria de construção (5,6%) e Indústria de transformação (1,1%). Considerando os grupos de renda, observou-se uma participação para o estado de 11,3% para os 50% de menor renda e 12,6% para os 10% de maior renda.

Ao fazer uma comparação espacial, observamos que a Região Metropolitana apresentava uma maior proporção de ocupados na indústria do que o espaço Não-Metropolitano. Essa diferença era bastante expressiva para o grupo dos 50% de menor renda, 21,3% na RMS e 9,5% no ENM, enquanto que, entre os 10% de maior renda, esses valores foram, respectivamente, 13% e 12,3%.

A pequena participação na ocupação das atividades industriais no estado, expressa nos dados acima, remonta o seu surgimento inicial como um segmento auxiliar da atividade exportadora que somente teve maior impulso na segunda metade do Século XIX. Entretanto, a integração comercial inter-regional resultou na involução industrial do estado que somente começa a ser revertida com a instalação da Petrobrás no Recôncavo Baiano nos anos de 1950.

Nas décadas de 60 e 70, com a instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Pólo Petroquímico de Camaçari, a Indústria de Transformação, apesar de contribuir para o aumento expressivo do PIB, não logrou gerar postos de trabalho proporcionais às necessidades da População Economicamente Ativa (PEA). A intensidade em capital e o baixo encadeamento produtivo local dessas empresas que apresentavam uma maior relação produtiva com o Sudeste são as principais causas apontadas pela pequena proporção das ocupações industriais.

⁷ Extrativa e a de Produção e distribuição de Eletricidade, Água e Gás.

Tabela 2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na indústria na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal segundo os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, 2003

Ocupados na indústria por nível geográfico	Total	Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência segundo os grupos de renda (%)			
		Empregado		Conta-própria	Empregador
		C/ carteira	S/ carteira		
Todos c/ rendimento					
Bahia	13,3	4,2	3,3	4,7	0,3
Indústria de transformação	1,1	0,5	0,1	0,3	-
Outras atividades industriais	6,6	2,5	1,4	2,1	0,2
Indústria da construção	5,6	1,1	1,8	2,4	0,1
50% de menor renda					
Bahia	11,3	1,8	3,7	4,7	0,1
Indústria de transformação	1,0	0,1	0,1	0,5	0,0
Outras atividades industriais	4,7	1,0	1,4	1,9	0,0
Indústria da construção	5,5	0,7	2,2	2,4	0,0
Espaço Metropolitano	21,3	7,0	5,3	8,3	0,1
Indústria de transformação	0,3	0,1	0,2	0,0	-
Outras atividades industriais	9,2	3,9	1,8	3,3	0,1
Indústria da construção	11,7	3,1	3,4	5,0	-
Espaço Não-Metropolitano	9,5	1,1	3,3	4,1	0,1
Indústria de transformação	1,2	0,1	0,2	0,6	-
Outras atividades industriais	4,1	0,7	1,2	1,6	0,1
Indústria da construção	4,3	0,3	1,9	1,8	0,0
10% de maior renda					
Bahia	12,6	7,1	0,9	2,9	1,2
Indústria de transformação	1,9	1,5	0,0	-	-
Outras atividades industriais	8,1	4,7	0,5	1,9	0,7
Indústria da construção	2,7	0,8	0,3	0,9	0,5
Espaço Metropolitano	13,0	8,9	1,1	1,6	1,0
Indústria de transformação	1,7	1,5	-	-	-
Outras atividades industriais	9,0	6,7	0,6	1,2	0,2
Indústria da construção	2,2	0,6	0,5	0,4	0,7
Espaço Não-Metropolitano	12,3	6,4	0,4	3,4	1,3
Indústria de transformação	2,6	2,3	-	-	-
Outras atividades industriais	7,6	3,3	0,3	2,8	0,9
Indústria da construção	2,2	0,8	0,2	0,7	0,3

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Os efeitos da geração de postos de trabalho com a industrialização do estado se fizeram sentir mais nos setores do Comércio e Serviços em razão da construção de uma infra-estrutura adequada para abrigar os novos investimentos, que incluiu os segmentos de comunicações e transportes, a organização de serviços auxiliares ao funcionamento da indústria e a estruturação da administração pública nas esferas municipal, estadual e federal.

No caso de Outras atividades industriais, a expansão das empresas públicas federais e estaduais de produção de energia, água e gás – infra-estrutura necessária à industrialização e urbanização do estado – resultou na criação dessas novas ocupações.

Na década de 90, a reestruturação produtiva do setor introduziu modificações no interior da base tecnológica adotada e na forma de gestão e organização do trabalho. Como consequência, essas mudanças acentuaram o perfil intensivo em capital da indústria baiana e, em especial, da Indústria de Transformação com a diminuição do número de ocupados.

Merece ressalva o fato de que na Indústria de Transformação a proporção de ocupados no ENM era maior do que a da RMS: respectivamente, 1,2% e 0,3 % no grupo dos 50% de menor renda e 2,6% e 1,7% entre os 10% de maior renda. A reestruturação produtiva e o perfil diferenciado dos investimentos realizados a partir dos incentivos fiscais para a RMS e para o ENM explicam esses resultados⁸.

A reestruturação produtiva, no âmbito do mercado de trabalho, envolveu um grande número de demissões por causa da fusão de postos de trabalho e do aumento da produtividade vis-à-vis as pequenas taxas de crescimento do PIB, resultando no crescimento do desemprego. Outro elemento que contribuiu para diminuição das ocupações na Indústria de Transformação foi a utilização de novos modelos de gestão e organização do trabalho, com o aumento da subcontratação, da terceirização e da utilização das cooperativas de mão-de-obra – todos os processos resultaram na redução do vínculo de emprego formal⁹.

No caso da Região Metropolitana de Salvador, segundo Druck e Borges (2002), houve, nos anos 90, a ampliação da terceirização nas chamadas funções auxiliares como limpeza, segurança patrimonial, vigilância e manutenção predial e a sua difusão para as atividades “essenciais para o processo de produção e, portanto, áreas nucleares” (DRUCK; BORGES, 2002, p. 115).

Ainda de acordo com as autoras, as atividades terceirizadas integrantes do processo de produção foram: a operação das máquinas e equipamentos, as análises de laboratório que controlam a especificação e qualidade do produto e a manutenção das máquinas, equipamentos e instalações elétricas.

⁸ Esses dados sobre ocupação na Indústria de Transformação para a RMS e o ENM não significam que a dinâmica industrial esteja se deslocando para o interior ou que esta esteja mais equilibrada, visto que a RMS ainda concentra os segmentos mais importantes e o maior volume da produção industrial.

⁹ Por formal entendemos as ocupações onde ocorre a legalização do emprego através da carteira de trabalho assinada, da contribuição previdenciária e do respeito ao conjunto de regras da legislação trabalhista. Em oposição, o vínculo informal é aquele no qual não há o registro do empregado.

Na Bahia, os investimentos feitos nesse gênero industrial, a partir da política de incentivos fiscais, não reverteram, até então, a perda de participação na ocupação do setor. Além da nova base tecnológica poupadora de mão-de-obra, há dificuldade em estabelecer encadeamentos produtivos.

Isso porque, no padrão de acumulação atual, as empresas transnacionais – tanto as recém instaladas como aquelas que já produziam no Brasil – atuam no sentido de promover uma “maior integração das filiais brasileiras na rede corporativa das respectivas matrizes” (LAPLANE et al. 2002, p. 78-79). Como resultado, ocorreu a “fragilização dos encadeamentos produtivos e tecnológicos [que significou] perda do poder multiplicador e indutor da indústria, cuja taxa de crescimento tem sido inferior à dos demais setores de atividade” (LAPLANE; SARTI, 1997, p. 151).

Desse modo, o padrão organizacional das empresas se constitui em entrave à constituição das cadeias produtivas integradas reforçando um problema estrutural já existente na economia baiana. Qualquer expansão do mercado interno “vaza” para o exterior com impactos sobre a expansão do nível de ocupação. A expectativa, portanto, é que as atividades industriais mantenham uma participação diminuta na ocupação.

A maior proporção de ocupados no ENM em relação à RMS também se deve ao perfil dos investimentos realizados nos dois espaços. Para o interior, migraram segmentos mais intensivos em trabalho como o de calçados, enquanto que na Região Metropolitana foi instalado o setor automobilístico, que é intensivo em capital.

Voltando aos dados da Tabela 2, observou-se que na Indústria de Transformação existia uma diferença de inserção entre os grupos aqui considerados. Nos 50% de menor renda os Empregados sem carteira na RMS e os Conta-própria e Não-remunerados no ENM respondiam por mais de 75% dos trabalhadores. Entre os 10% de maior renda, porém, quase 90% dos ocupados nos dois espaços era composta de Empregados com carteira.

Entre os 50% de menor renda, a predominância foi do segmento da Construção Civil, que responde por cerca de metade dos ocupados no setor nos dois espaços. Os vínculos predominantes são de Conta-própria e de Empregados sem carteira que, juntos, abarcavam cerca de 72% dos trabalhadores da RMS e 86% dos ocupados no ENM.

A grande participação da Construção Civil na indústria se deve à forte presença do capital imobiliário originado no estado. O capital mercantil formado a partir da atividade exportadora se diversificou em direção a atividades ligadas ao desenvolvimento urbano, tais como as financeiras e imobiliárias.

De acordo com Pedrão (2005), o capital agro-mercantil teve sua expansão limitada pela relação com o mercado internacional e pelo processo de integração nacional. Sendo assim, suas opções de investimento ficaram restritas às “aplicações mais rentáveis a menor prazo e com menores riscos, na expansão imobiliária e na modernização da agricultura, distanciando-se, portanto, dos riscos e das demoras dos investimentos industriais” (PEDRÃO, 2005, p. 10).

Na fase da industrialização do estado, esse segmento teve um grande impulso por conta do mercado imobiliário que surgiu a partir do crescimento da classe média que necessitava de habitação e da construção dos parques industriais. No período recente, é provável que o capital imobiliário tenha conseguido se associar aos novos investimentos industriais realizados no estado, ficando encarregado das novas instalações, conseguindo manter uma expressiva participação nas ocupações industriais.

No caso das Outras atividades industriais, a privatização de empresas públicas e a tradição de pouca formalização do trabalho no segmento de extração mineral contribuíram para elevar a proporção de Trabalhadores sem carteira assinada e Conta-própria para 60% dos ocupados do segmento.

Entre os 10% de maior renda, observou-se a pequena participação do segmento da Construção Civil e a predominância de Outras atividades industriais. Nesse grupo, o perfil da posição da ocupação na categoria Outras atividades industriais era diferente com a predominância dos Trabalhadores com carteira 6,7% na RMS e 3,3% no ENM. No espaço Não-Metropolitano, os trabalhadores por Conta-própria também apresentavam uma proporção significativa.

No que se refere à escolaridade, observou-se, na Tabela 2.1, que nos 50% de menor renda a maior proporção era daqueles entre 4 e 7 anos de estudo (Ensino Fundamental) tanto para RMS quanto para o ENM. Nota-se, entretanto, que o nível de escolaridade dos trabalhadores da RMS era maior e se expressava pelo maior percentual, em relação ao ENM, daqueles com mais de 8 anos de estudo.

O perfil educacional dos ocupados na Construção Civil reafirma a sua tradição de empregar trabalhadores com menor nível de escolaridade. De acordo com a Tabela 2.1, cerca de 2/3 dos trabalhadores do setor tinham até 7 anos de estudo, nos dois espaços.

Entre os 10% de maior renda a escolaridade aumentou com a predominância daqueles com 11 a 14 anos de estudo (Superior Incompleto). Aqui também se verificou uma diferença entre a RMS e o ENM, onde essa categoria do grupo de anos de estudo representava, respectivamente, 54% e 46%¹⁰ dos ocupados no setor.

Considerando os grupos ocupacionais dos 50% de menor renda, os trabalhadores em construção e obras públicas estão inseridos na categoria Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação¹¹. Nessa categoria observou-se uma elevada proporção de trabalhadores com extensa jornada de trabalho: 6,7% de 44 a 48h e 5,5% com mais de 49 horas semanais, isto é, cerca de 43% dos trabalhadores dessa ocupação. No ENM, o percentual dos Trabalhadores da produção de bens e serviços e da reparação que trabalhavam mais que a jornada legal caiu para cerca de 1/3 dos ocupados.

¹⁰ Esses valores foram obtidos a partir da Tabela 2.1, dividindo-se 7,0% e 5,7% pelos respectivos valores totais.

¹¹ Trabalhadores na construção civil, garimpeiros, extração mineral, carpinteiros, artesãos, técnicos de montagem, serviços gerais. A classificação completa pode ser vista no site do IBGE. <<http://www.ibge.gov.br/concla/default.php>>

Tabela 2.1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na indústria na semana de referência, por grupos de anos de estudo no trabalho principal segundo os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, 2003

Ocupados na indústria por nível geográfico	Total	Grupos de anos de estudo segundo os grupos de renda					
		S/ instr. e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Todos c/ rendimento							
Bahia	13,3	1,7	2,5	4,4	1,9	2,5	0,2
Indústria de transformação	1,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1
Outras atividades industriais	6,6	0,7	1,1	1,9	1,1	1,7	0,1
Indústria da construção	5,6	0,8	1,3	2,2	0,6	0,5	0,0
50% de menor renda							
Bahia	11,3	2,2	2,8	4,4	1,2	0,7	0,0
Indústria de transformação	1,0	0,2	0,3	0,3	0,1	0,0	-
Outras atividades industriais	4,7	0,9	1,1	1,6	0,7	0,4	-
Indústria da construção	5,5	1,0	1,4	2,5	0,4	0,3	-
Espaço Metropolitano	21,3	2,6	4,0	8,1	3,7	2,7	0,0
Indústria de transformação	0,3	0,1	-	0,0	0,1	0,0	-
Outras atividades industriais	9,2	0,7	1,0	3,4	2,3	1,7	0,0
Indústria da construção	11,7	1,8	3,0	4,7	1,2	0,9	0,0
Espaço Não-Metropolitano	9,5	2,1	2,5	3,7	0,8	0,4	0,0
Indústria de transformação	1,2	0,3	0,4	0,4	0,1	0,0	-
Outras atividades industriais	4,1	1,0	1,1	1,4	0,4	0,2	-
Indústria da construção	4,3	0,9	1,0	2,0	0,3	0,2	-
10% de maior renda							
Bahia	12,6	0,2	0,5	2,2	1,9	6,3	1,5
Indústria de transformação	1,9	-	-	-	0,3	1,3	0,4
Outras atividades industriais	8,1	0,1	0,3	1,4	1,3	4,2	0,7
Indústria da construção	2,7	0,2	0,2	0,8	0,3	0,8	0,4
Espaço Metropolitano	13,0	0,2	0,0	0,7	0,9	7,0	4,1
Indústria de transformação	1,7	-	-	-	-	0,9	0,9
Outras atividades industriais	9,0	0,2	-	0,4	0,7	5,4	2,2
Indústria da construção	2,2	0,0	0,0	0,4	0,1	0,7	1,0
Espaço Não-Metropolitano	12,3	0,3	0,8	2,9	2,3	5,7	0,4
Indústria de transformação	2,6	0,0	0,0	0,1	0,5	1,8	0,2
Outras atividades industriais	7,6	0,1	0,5	1,8	1,5	3,4	0,2
Indústria da construção	2,2	0,2	0,3	0,9	0,3	0,4	0,1

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Metade dos Técnicos de nível médio da RMS e do ENM apresentava jornada de trabalho em tempo parcial, evidenciando uma inserção produtiva fora da legislação trabalhista e, portanto, mais precária.

Tabela 2.2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo os grupamentos ocupacionais do trabalho principal e os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana, 2003

Grupos de ocupação da indústria	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal segundo os grupos de renda (%)				
		Até 14 h	15 a 39 h	40 a 44 h	45 a 48 h	49 ou mais
Todos c/ rendimento						
Bahia	22,4	1,0	5,0	9,0	4,1	3,3
Técnicos de nível médio	6,0	0,2	2,3	2,6	0,5	0,4
Trab. da prod. de bens e serv. e da reparação	16,4	0,7	2,7	6,4	3,6	2,9
50% de menor renda						
Bahia	16,0	1,0	3,7	5,9	3,2	2,2
Técnicos de nível médio	1,6	0,1	0,7	0,5	0,2	0,1
Trab. da prod. de bens e serv. e da reparação	14,4	0,9	2,9	5,4	3,0	2,1
Espaço Metropolitano	32,8	1,8	6,1	12,2	7,0	5,7
Técnicos de nível médio	4,0	0,5	1,5	1,5	0,3	0,2
Trab. da prod. de bens e serv. e da reparação	28,7	1,3	4,6	10,7	6,7	5,5
Espaço Não-Metropolitano	13,1	1,0	3,2	4,9	2,4	1,5
Técnicos de nível médio	1,1	0,1	0,5	0,3	0,1	0,1
Trab. da prod. de bens e serv. e da reparação	12,0	0,9	2,7	4,6	2,3	1,5
10% de maior renda						
Bahia	28,3	1,0	6,7	12,9	3,7	3,9
Técnicos de nível médio	15,9	0,7	4,3	7,7	1,6	1,6
Trab. da prod. de bens e serv. e da reparação	12,4	0,3	2,4	5,3	2,1	2,3
Espaço Metropolitano	22,5	1,2	4,6	11,0	2,0	3,6
Técnicos de nível médio	15,1	1,2	3,2	7,4	1,4	1,9
Trab. da prod. de bens e serv. e da reparação	7,4	-	1,4	3,6	0,6	1,7
Espaço Não-Metropolitano	29,6	1,0	8,0	13,9	3,4	3,4
Técnicos de nível médio	15,9	0,5	4,8	8,5	1,2	0,9
Trab. da prod. de bens e serv. e da reparação	13,8	0,5	3,2	5,5	2,2	2,4

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

Nas categorias ocupacionais da Tabela 2.2, entre os 10% de maior renda, aproximadamente metade dos ocupados apresentava jornada entre 40 e 44 horas semanais. Os outros apresentavam jornada em tempo parcial ou acima da prevista pela legislação. Isso demonstra que, mesmo entre os 10% de maior renda, a indústria tem ofertado empregos de menor qualidade, seja pela inserção precária sem proteção social representada pela jornada em tempo parcial, seja pelo cansaço provocado pelo excessivo número de horas trabalhadas.

Serviços

De acordo com a Tabela 3, o setor de serviços agregado¹² foi responsável pela segunda maior proporção das ocupações na Bahia para o grupo de todas as pessoas com rendimento familiar per capita diferente de zero (27,6%) e para os 50% de menor renda (18,7%). No caso dos 10% de maior renda, ele representava a principal inserção ocupacional (44,7%).

A diferente proporção de ocupados nos espaços geográficos aqui considerados evidencia a espacialização das atividades econômicas dentro da Bahia. Por isso, a RMS apresentou valores superiores ao ENM nos dois grupos: 29,9 % contra 15,4% entre os 50% de menor renda e 48,8% contra 38,9% nos 10% de maior renda.

O setor de serviços vive, do ponto de vista da ocupação, dois processos distintos: por um lado, sofre a perda de postos de trabalho devido à reestruturação produtiva, particularmente no setor financeiro e nos segmentos privatizados com a implantação dos Programas de Demissão Voluntária (PDV's)¹³, como o de telecomunicações (Empresa Telefônica do Estado da Bahia – TELEBAHIA) e da distribuição de energia (Companhia de eletricidade do Estado da Bahia – Coelba).

Por outro lado, o setor convive com o aumento da ocupação, a partir da externalização de atividades anteriormente desenvolvidas na indústria através das subcontratações de trabalhadores autônomos, de empresas fornecedoras¹⁴ e do surgimento dos chamados serviços empresariais. Estes, de acordo com Almeida (2000), se caracterizam pela expansão de segmentos especializados que utilizam tecnologia de ponta e elevado nível de conhecimento tais como: os novos serviços técnicos e atividades auxiliares nos segmentos de informática e telecomunicações, consultorias, seguros, novos serviços em transporte e aqueles associados à diversificação do consumo como o turismo e o entretenimento.

¹² Alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; Educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos e outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Administração Pública.

¹³ “Entre 1994 e 1998, período em que aconteceram as principais modificações no setor rumo à desregulamentação, foram eliminados mais de 3.000 postos de trabalho no setor, cerca de 44,12% do total existente em 1994” (SIMÕES et al, 2003, p. 149).

¹⁴ Diversas modalidades de terceirização, dentre as quais “[...] destacam-se as cooperativas [...] a empresa filhote (empresas administradas por ex-funcionários, que preferem montar seu próprio negócio) [...] empresa manufatureira [...] integrador [...] sistemistas” (DRUCK ; BORGES, 2002, p. 117-118)

(continua)

Tabela 3

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo os grupamentos de atividade no trabalho principal e os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, 2003

Grupos de ocupação da indústria	Total	Posição na ocupação no trababalho principal segundo os grupos de renda (%)						
		Empreg. s/ carteira	Militares e func. públicos	Empregs/ carteira	Trab. doméstico (1)	Conta-própria	Emprega-dor	Não-remunerado
Todos c/ rendimento								
Bahia	42,5	9,8	4,6	8,7	5,5	10,5	1,7	1,7
Comércio e reparação	14,9	3,6	0,0	3,3	-	5,8	1,1	1,1
Outros serv. (2)	7,4	1,9	0,0	1,6	0,0	3,0	0,3	0,5
Adm. pública	4,4	1,0	2,4	1,0	-	-	-	0,0
Edc., saúde e serv. sociais	7,2	2,6	2,1	1,9	-	0,4	0,2	0,1
Serv. domésticos	5,5				5,5			-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,1	0,6	0,1	0,9		1,4	0,1	0,1
50% de menor renda								
Bahia	29,8	3,5	0,9	7,1	6,8	9,6	0,1	1,8
Comércio e reparação	11,1	1,4	0,0	3,1	-	5,3	0,1	1,3
Outros serv. (2)	5,5	0,8	0,0	1,6	0,0	2,6	0,0	0,5
Adm. pública	1,8	0,5	0,5	0,7	-	0,0	-	0,0
Edc., saúde e serv. sociais	2,4	0,6	0,4	1,2	-	0,2	-	0,0
Serv. domésticos	6,8	-	-	-	6,8	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,2	0,2	0,0	0,6	-	1,4	0,0	0,1
Espaço Metropolitano	67,0	13,2	2,9	13,1	15,9	19,8	0,3	1,8
Comércio e reparação	23,9	5,2	0,1	6,5	-	10,9	0,2	1,0
Outros serv. (2)	13,2	4,0	0,0	3,4	0,0	5,0	0,0	0,7
Adm. pública	2,6	0,6	1,5	0,4	-	-	-	-
Edc., saúde e Serv. sociais	5,8	2,3	0,8	1,5	-	1,0	0,0	0,1
Serv. domésticos	15,9	-	-	-	15,9	0,0	0,0	-
Outros serv. colet., soc. e pes.	5,5	0,9	0,3	1,3	-	2,9	0,1	-
Espaço Não-Metropolitano	24,2	2,5	0,7	6,0	5,5	7,6	0,1	1,8
Comércio e reparação	8,8	1,0	-	2,5	-	4,1	0,0	1,2
Outros Serv. (2)	4,5	0,4	0,0	1,3	0,0	2,3	0,1	0,5
Adm. pública	1,7	0,5	0,4	0,7	-	-	-	0,0
Edc., saúde e Serv. sociais	1,9	0,5	0,3	1,0	-	0,2	-	0,0
Serv. domésticos	5,5	-	-	-	5,5	0,0	-	0,0
Outros serv. colet., soc. e pes.	1,8	0,1	-	0,5	-	1,1	-	0,1

(conclusão)

Tabela 3

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo os grupamentos de atividade no trabalho principal e os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, 2003

Grupos de ocupação da indústria	Total	Posição na ocupação no trababalho principal da semana segundo os grupos de renda (%)						
		Empreg. s/ carteira	Militares e func. públicos	Empregs/ carteira	Trab. doméstico (1)	Conta-própria	Emprega-dor	Não-remunerado
10% de maior renda								
Bahia	65,8	19,2	15,3	8,4	0,7	12,3	8,6	1,3
Comércio e reparação	21,1	5,9	0,1	1,6	-	7,0	5,5	0,8
Outros serv. (2)	10,1	3,5	0,2	1,2	0,0	3,6	1,5	0,1
Adm. pública	11,5	1,9	7,7	1,9	-	0,0	0,0	-
Edc., saúde e serv. sociais	18,1	6,7	7,1	2,3	-	0,7	1,1	0,2
Serv. domésticos	0,7	-	-	-	0,7	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	4,4	1,2	0,2	1,3	-	1,0	0,5	0,2
Espaço Metropolitano	68,9	23,1	13,6	7,0	0,5	12,2	11,4	1,1
Comércio e reparação	20,5	6,5	0,2	1,0	-	5,7	6,7	0,2
Outros serv. (2)	11,1	4,1	0,4	1,5	0,0	3,4	1,6	0,1
Adm. pública	11,2	1,9	8,5	0,9	-	-	-	-
Edc., saúde e serv. sociais	20,1	9,6	4,2	2,2	-	1,7	1,6	0,6
Serv. domésticos	0,5	-	-	-	0,5	0,0	0,0	0,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,5	1,0	0,2	1,4	-	1,4	1,4	0,1
Espaço Não-Metropolitano	60,7	14,2	15,9	8,4	0,8	11,9	7,5	2,0
Comércio e reparação	21,7	5,3	0,1	1,9	-	7,3	5,5	1,7
Outros serv. (2)	7,8	1,8	0,1	0,9	0,0	3,8	1,0	0,2
Adm. pública	10,6	1,5	7,0	2,1	-	-	-	-
Edc., saúde e serv. sociais	17,2	4,9	8,7	2,4	-	0,3	0,8	-
Serv. domésticos	0,8	-	-	-	0,8	-	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,6	0,6	0,1	1,0	-	0,6	0,2	0,2

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

(1) Com e sem Carteira

(2) Agrega as atividades de Alojamento e alimentação com Transporte, armazenagem e comunicações

De acordo com a Tabela 3, entre o grupo dos 50% de menor renda, foi possível verificar a diminuta participação dos postos de trabalho formais e a elevada participação dos Empregados sem carteira assinada e dos Conta-própria. Observaram-se, também, os limites a expansão dos serviços de maior remuneração com a predominância dos empregos domésticos. As posições na ocupação de Conta-própria (3,9% na RMS e 3,5% no ENM), de Empregados sem carteira (3,2%

na RMS e 3,5% no ENM) e de Trabalho doméstico (15,9% na RMS e 5,5% no ENM) respondiam, de acordo com a Tabela 3, por cerca de 80% dos vínculos entre os 50% de menor renda.

Cabe ressaltar que, segundo Borges (1999), a expansão do segmento moderno no setor é obstaculizada pela concentração de renda do estado que não permite construir uma demanda para os serviços ligados ao lazer e ao entretenimento. Do mesmo modo, o diminuto investimento em ciência e tecnologia e o fechamento das linhas de produção com maior conteúdo tecnológico, como estratégia da indústria visando sobreviver à concorrência pós-abertura da economia brasileira, também não contribuem para criar um mercado consumidor mais amplo dos serviços empresariais.

O resultado é que o setor de serviços pode gerar poucos postos de trabalho com elevada remuneração, tanto pela concentração de renda, quanto pela dinâmica dos outros setores de atividade econômica “freando a expansão virtuosa dos serviços, que se ampliam em grande parte, mais como resultado de estratégias de sobrevivência das famílias e indivíduos do que pela expansão da demanda efetiva” (BORGES, 1999, p. 294).

No grupo dos 10% de maior renda, a Tabela 3 mostra que os vínculos ocupacionais predominantes eram os Empregados com carteira assinada (16,6% na RMS e 8,9% no ENM) e os Militares e Funcionários públicos (13,4% na RMS e 15,9% no ENM). Nos dois espaços mencionados, os segmentos com a maior proporção de trabalhadores foram Educação, Saúde e Serviços Sociais e Administração Pública.

A menor diversificação econômica no ENM resulta na predominância dos Funcionários públicos (8,7%) no segmento de Educação, Saúde e Serviços sociais e menor participação dos Empregados com carteira (4,9%) em relação à RMS que apresenta, respectivamente, 4,2% e 9,6%. Isso mostra que parte importante da oferta desses serviços no ENM está associada às esferas do poder público.

Já o setor do Comércio, de acordo com a Tabela 3, apresentava uma importância diferenciada na ocupação entre o espaço Metropolitano (11,1%) e Não-Metropolitano (23,9%). Os principais vínculos são de Conta-própria e de Empregados sem carteira nos dois espaços.

Entre os 10% de maior renda, o vínculo predominante era o de Conta-própria (7,3%) seguido pelos Empregadores (5,5%) no espaço Não-Metropolitano demonstrando a importância, nesse espaço, das pequenas e médias empresas na inserção ocupacional.

Ainda nesse grupo, a avaliação da inserção dos ocupados nos chamados novos Serviços mais especializados e de maior conteúdo tecnológico encontra limites por causa do nível de agregação das ocupações. Entretanto, os dados de escolaridade da Tabela 3.1, mostraram que 45% na RMS e apenas 13% no ENM possuíam 15 anos ou mais de estudo (Superior Completo). Esse é um fator limitante para a inserção dos ocupados nesses segmentos mais especializados.

Essas informações demonstram que os serviços mais qualificados se concentram na Região Metropolitana de Salvador e abarcam um percentual pequeno dentro do setor mesmo entre aqueles que conseguem auferir um nível de renda mais elevado.

No que se refere aos 50% de menor renda, a escolaridade dos ocupados no setor revela também a dificuldade de inserção desses indivíduos nos segmentos mais especializados. No ENM mais da metade dos trabalhadores tem entre 1 a 3 anos de estudo ou 4 a 7 anos, ou seja, até o ensino fundamental. Em contrapartida, na RMS há um crescimento do nível de escolaridade para de 4 a 7 ou de 8 a 10 anos de estudo.

No Comércio e Reparação, entre os 50% na RMS, a Tabela 3.1 mostra que a maior proporção era de trabalhadores entre 4 a 7 anos de estudo (8,5%). Entretanto, o segmento apresenta uma heterogeneidade nesse aspecto, na medida em que as faixas de 1 a 3, de 8 a 10 e de 11 a 14 anos registraram percentuais significativos de, respectivamente 4,5; 4,0 e 4,8%. O perfil educacional dos ocupados nas atividades comerciais no espaço Não-Metropolitano era, em 2003, semelhante ao da RMS.

(continua)

Tabela 3.1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de anos de estudo no trabalho principal, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal e os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, 2003

Ocupados nos serviços por nível geográfico	Total	Grupos de anos de estudo no trab. princ. segundo os grupos de renda (%)					
		S/ instr. e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Todos c/ rendimento							
Bahia	39,4	3,2	4,7	10,1	6,6	12,8	2,0
Comércio e reparação	14,9	1,2	1,8	4,3	2,8	4,5	0,3
Outros serv*	7,4	0,7	1,2	2,4	1,4	1,7	0,1
Adm. pública	4,4	0,4	0,3	0,7	0,6	1,9	0,5
Edc., saúde e serv. sociais	7,2	0,2	0,3	0,6	0,7	4,2	1,2
Serv. domésticos	5,5	0,7	1,1	2,1	1,0	0,5	0,0
50% de menor renda							
Bahia	27,6	4,3	5,5	10,1	4,4	3,2	0,0
Comércio e reparação	11,1	1,6	2,1	4,2	1,8	1,4	-
Outros serv*	5,5	0,9	1,2	2,1	0,9	0,4	0,0
Adm. pública	1,8	0,4	0,4	0,5	0,2	0,2	-
Edc., saúde e serv. sociais	2,4	0,4	0,2	0,5	0,3	0,9	-
Serv. domésticos	6,8	1,1	1,5	2,7	1,2	0,3	0,0
Espaço Metropolitano	61,5	6,2	9,4	21,0	13,3	11,2	0,1
Comércio e reparação	23,9	2,0	4,0	8,5	4,5	4,8	0,0
Outros serv*	2,6	0,2	0,3	0,4	0,7	0,9	0,0
Adm. pública	13,2	1,1	2,1	4,5	3,5	1,8	0,0
Edc., saúde e serv. sociais	5,8	0,2	0,4	1,2	1,5	2,6	-
Serv. domésticos	15,9	2,7	2,6	6,4	3,1	1,1	0,0
Espaço Não-Metropolitano	22,4	4,1	4,9	8,0	3,3	2,2	0,0
Comércio e reparação	8,8	1,5	1,8	3,0	1,4	1,0	-

(conclusão)

Tabela 3.1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de anos de estudo no trabalho principal, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal e os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana e Região Não-Metropolitana, 2003

Ocupados nos serviços por nível geográfico	Total	Grupos de anos de estudo no trab. princ. segundo os grupos de renda (%)					
		S/ instr. e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
50% de menor renda							
Outros serv*	1,7	0,4	0,5	0,5	0,2	0,2	-
Adm. pública	4,5	0,8	1,1	1,8	0,6	0,2	0,0
Edc., saúde e serv. sociais	1,9	0,5	0,2	0,4	0,2	0,7	-
Serv. domésticos	5,5	0,8	1,3	2,2	1,0	0,2	-
10% de maior renda							
Bahia	53,6	0,4	2,9	5,5	6,7	27,7	10,3
Comércio e reparação	21,1	0,2	1,1	2,6	3,5	11,9	1,8
Outros serv*	3,7	0,1	0,5	0,7	0,6	1,6	0,3
Adm. pública	10,1	0,1	1,1	1,7	1,7	4,7	0,7
Edc., saúde e serv. sociais	18,1	0,0	0,1	0,3	0,8	9,4	7,5
Serv. domésticos	0,7	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0
Espaço Metropolitano	63,4	0,1	1,0	3,0	4,1	27,0	28,2
Comércio e reparação	20,5	0,1	0,5	1,5	1,5	11,5	5,4
Outros Serv*	11,1	0,0	0,5	1,2	1,6	5,4	2,4
Adm. pública	11,2	-	-	0,0	0,5	4,1	6,6
Edc., saúde e serv. sociais	20,1	-	-	0,2	0,2	5,7	13,9
Serv. domésticos	0,5	-	-	0,0	0,3	0,2	0,0
Espaço Não-Metropolitano	58,1	0,9	3,4	7,7	7,1	31,1	7,6
Comércio e reparação	21,7	0,3	1,9	3,4	4,1	11,3	0,6
Outros serv*	7,8	0,4	1,2	2,3	1,3	2,6	0,1
Adm. pública	10,6	0,1	0,1	1,1	1,0	6,4	1,9
Edc., saúde e serv. sociais	17,2	-	0,1	0,7	0,8	10,7	5,0
Serv. domésticos	0,8	0,1	0,2	0,3	-	0,2	-

Fonte: IBGE. Microdados da PNAD de 2003. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI. Elaborada pela Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes) / SEI.

(*) Agrega as atividades de Alojamento e alimentação com Transporte, armazenagem e comunicações

Considerando os 50% de menor renda, a categoria ocupacional de maior expressão foi a de Trabalhadores em Serviços¹⁵, com 38,9% e 12,7% para a RMS e ENM, respectivamente. No que

¹⁵Trabalhadores domésticos, no turismo, administração, conservação e manutenção de edifícios, saúde, embelezamento e cuidados pessoais, proteção e segurança, alojamento e alimentação. As Atv. contidas nesses subgrupos se referem à base da pirâmide desses grupos tais como: arrumadeira, copeira, agentes comunitários, auxiliares de laboratório,

se refere à jornada semanal dos trabalhadores, a Tabela 3.2 mostra que mais de um terço dos ocupados nas atividades de serviços na ENM e cerca de 42%, na RMS, enfrentavam jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais. Observou-se, ainda, a participação residual de ocupados em cargos de direção ou ligados às atividades artísticas, culturais e de pesquisa.

(continua)

Tabela 3.2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo os grupamentos ocupacionais do trabalho principal e os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana de Salvador e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Grupos de ocupação por nível geográfico	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal (%)				
		Até 14 h	15 a 39 h	40 a 44 h	45 a 48 h	49 ou mais
Todos c/ rendimento						
Bahia	37,2	3,2	9,6	11,8	6,3	6,4
Dirigentes em geral	3,3	0,0	0,5	1,4	0,5	0,9
Prof. das ciências e das artes	2,8	0,2	1,0	1,3	0,2	0,2
Trab. dos serv. administrativos	5,2	0,1	1,3	2,6	0,7	0,5
Trab. dos serviços	15,8	1,4	3,9	4,3	3,3	2,8
Vended. e prest. de serv. do comércio	10,1	1,4	3,0	2,1	1,6	1,9
50% de menor renda						
Bahia	26,8	4,0	8,5	5,4	4,1	4,8
Dirigentes em geral	0,3	-	0,0	0,1	0,1	0,1
Prof. das ciências e das artes	0,7	0,1	0,4	0,1	0,1	0,0
Trab. dos serv. administrativos	1,2	0,0	0,3	0,4	0,3	0,2
Trab. dos serviços	15,8	2,2	4,6	3,6	2,6	2,8
Vended. e prest. de serv. do comércio	8,8	1,7	3,1	1,2	1,1	1,6
Espaço Metropolitano	63,9	6,2	17,4	14,1	13,8	12,3
Dirigentes em geral	0,6	-	0,1	0,1	0,2	0,2
Prof. das ciências e das artes	1,2	0,0	0,8	0,3	0,0	0,1
Trab. dos serv. administrativos	5,2	0,2	1,1	1,9	1,2	0,8
Trab. dos serviços	38,9	3,9	9,7	8,7	9,5	7,0
Vended. e prest. de serv. do comércio	18,0	2,1	5,7	3,1	2,8	4,3
Espaço Não-Metropolitano	14,5	2,1	4,5	3,4	2,1	2,5
Dirigentes em geral	0,2	-	0,0	0,1	0,1	0,1
Prof. das ciências e das artes	0,7	0,1	0,4	0,1	0,1	-
Trab. dos serv. administrativos	0,8	-	0,2	0,3	0,2	0,2
Trab. dos serviços	12,7	1,9	3,8	3,0	1,8	2,2
Vended. e prest. de serv. do comércio	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

(conclusão)

Tabela 3.2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal, segundo os grupamentos ocupacionais do trabalho principal e os grupos de renda, Bahia, Região Metropolitana de Salvador e Espaço Não-Metropolitano, 2003

Grupos de ocupação por nível geográfico	Total	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal(%)				
		Até 14 h	15 a 39 h	40 a 44 h	45 a 48 h	49 ou mais
10% de maior renda						
Bahia	59,4	2,0	13,6	27,3	7,6	9,0
Dirigentes em geral	16,6	0,2	2,2	7,8	2,5	3,9
Prof. das ciências e das artes	12,4	0,6	3,4	6,8	0,6	0,9
Trab. dos serv. administrativos	13,6	0,3	3,6	7,9	1,2	0,7
Trab. dos serviços	7,3	0,4	2,0	1,7	1,4	1,7
Vended. e prest. de serv. do comércio	9,5	0,5	2,4	3,1	1,8	1,7
Espaço Metropolitano	68,4	2,2	15,9	32,8	7,7	10,2
Dirigentes em geral	25,2	0,2	4,4	10,9	3,9	5,9
Prof. das ciências e das artes	24,8	1,1	7,0	13,0	1,6	2,1
Trab. dos serv. administrativos	13,5	0,5	3,6	7,4	1,0	1,0
Trab. dos serviços	4,7	0,1	0,9	1,5	1,1	1,1
Vended. e prest. de serv. do comércio	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,1
Espaço Não-Metropolitano	48,2	1,5	11,8	22,1	5,3	7,6
Dirigentes em geral	13,5	0,1	1,5	6,3	1,8	3,9
Prof. das ciências e das artes	8,0	0,3	2,3	4,6	0,3	0,5
Trab. dos serv. administrativos	9,5	0,3	2,3	5,8	0,7	0,4
Trab. dos serviços	6,9	0,4	2,5	1,9	0,9	1,1
Vended. e prest. de serv. do comércio	10,4	0,5	3,1	3,4	1,7	1,7

Fonte: Microdados da PNAD.
Elaboração: COPES/SEI

Tais informações sobre o setor de serviços demonstram que os 50% de menor renda do estado estão inseridos em atividades tradicionais, com pouco conteúdo tecnológico e baixa produtividade que não permitem a estes trabalhadores auferirem uma melhor remuneração.

Entre os vendedores e prestadores de serviço do comércio, a jornada de trabalho ou situa-se entre 15 e 39 horas – o trabalho em tempo parcial – ou de 49 ou mais, que representam as horas extras bastante comuns nessa atividade. Chama a atenção a pequena participação desse grupo ocupacional no ENM, o que se deve ao maior percentual de conta-própria.

Entre os 10% de maior renda predominavam as ocupações de direção e profissionais das ciências e das artes, com cerca de 70% dos trabalhadores desse grupo na RMS e 45% no ENM.

A jornada de trabalho com maior participação nas ocupações da Tabela 3.2 são de 40 a 44 horas semanais, devido a maior formalização das relações de trabalho. Apesar disso, existe uma proporção elevada daqueles que trabalhavam mais do que a jornada legal, em virtude da presença de dirigentes que geralmente estendiam a jornada de forma a desenvolver todas as atividades de gestão da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a estrutura setorial da ocupação, em 2003, tenha sido similar entre os dois grupos de renda familiar per capita com inserção predominante na Agropecuária, Serviços e Comércio no espaço Não-Metropolitano e Serviços e Comércio na Região Metropolitana, a posição na ocupação e o nível de escolaridade se diferenciam nos dois grupos.

Entre os 50% predominavam os Trabalhadores sem carteira, Conta-própria e Não-remunerados. As atividades de inserção nos Serviços eram o Emprego doméstico e no segmento de Alimentação e alojamento. Na Indústria, as ocupações com maior peso foram as do segmento da Construção Civil.

Entre os 10% predominavam os Empregados com carteira assinada, os Conta-própria e uma elevada participação dos empregadores. Nos Serviços, a inserção se deu na Administração Pública ou no segmento de Educação, Saúde e Serviços Sociais; na Indústria, o segmento com maior percentual era o de outras atividades industriais.

A existência de um grande contingente de empregados com carteira assinada e de funcionários públicos expressando uma maior formalização das relações de trabalho foi um importante aspecto responsável pelo aumento médio das horas trabalhadas nos 10% de maior renda, quando comparado com os 50% de menor renda, onde a maior proporção dos ocupados possui trabalho em tempo parcial. As ocupações predominantes na Região Metropolitana eram as de dirigentes e de profissionais das ciências e artes, enquanto no espaço Não-Metropolitano eram os trabalhadores agrícolas e os técnicos de nível médio.

No aspecto horas trabalhadas identifica-se, também, uma diferença entre os espaços aqui considerados: na Região Metropolitana a proporção daqueles que trabalham mais de 40 horas semanais é superior ao verificado no espaço Não-Metropolitano. Mais uma vez, esse diferencial está associado aos trabalhadores agrícolas do ENM, cuja jornada predominante é a de 15 a 39 horas semanais. Em contraposição, as ocupações de direção da RM apresentavam uma elevada participação de jornada de trabalho maior que 49 horas semanais – em média 25% dos trabalhadores responsáveis pelas tarefas de direção.

No setor agrícola, que apresenta uma participação destacada entre os 10% de maior renda, a predominância na inserção ocupacional é de Conta-própria e de Empregadores, o que evidencia a importância da propriedade da terra na definição da renda auferida pelo indivíduo. A escolaridade, embora ligeiramente maior, nesse grupo, não explica o diferencial de renda nas atividades agrícolas entre os dois grupos.

Entre os 10% de maior renda, na RMS, 88,3% dos ocupados têm mais de 11 anos de estudo, enquanto no espaço Não-Metropolitano esse percentual cai para 54%. Cabe ressaltar que o setor agropecuário apresentava a menor média de anos de estudos.

Observou-se, portanto, que os donos de estabelecimentos comerciais, os técnicos de nível médio da indústria, os profissionais liberais, funcionários públicos, professores universitários e proprietários agrícolas compunham o grupo dos 10% de maior renda. Enquanto os empregados domésticos, os operários da construção civil, os trabalhadores agrícolas, dos serviços de alojamento, alimentação e transportes tinham grande participação nos 50% de menor renda.

Isso demonstra que a contrapartida dos ganhos de produtividade e da adoção de tecnológicas modernas em muitos dos setores de atividade no estado da Bahia, têm sido a consolidação das poucas alternativas de trabalho para a População Economicamente Ativa (PEA) com expressiva proporção de pessoas ocupadas nos serviços pessoais e nas atividades agrícolas de baixa produtividade.

As mudanças ocorridas na inserção ocupacional, nos anos de 1990, apontam no sentido de agravamento desse quadro. Um bom exemplo disso é a Indústria de Transformação, que conjuga oferta de postos de trabalho mais precários com maior jornada de trabalho. Nesse cenário, os mais ricos do estado eram aqueles que conseguiam manter um emprego formal na esfera pública ou na esfera privada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Henrique. Passado e futuro dos serviços: o caso da RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 68-86, jul. 2000.

BORGES, Ângela. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 3, n. 2, p. 57-71, set. 1993.

_____. Trabalho e emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p. 292-320.

COUTO FILHO, Vitor Athayde. Produtivismo e ocupação da mão-de-obra agrícola na Bahia: uma análise regionalizada da década de 90. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 4, p. 969 – 990, mar. 2004.

DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: balanço de uma década. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Evolução e distribuição dos rendimentos na Bahia durante a década de 90 do século XX. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama Social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. p. 65-96. (Série estudos e pesquisas, 59).

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e Sociedade*, n. 8, p. 143-181, jun. 1997.

LAPLANE, Mariano et al. Internacionalização e vulnerabilidade externa. In: LACERDA, Antônio Correia (Org.). *Desnacionalização: riscos, mitos e desafios*. São Paulo: Contexto, 2000.

PEDRÃO, Fernando. *As raízes da pobreza na Bahia* – a condição econômica da questão social. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.fernandopedrao.com.br>>. Acesso em: 05 maio 2005.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2003*: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999. (Série estudos e pesquisas, 42).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Recentes transformações no rural baiano*. Salvador: SEI, 2003. (Série estudos e pesquisas, 68).

SIMÕES, Ana Margareth et al. Reestruturação e privatização das telecomunicações: uma análise dos impactos sobre o perfil e o nível de emprego do setor do Estado da Bahia: In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Emprego e desemprego*. Salvador: SEI, 2003. p. 141-159. (Série estudos e pesquisas, 62).

